



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
REGIONAL CATALÃO
UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE HISTÓRIA E CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
MESTRADO PROFISSIONAL EM HISTÓRIA**

RÔNIA BATISTA VAZ OTONI

**“TODO DIA É SEGUNDA-FEIRA”: UM ESTUDO SOBRE AS PRÁTICAS E SABERES
DAS MULHERES RURAIS DA COMUNIDADE DE CORUMBAJUBA, MUNICÍPIO DE
ORIZONA/GO**

CATALÃO (GO)
2020



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE HISTÓRIA E CIÊNCIAS SOCIAIS

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese

2. Nome completo do autor

Rônia Batista Vaz Otoni

3. Título do trabalho

"TODO DIA É SEGUNDA- FEIRA": UM ESTUDO SOBRE AS PRÁTICAS E SABERES DAS MULHERES RURAIS DA COMUNIDADE DE CORUMBAJUBA, MUNICÍPIO DE ORIZONA/GO.

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo César Inácio, Orientador**, em 12/11/2020, às 08:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **RONIA BATISTA VAZ OTONI, Discente**, em 12/11/2020, às 08:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1673531** e o código CRC **AD651A1E**.

RÔNIA BATISTA VAZ OTONI

“TODO DIA É SEGUNDA- FEIRA”: UM ESTUDO SOBRE AS PRÁTICAS E SABERES
DAS MULHERES RURAIS DA COMUNIDADE DE CORUMBAJUBA MUNICÍPIO DE
ORIZONA/GO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História - nível de Mestrado - da Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em História.

Linha de Pesquisa: História, Sociedade e Práticas Educativas.

Orientador: Prof. Dr. Paulo César Inácio

CATALÃO (GO)
2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Otoni, Rônia Batista Vaz

“Todo dia é segunda- feira”: um estudo sobre as práticas e
saberes das mulheres rurais da comunidade de Corumbajuba,
município de Orizona/GO [manuscrito] / Rônia Batista Vaz Otoni. - 2020.
108 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Paulo César Inácio.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Unidade
Acadêmica Especial de História e Ciências Sociais, Catalão,
Programa de Pós-Graduação em História (profissional), Catalão, 2020.
Bibliografia. Anexos.

Inclui lista de figuras, lista de tabelas.

1. Mulher. 2. Rural. 3. Resistência. 4. Enfrentamentos. 5.
Rupturas. I. Inácio, Paulo César , orient. II. Título.

CDU 94(81)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE HISTÓRIA E CIÊNCIAS SOCIAIS

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº 77 da sessão de Defesa de Dissertação de **Rônia Batista Vaz Otoni**, que confere o título de Mestre(a) em História – nível Mestrado Profissional, na área de concentração em História.

Ao/s **oito dias do mês de outubro de dois mil e vinte**, a partir da(s) **09h00, remotamente**, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada **“TODO DIA É SEGUNDA- FEIRA”: UM ESTUDO SOBRE AS PRÁTICAS E SABERES DAS MULHERES RURAIS DA COMUNIDADE DE CORUMBAJUBA, MUNICÍPIO DE ORIZONA/GO**. Os trabalhos foram instalados pelo(a) Orientador(a), Professor(a) Doutor(a) **Paulo César Inácio - PPGHMP/INHCS/UFG/UFCAT** “cuja participação ocorreu por meio de videoconferência” com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professor(a) Doutor(a) **Maria Andréa Angelotti Carmo - Instituto de História/UFU**, membro titular externo; “cuja participação ocorreu por meio de videoconferência”, Professor(a) Doutor(a) **Lilian Marta Grisólio - PPGHMP/INHCS/UFG/UFCAT**, membro titular interno “cuja participação ocorreu por meio de videoconferência”. Durante a arguição os membros da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho de forma a estabelecer melhor vínculo com o conteúdo. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido(a) o(a) candidato(a) **aprovada** pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo(a) Professor(a) Doutor(a) **Paulo César Inácio**, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, ao(s) **oito dias do mês de outubro de dois mil e vinte**.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Paulo César Inácio, Orientador**, em 11/11/2020, às 11:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Andréa Angelotti Carmo, Usuário Externo**, em 11/11/2020, às 14:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lilian Marta Grisólio, Professor do Magistério Superior**, em 12/11/2020, às 08:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1668253** e o código CRC **A3DADB06**.

Referência: Processo nº 23070.040877/2020-67

SEI nº 1668253

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, a Deus, por iluminar o meu caminho e me conceder força e determinação.

A minha família, meu esposo, meus filhos e meus pais, que me ajudaram e me incentivaram a trilhar esse caminho.

A minha irmã Vanessa, pelo apoio, principalmente pela parceria com o Sistema Senar.

Aos meus professores: Dr. Paulo Inácio, Dra. Lilian, Dra. Maria Andréa Angelotti Carmo, Dra. Eliane, Dra. Márcia e Dr. Luiz Carlos, que somaram para o alcance deste trabalho.

Aos meus amigos, que contribuíram com essa pesquisa.

Ao grupo de mulheres da comunidade rural de Corumbajuba.

Ao meu amigo e professor Dr. Cleber Silva e as minhas companheiras de jornada, Maria Leônia, Rose e Márcia.

RESUMO

Esta pesquisa teve como objeto de estudo as mulheres residentes na comunidade rural de Corumbajuba, localizada no município de Orizona, Goiás. Elucidou-se suas práticas sociais e em seus saberes que se apresentam nas relações de trabalho entre homens e mulheres na agricultura familiar e que delineiam os enfrentamentos de inserção social contemporâneo das mulheres rurais na manifestação dos espaços sociais ocupados por elas, no intuito de saber a sobre a presença e a força do patriarcado em seu cotidiano. Para isso, a pesquisa se desenvolveu mediante reuniões com um grupo focal de mulheres trabalhadoras rurais desta comunidade. Metodologicamente em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), no desdobramento das capacitações ministradas ao grupo de mulheres rurais de Corumbajuba, foi feita a aplicação de questionários semiestruturado com um roteiro de perguntas a propiciar a construção da pesquisa, aberto a questões inerentes às circunstâncias momentâneas a entrevista, no almejo de ouvi-las e, assim, compreender as representações sociais num diálogo com autores como Carla Bassanezi Pinsky (2012), Mary Del Priore (2017), Denize Bernuzzi de Sant'anna (2014), Flávia Biroli (2018), José Maria Tardin (2012), Laura Barcella e Fernanda Lopes (2014). Michelle Perrot (2007), por exemplo, recorreu ao processo histórico para analisar a história das mulheres destacando o que às vezes é tomado como natural, assumindo campos de controle a participação das mulheres na vida política, social e familiar. Durante esse percurso, nossa intenção foi também dar visibilidade às mulheres rurais e contribuir na elaboração da história das mulheres no Brasil no alcance dos diversos grupos sociais.

Palavras-chaves: Mulher. Rural. Resistência. Enfrentamentos. Rupturas.

ABSTRACT

This research had as object of study the women residing in the rural community of Corumbajuba, located in the municipality of Orizona, Goiás. Their social practices and their knowledge that are present in the work relations between men and women in family farming were elucidated and that they outline the confrontations of contemporary social insertion of rural women in the manifestation of the social spaces occupied by them, in order to learn about the presence and strength of patriarchy in their daily lives. For this, the research was developed through meetings with a focus group of rural working women in this community. Methodologically, in partnership with Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), in the unfolding of the training given to the group of rural women in Corumbajuba, semi-structured questionnaires were applied with a script of questions to promote the construction of the research, open to inherent questions the momentary circumstances the interview, aiming to hear them and, thus, understand social representations in a dialogue with authors such as Carla Bassanezi Pinsky (2012), Mary Del Priore (2017), Denize Bernuzzi de Sant'anna (2014), Flávia Biroli (2018), José Maria Tardin (2012), Laura Barcella and Fernanda Lopes (2014). Michelle Perrot (2007), for example, resorted to the historical process to analyze the history of women, highlighting what is sometimes taken as natural, assuming control fields for women's participation in political, social and family life. During this journey, our intention was also to give visibility to rural women and to contribute to the elaboration of the history of women in Brazil in the reach of different social groups..

Keywords: Woman. Rural. Resistance. Coping. Breaks.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|----|
| Figura 1 - Convite do primeiro encontro das mulheres em campo. Fonte: Elaboração própria..... | 25 |
| Figura 2 - Imagem relatando o movimento "Marca das Margaridas" realizada no ao ano de 2015..... | 33 |
| Figura 3 - Figura demonstrando a atividade exercida pelas mulheres do grupo focal de estudo..... | 40 |
| Figura 4 - Mulheres do grupo focal – Atividade com polvilho e derivados de leite..... | 41 |
| Figura 5 - Arquivo pessoal de pesquisa do grupo focal-Atividade do Tear..... | 42 |
| Figura 6 - Grupo focal – Atividade de piscicultura/Fazenda Boa Vista..... | 43 |
| Figura 7 - Reunião de discussão dos questionários..... | 61 |
| Figura 8 - Grupo focal durante curso “Mulheres em campo” | 62 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|----|
| Tabela 1 - Relação das Associações Rurais do Município de Orizona até 1995..... | 45 |
|---|----|

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|---|----|
| Gráfico 1 - Histograma da faixa etária do grupo pesquisado..... | 23 |
| Gráfico 2 - Estado civil das mulheres pesquisadas..... | 23 |
| Gráfico 3 - Escolaridade das mulheres pesquisadas..... | 27 |

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| INTRODUÇÃO | 13 |
| CAPÍTULO I | 19 |
| RAZÕES PARA ESCREVER SOBRE MULHERES RURAIS | 19 |
| 1.1 A mulher rural no município Orizonense | 19 |
| 1.2 O sindicalismo e cooperativismo no embate trabalhista feminino rural..... | 30 |
| 1.3 A marcha das margaridas como marco na luta emancipatória das mulheres em campo para todo o Brasil | 33 |
| CAPÍTULO II | 38 |
| TRABALHO RURAL FEMININO: DESAFIOS E PERMANÊNCIAS | 38 |
| 2.1 A formação da Agricultura Familiar em Orizona e seus desdobramentos para as mulheres rurais..... | 38 |
| 2.2 As Associações como instrumentos de luta no campo | 44 |
| 2.2.1 A participação das trabalhadoras rurais de Corumbajuba nas Associações | 48 |
| 2.2.2 Os resquícios do patriarcado como opressão nas relações de trabalho..... | 50 |
| 2.3 Vidas femininas no cotidiano rural..... | 61 |
| CAPÍTULO III | 68 |
| O CONTEXTO DE UMA POPULAÇÃO RURAL DECRESCENTE NA TRAJETÓRIA DAS MULHERES EM CAMPO..... | 68 |
| 3.1 Êxodo rural e a tecnologia no campo..... | 68 |
| 3.2 Políticas de intervenção que refletem no trabalho rural feminino | 73 |
| 3.3 A educação como potencialidade na emancipação das mulheres | 82 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 94 |
| REFERÊNCIAS | 97 |
| ANEXOS | 101 |

INTRODUÇÃO

Com o propósito de contribuir com a construção da história das mulheres do Brasil, este estudo buscou por meio da pesquisa analisar as práticas e os saberes de um grupo formado por mulheres da comunidade rural de Corumbajuba, no município de Orizona, Goiás. Numa perspectiva sustentada na interpretação do processo histórico, no rastro da história das mulheres, numa via que possa retratar o percurso das mulheres rurais, nas suas relações cotidianas, sejam na família, na comunidade ou na participação em instituições sindicais, cooperativas ou associações, que retratam as relações dos gêneros no trabalho rural e a ocupação dos espaços sociais por essas mulheres.

Procuramos compreender como as mulheres da comunidade rural de Corumbajuba estão representadas na sociedade e como se vem enquanto sujeitos numa sociedade democrática, a partir do princípio democrático, que neste contexto, direciona as mesmas oportunidades de trabalho entre homens e mulheres.

O estudo se guiou mediante as ações das mulheres na contemporaneidade, construtoras de suas identidades no sentido do que aceitam ou negam, no jogo de força, na produção dos sujeitos e de suas subjetividades e no enfretamento de uma moral feminina que supostamente venha nortear a condição dos sujeitos.

Ao recorrer à história das mulheres, segundo Perrot (2007, p. 16), afirma-se “Escrever a história das mulheres é sair do silêncio em que elas estavam confinadas”. Depreende-se que a história das mulheres esteve ancorada a uma obscuridade por certo período, as produções escritas em que elas apareciam, que, na maioria das vezes, eram relatos produzidos por homens, por isso divulgava-se uma história fragmentada e imaginada sem a autenticidade das vozes femininas, que, segundo a autora, eram um dos motivos do silêncio que acrescia à invisibilidade.

A pesquisa com o grupo de mulheres da comunidade rural de Corumbajuba teve como objetivo ouvi-las, abordando uma metodologia de grupo focal¹ que nos permitiu desenvolver a pesquisa absorvendo uma riqueza ao basear-se nas opiniões dos participantes, na tendência humana de formar opiniões e nas atitudes na interação com os outros sujeitos.

¹ O grupo focal é um tipo de entrevista coletiva na qual os participantes discutem sobre um tema específico (o foco da discussão) pré-determinado por um moderador. Nos grupos focais, os dados surgem pela interação com entre os participantes (MORGAN, 1996). Podemos definir um grupo focal como sendo basicamente: 1) uma metodologia usada exclusivamente para a constituição de dados para a pesquisa; e 2) a interação entre os participantes da pesquisa é a fonte dos dados.

Entrelaçam nesse sentido com os dados, a partir dos questionários apresentados, uma reflexão que visou responder negando ou afirmando a força existente do patriarcado em dias atuais na vida das mulheres desta comunidade rural ou uma moral feminina constituída que se afirmou e se naturalizou pelos costumes. Procuramos responder a tais questões no desenvolvimento desta pesquisa a partir dos fatos apresentados junto à fundamentação teórica que a sustentou.

Para que fosse alcançado as vozes deste grupo focal, a princípio, pensamos em reunir a documentação realizando um trabalho nas escolas rurais vizinhas à comunidade de Corumbajuba, no município de Orizona. Sabendo que as mulheres deste grupo vivem em fazendas e no próprio vilarejo, o envio dos questionários pelos alunos das escolas seria uma possibilidade, porém distanciaríamos da riqueza do depoimento presencial.

Considerando a dificuldade por conta das distâncias das fazendas que poderia acarretar num tempo maior e uma dinâmica menos eficaz, a qual não seria alcançada por envio de respostas, além das incertezas do resultado dessa ação por não evidenciar pelas provocações a exploração das memórias, dos posicionamentos a alguns aspectos que nos permitiria identificar a mulher em Corumbajuba, optamos por realizar reuniões presenciais.

Esse trabalho se justifica pela análise a uma questão específica, dirigida a elas, que buscou fundamentos para compreender a vida cotidiana do grupo, na investigação da força dos valores morais que permeiam a atuação dos sujeitos e, assim, verificar os vestígios patriarcais na contemporaneidade.

O patriarcado, segundo Saffioti (1985), nasceu junto com a propriedade privada após a dissolução das comunidades igualitárias em que todas as formas de produção fundadas na propriedade privada contêm em si o patriarcado, cuja configuração assume diferentes formas em cada modo de produção. O capitalismo se aproveita e absorve o patriarcado, que assume formas de dominação/exploração, que, por sua vez, tornaram-se necessárias às relações sociais capitalistas. Ambos, capitalismo e patriarcado, configuram-se como um sistema de dominação social, cultural, política, ideológico e econômico.

Trata-se de mulheres trabalhadoras rurais, pois foram essas convidadas a compor o grupo. Vale ressaltar que o grupo de mulheres desta comunidade compõe a unidade do grupo dos pequenos produtores rurais do município de Orizona (GO), segunda bacia leiteira do estado de Goiás, de acordo com os dados da Companhia Nacional de Abastecimento/Conab².

² Segundo a Companhia Nacional de Abastecimento. Compêndio de Estudos Conab/Companhia Nacional de Abastecimento, os dados referentes ao município de Orizona, em Goiás (IBGE, 2018). O município tem população de aproximadamente 15,5 mil habitantes. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é de 0,715 (2010). O rebanho de bovinos é de 204 mil cabeças, sendo 47,5 mil de vacas ordenhadas (2016). Estando no ranque de segunda Bacia leiteira no Estado de Goiás.

Ao referirmos a trabalhadoras rurais, partimos as questões de como se dá a ocupação dos espaços sociais vivenciados no meio rural entre homens e mulheres e quais as restrições no trabalho familiar que podem se manifestar em detrimento da igualdade entre os gêneros.

O grupo constituído contou com trinta e uma mulheres, a maioria casada, além de serem mulheres chefes de família e mulheres autônomas (viúvas e solteiras), entre as idades de 32 a 89 anos.

O desafio em reuni-las estava relacionado ao fato de se tratar de trabalhadoras rurais com atividades sem feriados e finais de semanas, como fato observado em seu cotidiano. Destaca-se uma tradição comum para a maioria delas, as rezas tradicionalmente realizadas, o que evidencia a religiosidade como uma característica muito marcante na vida das pessoas deste município, principalmente a população rural feminina.

Outro hábito que desperta o interesse delas, valorizado pelos produtores rurais desta região, é o aprimoramento profissional, manifestado na participação regularmente em cursos de capacitação rural. Mediante a esse fato, firmamos parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e com o apoio do Sindicato Rural de Orizona, que somaram como parceria no desenvolvimento desta pesquisa.

Foi possível, por meio dos desdobramentos dos questionários semiestruturados paralelos aos cursos do Senar, desenvolver a pesquisa associada aos encontros nos cursos de capacitação profissional rural e cursos de promoção social. Os parceiros ofertaram palestras motivacionais, um curso de formação administrativa para mulheres no campo e um curso de confecção de bolsas e bordados artesanais.

Entre os intervalos, nos próprios assuntos discutidos nos cursos, geralmente aconteciam voluntariamente as respostas que buscávamos, pois tratava das relações de trabalho na atividade da agricultura familiar, principalmente sobre o espaço de trabalho para as mulheres rurais, em que a pesquisa era enriquecida e sistematizada no objetivo que se propunha.

Com as entrevistas e a aplicação de questionários semiestruturados, a partir de um roteiro, geralmente as questões eram lançadas ao grupo em rodas de conversas ou em momentos distintos, que traziam nos depoimentos suas vivências, o trabalho feminino no campo e a perspectiva de vida em comunidade rural e nas fazendas.

A formulação das questões foi pensada para que demonstrassem o seu cotidiano, no que diz respeito à vida do trabalho rural e doméstico, nas relações entre as famílias, na comunidade, revelando suas crenças, seus costumes e concepções.

Procuramos identificar quais eram as expectativas das mulheres mais jovens do grupo, o que conseguiam realizar, avançar em relação a suas mães e avós, se eram na perspectiva de

prosseguiu os estudos, se pensavam em ficar no local ou saírem etc. Das mulheres de mais idade procurou-se recolher relatos sobre as suas trajetórias, as suas origens, a inclusão a comunidade e as transformações no trabalho.

E a partir das respostas, foi possível analisar como as mulheres dessa comunidade se veem e atuam perante a família e a sociedade na contemporaneidade, tendo em vista uma moral feminina que permeia a história das mulheres que tem por intenção definir o lugar da mulher rural.

Este estudo se propôs a necessidade dos registros de uma história produzida por elas, buscando colaborar para o preenchimento das lacunas existentes na história das mulheres com destaque as peculiaridades da vivência rural. O título da pesquisa, “Todo dia é segunda-feira”: um estudo sobre as práticas e saberes das mulheres rurais da comunidade de Corumbajuba município de Orizona/Go, surgiu do depoimento de uma das mulheres entrevistadas do grupo de estudo, ao dizer que no trabalho rural não existe finais de semana, que “todo dia é segunda - feira”.

O trabalho trilha na continuidade das produções escritas sobre o município de Orizona, em um trabalho acadêmico, em que elencávamos o surgimento da comunidade de Corumbajuba³ e agora com a abordagem das relações de trabalho feminina no contexto rural e seus desdobramentos no jogo de poder na conquista emancipatória das mulheres.

Isto posto, foi nossa intenção responder questões, como: (i) em que momento as mulheres aparecem como construtoras da história de Corumbajuba?; (ii) Estas mulheres estavam silenciadas e/ou confinadas no espaço do lar pela força do patriarcado? A construção inconsciente de uma moral feminina que as coloca num espaço limitado; (iii) Se a resposta for positiva, em que medida isso é enfrentado? Todas essas questões são retomadas e discutidas nos depoimentos do grupo pesquisado nos capítulos a seguir no intuito de respondê-las.

Livros do memorialista Pereira Neto (1970, 1991, 2002) apontam que Orizona foi fundada por Joaquim Fernandes de Castro e José Pereira Cardoso, no ano de 1850. Durante o movimento fundador da cidade, destacou-se o cidadão Fulgêncio de Souza França. Nesse fragmento do texto, o memorialista advém para exemplificar a história do município de Orizona como na história do povoado de Corumbajuba, em que nos perguntamos onde estaria a participação das mulheres nos relatos da história deste município.

Conjecturamos que isso a várias razões e interpretações, como uma educação voltada para as mulheres em que diziam que seriam destinadas aos cuidados da casa e educação dos

³ OTONI, Ronia Batista Vaz. **Um olhar sobre a vida rural**: Corumbajuba 1930-2006. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História). Universidade Estadual de Goiás, Pires do Rio, 2007.

filhos, principalmente para as filhas. Possivelmente poderiam fazer parte de conquistas junto aos homens ou esposos, porém somente a eles seriam dadas as honrarias.

Em leituras a estas fontes, percebemos o silêncio imposto às mulheres, pois já no empreendimento fundador não encontramos menções as mulheres como participantes.

Quando nos dirigimos à história da comunidade de Corumbajuba, encontramos como protagonista o senhor Virgínio Vaz, liderança no movimento fundador deste vilarejo, na época casado com dona Abadia, num processo de resgate de memórias, onde os moradores relatam uma mulher que se casou com seu Virgínio, contudo observamos o silenciamento de suas ações na história. A esse legado histórico está o fio condutor que pôde chegar à luz das respostas sobre a existência de uma organização familiar, sob a sombra de uma existência ou resquícios do patriarcado, manifestado por normas machistas nas relações no campo, entre homens e mulheres na contemporaneidade ou a sombra de um conformismo de uma moral feminina constituída a partir de suas vivências nas suas práticas e saberes.

Procuramos identificar se houve existência da continuidade do legado de luta emancipatória ou de permanências, amparadas na plena consciência de igualdade e respeito numa sociedade contemporânea, na efetivação da autonomia e valores que priorizem a igualdade e a ausência da definição de papéis que oprimem e dificultem a inserção das mulheres na sociedade.

Objetivamos, ainda, simultaneamente, alargar as discussões no debate acadêmico sobre as comunidades rurais, em especial as mulheres de vivência campesina, e relacioná-las ao processo histórico, evidenciando seu protagonismo como construtoras da história. Para isso, as discussões e fundamentações teóricas pautaram no entrelaçar das vozes destas mulheres, objeto da pesquisa, e nas bases bibliográficas aqui apresentadas.

A motivação para realização deste estudo surge de uma realização pessoal enquanto mulher e de vivência rural, os afazeres rurais são ausentes na vida urbana, nessa experiência, reflete-se que a vida na fazenda exige um encontrar com o campo. O trabalho rural feminino muitas vezes entendido como uma extensão das atividades domésticas, em que pode acarretar um entendimento na representação enquanto trabalhadoras rurais.

Ao trazer histórias de mulheres que participam da lida no campo, na apresentação de suas atividades e contribuição na manutenção da vida no campo e na cidade, parte de um objetivo de propor uma continuidade da descrição da história das mulheres. Descrever as formas de pensamentos, ações e participação na sociedade em que vivem seus enfrentamentos no trabalho no campo, relacionado a lutas já travadas em épocas passadas, a exemplo a Marcha das Margaridas, que refletem a emancipação das mulheres rurais, como estratégia na formação

de um movimento que conduziu a grande passeata, a cada quatro anos, com a participação de mulheres do campo de várias partes dos estados brasileiros alcançando conquistas de seguridade social.

No decorrer dos capítulos, discutimos a formação do patriarcado e a contextualização ao tempo presente, bem como a eclosão dos movimentos feministas somadas às mobilizações que conduziram a discussão dos papéis sociais e os padrões naturalizados. Em meio a esse embate teórico, damos a conhecer as mobilizações e manifestações das mulheres rurais de Corumbajuba.

Trazemos no primeiro capítulo o estudo das estratégias que pudessem viabilizar o alcance das vozes femininas no ambiente rural desta comunidade. A conceituação de “mulheres rurais”, a apresentação de dados referentes ao grupo de mulheres pesquisado. A participação das mulheres rurais nos sindicatos e na formação de movimentos nacionais que marcaram etapas emancipatórias na história das mulheres trabalhadoras rurais.

No segundo capítulo, apresentamos as atividades desenvolvidas pelas mulheres da comunidade rural de Corumbajuba, práticas e saberes vindos de um contexto de vida rural, seu cotidiano. A formação da Agricultura familiar no município de Orizona e a formação das Associações como instrumento de luta na manutenção da produção rural para o mercado.

Ao chegar ao terceiro capítulo, apresentamos acontecimentos que levaram a população rural ao decréscimo demográfico e os impactos no trabalho rural contemporâneo. A introdução do que chamaram de mecanização no campo, com o advento da Revolução Verde, que marca trajetórias nos movimentos para o fortalecimento da agricultura familiar, modificando a organização do trabalho e outros adventos que anteriormente incidiam a mudança. Na fundação do povoado de Corumbajuba, a busca da participação das mulheres neste momento histórico.

Discutimos a educação para as mulheres como potencialidade emancipatória. Mulheres que deixaram nos registros da história um legado de luta na conquista da educação para as si mesmas, compreendendo a educação formal como um de seus maiores triunfos.

CAPÍTULO I

RAZÕES PARA ESCREVER SOBRE MULHERES RURAIS

Muitas pesquisadoras contemporâneas têm produzido obras que constituem a história das mulheres no Brasil. Mulheres de variados contextos, raças e etnias já podem ser visualizadas a nossa disposição em obras que relatam a história das mulheres desde o Brasil Colônia aos dias atuais. Partimos, então, a procura do que pudéssemos relatar sobre as mulheres rurais na construção da história, de modo geral onde estariam os livros que trazem a história das mulheres do campo e a importância de falar sobre elas.

Neste capítulo apresentamos a formação do grupo focal, características do lugar em se encontra o grupo pesquisado, quem são e quais as formas de organização do trabalho rural nessa localidade. O estudo de estratégias que pôde viabilizar o alcance das vozes femininas no ambiente rural.

Encontros ou desencontros com a história Sindical de participação das mulheres rurais no cenário de luta nacional, como a Marcha das Margaridas, que revelou conquistas significativas para trabalhadoras rurais na contemporaneidade. Estabelecermos uma conexão a esse movimento com o grupo de mulheres da comunidade rural de Orizona, como elas se posicionam frente a esses desafios.

Relatamos a experiência das mulheres pesquisadas na participação de cooperativas que pudessem revelar a condição da mulher rural perante essas instituições.

1.1 A mulher rural no município Orizonense

Buscamos conhecer as histórias de vida das mulheres rurais da comunidade de Corumbajuba do município de Orizona/Goiás, por suas próprias vozes, analisando a grande lacuna existente de uma história das mulheres, de trajetórias relatadas por elas mesmas, principalmente em épocas passadas, como destaca Perrot (2007) partindo do pressuposto de que “procuramos os vestígios das mulheres nos arquivos. Cabe igualmente procurá-las nos materiais impressos e nas bibliotecas. Para ouvir suas vozes... Por conseguinte, transpor, com elas, os obstáculos que durante tanto tempo, impediram seu acesso à escrita” (PERROT, 2007, p. 31).

Quando a autora explicita seus pressupostos para lembrar a importância de um acervo sobre a história das mulheres debatido desde o começo do século XX, direciona-se a análise de nos perguntarmos quais foram às vias da escrita para as mulheres num mundo em que as

proibiam e que mesmo assim, não conseguiram cessar a sede do conhecimento, que mais tarde as colocariam num ranking numeroso nas universidades.

A história das mulheres que contemplem os diversos grupos sociais, sejam mulheres urbanas, mulheres rurais, de comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas... Mulheres descritas com a preocupação de conhecê-las nas suas especificidades, no meio em que vivem e nas suas relações com o outro, assumindo relevância a cada momento em que as transformações acontecem e o tempo nos conduz ao registro.

A informação disponível, rara para os primeiros séculos da colonização, torna-se caudalosa para os dias de hoje. Ainda faltam mais historiadores, homens e mulheres, que interpretem com maior frequência o estabelecimento, a gênese e a importância dos fatos históricos que envolvam as mulheres; faltam mais pesquisas regionais ou sínteses que nos permitam resgatá-las de regiões do país onde o tema ainda não despertou vocações... Poderíamos nos perguntar para que serve a história das mulheres? E a resposta viria, simples: para fazê-las existir, viver e ser. E mais, fazer a história das mulheres brasileiras significa apresentar fatos pertinentes, ideias, perspectivas não apenas para especialistas de várias ciências – médicos, psicólogos, antropólogos, sociólogos etc.-, como também para qualquer pessoa que reflita sobre o mundo contemporâneo, ou procure nele inferir. Esta é, afinal, uma das funções potenciais da história (PRIORE, 2017, p. 09).

Ao enfatizar a relevância deste estudo, que foi a de propor conhecer o grupo de mulheres desta comunidade rural, concordando com a autora, pretendíamos “fazê-las existir, viver e ser”. Vale ressaltar que o presente estudo nos permitiu conhecer o cotidiano e as práticas femininas de mulheres de vivências rurais na contemporaneidade.

Suas ideias e sonhos que não estão isolados no mundo, pois trazem a história de suas famílias, sua comunidade, frustrações e superações. Trata-se de desvendar um mundo rural existente, as transformações na cultura e as mudanças nas ideias, mostrando o ser social, mulheres na luta diária e em seus encontros vividos no meio rural. O município de Orizona/Goiás⁴ possui uma população rural tão numerosa quanto à do meio urbano, de acordo

⁴ Orizona, antiga Capela dos Correias, depois Campo Formoso e posteriormente Orizona, edificada à margem direita do Ribeirão Santa Bárbara, afluente do Rio Corumbá, foi fundada por Joaquim Fernandes de Castro e José Pereira Cardoso que, em 1850, deram começo aos trabalhos de construção de uma capela dedicada a Nossa Senhora da Piedade. É desconhecida a primeira imigração. De Minas Gerais vieram agricultores entre 1830 e 1850, começando, assim, o povoamento. Destaca-se nesse movimento fundador, o cidadão Fulgêncio de Souza França e do Cel. Pio José da Silva, pai do grande Artur Silva, cujos feitos são narrados até a presente data pela população local. Edificada a capela, formou-se o povoado pertencente ao Município de Santa Cruz (hoje Santa Cruz de Goiás). Em 1890 o povoado constituído em distrito, com a denominação de Capela dos Correias. Graças ao desenvolvimento, foi elevado à categoria de Vila em 12 de julho de 1906, pela Lei nº 277, instalada a 15 de outubro do mesmo ano, já com a denominação de Campo Formoso. A categoria de Cidade lhe foi dada pela Lei nº 347, de 8 de julho de 1909. Pelo Decreto-Lei Estadual nº 8305, de 31 de dezembro de 1943, o Município de Campo Formoso passou a denominar-se "Orizona" - termo do latim que significa "Região do Arroz". O termo surgiu da junção do prefixo "Oriza", que significa Arroz, e do sufixo "Zona", que significa Região. Quando o município foi nomeado como Orizona, este era um dos grandes produtores de arroz do estado de Goiás.

com o último senso de 2010⁵, que têm revelado que a população rural deste município vem diminuindo, mas continua expressiva e singular se comparado com muitos outros municípios, que quase não tem uma população rural existente.

Os moradores deste município se assemelham muito em seus costumes, poderíamos comparar a cidade de Orizona com a utilidade de um entreposto comercial para os moradores rurais, ou seja, um lugar de trocas para produtores e consumidores, sustentando as famílias rurais e urbanas, girando a economia do município.

No decorrer da semana, os moradores rurais vêm à cidade e nos fins de semana a maioria vão para as fazendas. Interessante observarmos que a cidade de Orizona se movimenta, tanto no fluxo de pessoas como de mercadorias, fazendo sua economia movimentar depois da segunda dezena de cada mês, em função do pagamento do leite, renda principal das famílias rurais, conduzindo um fluxo econômico também ao comércio desta cidade.

Cabe às mulheres terem suas listas de compras, pagamentos e até entregas de produtos, trazidos das fazendas, organizados para esses dias, ao passo que recebem o pagamento do leite e comercializam seus produtos e demais necessidades que buscam na cidade.

Os dias de trabalho nas fazendas são árduos e poucos são os dias que conseguem organizarem para irem à cidade, geralmente por necessidade e poucas vezes a lazer.

Uma prática comum para esse grupo de mulheres é acompanhar os esposos numa viagem rápida a cidade e bastante corrida tendo em vista os afazeres da fazenda e tantas coisas a resolver na cidade. Relacionado a este fato, ouvimos queixas sobre a falta de tempo para suas particularidades, pois as mulheres desta comunidade queixam da dificuldade como a falta de tempo para os salões de estética, consultas médicas, odontológicas, entre outras coisas, que muitas vezes são deixadas em segundo plano, não sendo prioridade pela dinâmica de vida imposta a elas.

Esse costume observado pode ser levantado como hipótese para a continuidade da representação de uma mulher do campo, especificamente deste grupo, como mulheres “simples”, ao percebemos como mulheres que priorizam o cuidar da casa, da família e do trabalho no campo. Não poderíamos afirmar que mesmo na sua “simplicidade” essas mulheres não sejam vaidosas ou desarrumadas. Ainda que elas tenham que contar com todas as

⁵ De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - IBGE, Censo Demográfico 2000 e 2010. No quadro Demográfico do Território da Estrada de Ferro, o município de Orizona/Goiás, no ano de 2000, apresentava uma população de 13.067 de habitantes, sendo 6.382 urbanas e rural de 6.685. Já no ano de 2010, 14.300 de habitantes, 7.975 no meio urbano e no meio rural 6.325. Em 2019, a população estimada de Orizona é de 15.615, sendo a urbana de 6.961 e rural de 5.543. Observamos que mesmo com o decréscimo da população rural, ela continua expressiva na porcentagem populacional do município.

dificuldades pela distâncias das cidades, procuram dentro de suas possibilidades, acompanharem as tendências da moda e os tratamentos estéticos num mundo rural contemporâneo globalizado.

Pela abrangência dos meios de comunicação na contemporaneidade, com a ampliação do acesso à internet, proporciona a elas acompanharem as informações modificando a vida no campo, uma condição nova, que em tempos passados não tinham a sua disposição.

Notamos que a vida nas fazendas e nas comunidades rurais segue um modo que defini os usos e costumes, que caracterizam de certa forma a mulher rural. Características que em determinados momentos e eventos as unificam na maneira de ser e viver estando no ambiente rural.

Hoje na comunidade rural de Corumbajuba, a vida melhorou, de acordo com o grupo focal de pesquisa, pois temos atendimento médico no povoado para as mulheres e suas famílias. Exames rotineiros e preventivos são oferecidos nos postos de saúde local. Tratamento odontológico e oftalmológico, que em tempos passados, só eram feitos nas cidades, agora são ofertados as comunidades rurais.

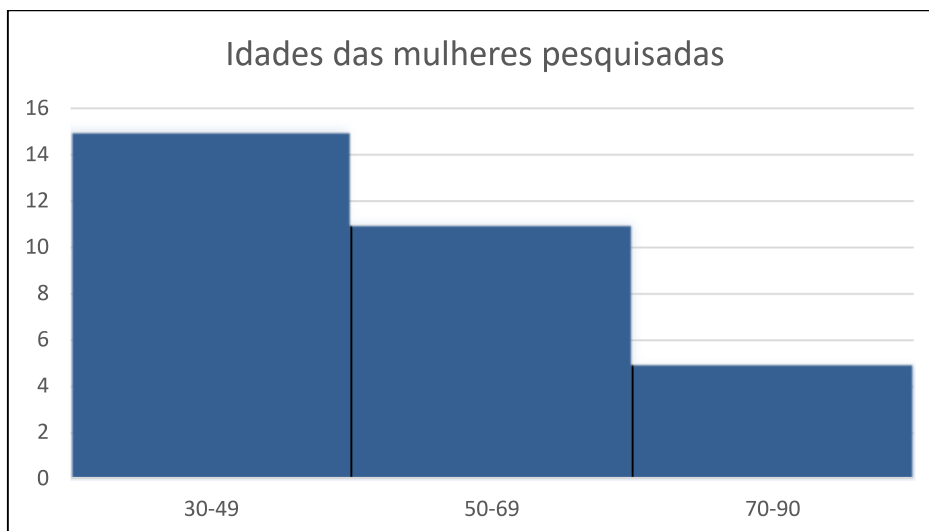
A beleza estética reside para a mulher rural também como um espaço importante nos dias atuais, como acrescentou Sant'Anna (2014, p. 16) ao dizer que “o embelezamento virou uma prova de amor por si mesmo e pela vida – não somente um dever, mas um merecido prazer; não simplesmente um truque para ser amado, mas uma técnica para se sentir adequado”.

Foi apresentado ao grupo de pesquisa uma questão que investigava como elas faziam para cuidar do seu corpo, de sua saúde e beleza vivendo no meio rural. A resposta direcionava na perspectiva que faziam dentro de suas possibilidades financeiras, fazendo uso dos recursos da natureza, já sendo um costume na região as receitas naturais para o cuidado da pele, do cabelo e da saúde em geral. Os produtos caseiros, como shampoos, cremes, pomadas, garrafadas, entre outros, contribuem para seus cuidados pessoais, como também para renda familiar.

Ao analisar a história das mulheres, torna-se inquietante a busca por respostas da continuidade de uma história que abarque a contemporaneidade dessas mulheres que permaneceram no meio rural. Questões que pontuem quais as diferenças na vida da mulher do campo em relação com a vida da cidade, suas perspectivas e anseios de uma vida voltadas para o campo.

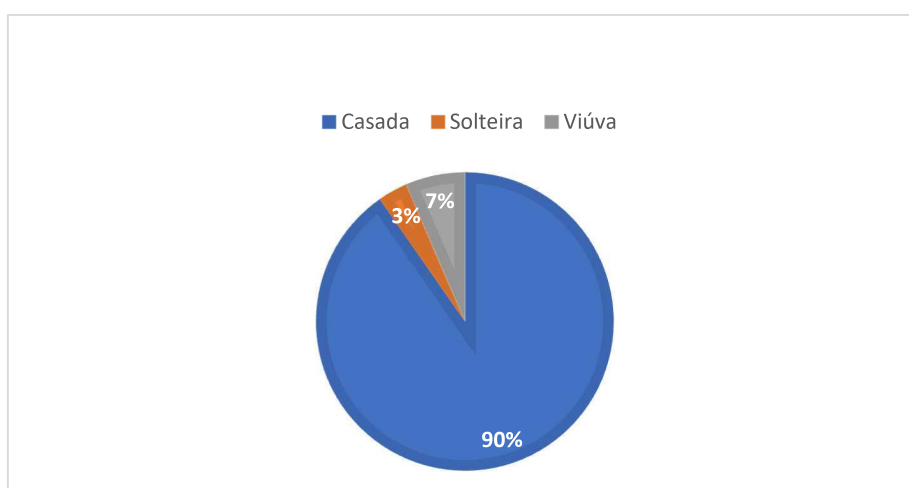
A escolha por um trabalho de cunho etnográfico e qualitativo, parte da premissa metodológica de um grupo focal específico por mulheres rurais entre 32 a 89 anos de idade.

Gráfico 4 - Histograma da faixa etária do grupo pesquisado



Fonte: a própria autora

Gráfico 5 - Estado civil das mulheres pesquisadas



Fonte: a própria autora

Das trinta e uma mulheres do grupo focal de pesquisa, vinte e oito são casadas, duas viúvas e uma solteira. Todas residentes em pequenas propriedades rurais no povoado de Corumbajuba, a maioria delas pertencentes a uma linhagem de gerações que viveram e vivem neste lugar.

O grupo foi selecionado tendo como um dos critérios a idade, por serem mulheres que já teriam uma experiência na vida rural e, assim, contribuiriam na busca das respostas que este trabalho pretende alcançar.

As jovens também estariam envolvidas no discurso pelas falas das mães, das tias ou mesmo por outros parentescos ou amizades.

Como pesquisadora e moradora desta região, gostaria de elencar por meio desta pesquisa os fatos que retratem o que mudou na vida dessas mulheres, da geração das avós para suas netas, ou seja, de geração anterior para atual. Porque as jovens ao estudarem não voltam para as fazendas? Sabemos que a vida nas fazendas de pequenos produtores e comunidades rurais não tem atraído em termos econômicos, tornando desafiador para os jovens permanecerem nesta região, principalmente pelos fatos relacionados a falta de emprego à autossuficiência econômica.

A grande parte dos moradores desta região são casais, os quais os filhos vão viver nas cidades e os pais permaneceram nas fazendas.

Outro fato relacionado ao grupo pesquisado é que de trinta e uma mulheres, vinte oito são mulheres casadas, sendo apenas sete que tiveram filhos que permaneceram nas fazendas. Este fato sinaliza uma realidade vivenciada não só a esse grupo, como nas pesquisas demográficas recentes⁶.

O decréscimo da população rural como fato recorrente historicamente, principalmente a partir da Revolução Industrial no mundo ocidental.

A população rural de Orizona é formada por comunidades rurais distribuídas ao redor do município, percorrendo distâncias que tornam o município com diversas rotas e estradas rurais, para viabilizar a pesquisa e a possibilidade da formação de grupo focal facilitou o estudo. Segundo Powell e Single (1996, p. 449), uma pesquisa a partir de um grupo focal é explicada por “um conjunto de pessoas selecionadas e reunidas por pesquisadores para discutir e comentar um tema, que é objeto de pesquisa”. A participação das componentes do grupo se originou por um convite, como metodologia pensada para alavancar o estudo, para o primeiro encontro das mulheres rurais da comunidade de Corumbajuba.

No convite, a princípio, denominamos mulheres camponesas para representá-las, entretanto considerando a terminologia mulheres camponesas como construção de uma identidade política, a unificação de um grupo de mulheres rurais em torno de um movimento nacional, um projeto de luta e participação em que compõem quebradeiras de coco, pescadoras, boias-frias, ribeirinhas, sem-terra, assalariadas rurais, agricultoras, extrativistas, enfim, ao colocar para o grupo essa identificação e discutirmos coletivamente o termo que melhor nos

⁶ Os dados dos Censos Demográficos do IBGE mostram que em 1950 a população urbana brasileira era de 18.782.891 de hab., sendo a taxa de urbanização de 36,1%. Com a urbanização crescente da população brasileira a taxa de urbanização em 1970 era de 55,9%. Em cinquenta anos, entre 1950 e 2000, a população urbana aumentou 633,4% e em 2000 era de 137.755.550 hab., o que corresponde a uma taxa de urbanização de 81,2%. A população urbana aumentou quase três vezes mais do que a população total nesses cinquenta anos. Para este processo contribuiu o intenso êxodo rural e o grande crescimento vegetativo da população.

representava, poderíamos considerar consenso, por aquelas que participaram da discussão, como denominadas de mulheres rurais.

Reforçado mediante os depoimentos nos questionários, a mulher rural contemporânea da comunidade de Corumbajuba vive e trabalha no campo, junto aos esposos, aos filhos ou como chefes de família, assumindo sozinhas as responsabilidades e trabalhos em propriedades, sejam suas ou de terceiros na prestação de serviços.

A condição de sentirem identificadas como mulheres rurais, sugere uma identidade política de representação de seus espaços, desafios e enfrentamentos para mulheres trabalhadoras rurais que buscam reconhecimentos, tendo em vista a complexidade já apontada por Butler (2003, p. 18, destaque do autor) como “Os domínios da ‘representação’ política e linguística estabelecem a priori o critério segundo o qual os próprios sujeitos são formados, com o resultado de a representação só se estender ao que pode ser reconhecido como sujeito”.

Figura 1 - Convite do primeiro encontro das mulheres em campo



Fonte: a própria autora

Na visão de Butler (2003), “Os domínios da ‘representação’ política e linguística estabelecem a priori o critério segundo o qual os próprios sujeitos são formados”. As mulheres de Corumbajuba se caracterizam pelo trabalho da agricultura familiar, sendo trabalhadoras que desenvolvem suas atividades junto a suas famílias, exercendo o trabalho rural na coletividade,

com os membros de sua família. Sendo assim, elas buscam reconhecimento como trabalhadoras rurais.

A autora esclarece que na construção identitária no que é deixado de fora do “exterior constitutivo”, sendo pertinente considerar que as reivindicações no campo de conquistas pelo reconhecimento profissional e por direitos trabalhista-previdenciários, inserem-se em campos de disputas por reconhecimento cultural (na esfera da diferença, envolvendo demandas de gênero, étnicas e outras) e redistribuição socioeconômica (na esfera da igualdade).

A opção por referir-se a elas como “mulheres rurais” se justificam por serem trabalhadoras rurais que buscam reconhecimento no papel social que exercem, principalmente na atividade agropecuária⁷, estando associada, na maioria das vezes, como uma ajudante para o esposo ou a filhos, muitas vezes até conhecidas como “a mulher do Manelão”. A terminologia mulheres rurais pode aparecer como um indicativo de consciência de quem são, seus espaços, desafios e direitos de emancipação.

Segundo Birole (2018, p.) “A noção de autonomia individual é peça-chave das tradições liberais de pensamento. Remonta a diferentes concepções de liberdade e agência moral dos indivíduos, assim como da Relação entre Estado e pluralismo de valores”. Pela pertinência das colocações da autora ao fazer referência à complexidade de uma sociedade moderna em que a capacidade reflexiva dos indivíduos sobre suas vidas e seus objetivos criava condições a uma correlação entre valores e normas institucionais. As mulheres desta região ao desempenharem atividades nas fazendas, como ordenhar as vacas, o cultivo de hortaliças, a criação e trato dos animais, como na preparação das refeições para família e eventuais trabalhadores temporários, efetiva por meio de suas práticas a condição de trabalhadoras rurais.

Uma das questões pontuadas nos questionários da pesquisa procurava responder quais seriam as dificuldades para as mulheres rurais desta região na inserção social? ou seja, na relação binária, homem /mulher, de oportunidades de trabalho remunerado e de oportunidades de estudo.

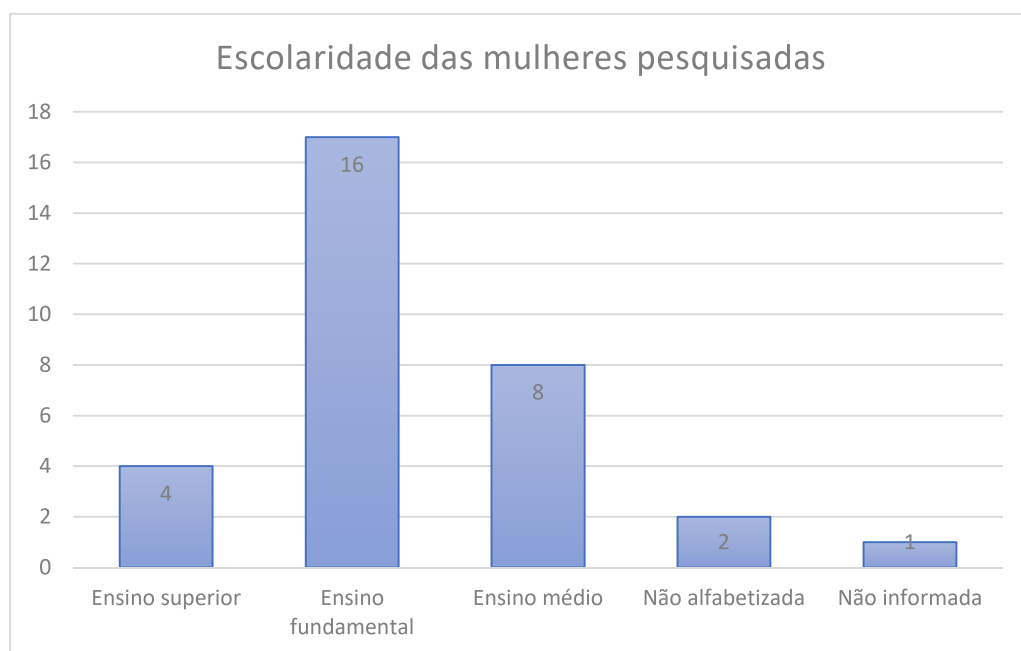
Visto que o trabalho fora das fazendas, na região da comunidade de Corumbajuba, a existência de grande disputa pelas moradoras do povoado e das fazendas vizinhas, por uma vaga na escola e no posto de saúde, instituições pertencentes à municipalidade, sendo as únicas a oferecerem trabalhos com regularidade salarial e permanência. Com isso a procura é grande, principalmente pelas mulheres, evidenciando por um lado a dureza do trabalho rural e a

⁷ **Agropecuária** é uma atividade exercida, principalmente, por pequenos produtores, que unem as técnicas da agricultura - cultivo de plantas e hortaliças - com a pecuária, que é criação de animais (gado, suínos, aves, equinos e etc.).

escassez de um salário regular, em que as coloca em busca de melhores condições socioeconômicas, como anseio por emancipação e realização pessoal, encontrado nesse cenário feminino.

Para contextualizar a escolaridade do grupo pesquisado, das trinta e uma mulheres do grupo focal pesquisado, somente quatro têm curso superior. Dessas, duas concluíram os estudos depois de casadas.

Gráfico 6 - Escolaridade das mulheres pesquisadas



Fonte: a própria autora

O grupo pesquisado composto por mulheres jovens, de média idade e algumas já na fase idosa, todas viventes nessa região, não apresentaram muito interesse em continuar os seus estudos, justificado nos depoimentos de algumas a razão seja a falta de oportunidade de trabalho remunerado na região, pelas dificuldades de acesso as escolas e universidades, como a falta de trabalho que valorizasse a escolaridade.

Por ser uma resposta que surge por grande parte do grupo, partimos para a reflexão que melhor possa traduzir essa situação, mediante a falta de interesse dessas mulheres na continuidade da escolaridade ou a existência de algumas do grupo de nem chegarem a serem alfabetizadas. No gráfico da escolaridade, as duas mulheres não alfabetizadas têm idades acima de setenta anos. Pela amostragem do grupo focal, e em uma análise mais ampla deste município, percebemos que mulheres na fase idosa têm um número bem reduzido de escolaridade.

Nos depoimentos do grupo, que iremos retomar nos capítulos seguintes, observamos que essa análise demanda descrever essas mulheres rurais de Corumbajuba, por um critério de idades e trabalho rural desenvolvido junto a suas famílias, que conduziu nossos olhares por mudanças ocorridas na educação destinada às mulheres, que possam ter induzido nas escolhas ou imposições para algumas.

Recorrendo ao processo histórico, as mulheres tiveram acesso à escola tardiamente⁸. As mulheres de mais idade nos relataram que quando jovens suas perspectivas se voltavam para a procura de um bom esposo e trabalhador, um costume que se naturalizou pelas práticas.

Irem às festas das comunidades e aprender serviços domésticos e artesanatos eram o que estava ao alcance dessas mulheres, apontando mais uma vez a evidência de uma educação para as mulheres que as preparasse para boas esposas.

Segundo Foucault (1987), “O poder define quem somos os nossos gestos e até a relação que temos com nós mesmos”. Numa perspectiva que não partisse de um olhar crítico, isso poderia ser considerado positivo na medida em que não as impedisse de desenvolver também outras habilidades, que as colocasse mais participativas na sociedade sem riscos da exclusão social e o desenvolvimento de outras habilidades, na busca por conhecimento que possa proporcionar aos seres humanos melhorias, sejam homens ou mulheres.

Em pauta na continuidade dos assuntos decorrentes na primeira reunião com o grupo focal, abrimos uma breve reflexão histórica sobre a aposentadoria rural, pela advogada e mestre em História Social, Maria Leônia Veiga. Não sendo o tema foco desta pesquisa, o objetivo era trazer uma reflexão ao grupo em que elas pudessem pensar na sua condição atual enquanto trabalhadoras rurais, no reconhecimento de seus direitos e ocupação dos espaços sociais na contemporaneidade.

Exemplifica o sociólogo francês Bourdieu (2002) que nos espaços sociais os indivíduos desenvolvem as suas identidades, onde são percebidas as diferenças e as posições sociais. Isso ocorre por meio de diversos capitais (relação de poder): o capital social, cultural, econômico e simbólico. Assim, o capital social é gerado pelas diversas relações sociais que o indivíduo desenvolve, uma vez que o capital cultural é o conjunto de conhecimento. E, por fim, o capital econômico que é determinado pela quantidade de bens possuído pelo indivíduo, somando todos chegará ao capital simbólico.

⁸ De acordo com Ristoff (2007), a trajetória da mulher brasileira nos últimos séculos é, para dizer pouco, extraordinária: de uma educação no lar e para o lar, no período colonial, para uma participação tímida nas escolas públicas mistas do século 19; depois, uma presença significativa na docência do ensino primário, seguida de uma presença hoje majoritária em todos os níveis de escolaridade, bem como de uma expressiva participação na docência da educação superior.

O propósito da reflexão sobre as leis da previdência social para mulheres rurais, pela breve orientação exposta, poderia contribuir no desvendar das relações de poder entre os gêneros, no ambiente de trabalho rural, além de trazer informações que agregasse o interesse sobre os direitos a ser conquistados e conhecer os já alcançados.

No decorrer da reunião, elas foram contempladas com demonstrações de cuidados com o corpo, pela fisioterapeuta Talita Mendonça e um lanche com o apoio do Sindicato Patronal de Orizona, também parceiro na realização da pesquisa.

Questões simples de seus cotidianos foram alocadas: como são distribuídas as atividades entre os membros da família? a que se dedicam como prioridade em seus afazeres cotidianos? como preenchem suas horas de lazer? de que forma elas acreditam que seu trabalho venha colaborar na comunidade que fazem parte e como se consideravam participativas na política do seu município? entre outros.

Os questionários previamente estruturados com questões relacionadas aos espaços de vivência; família, comunidade e trabalho, teve como propósito, segundo Bordieu (2002), ao contribuir para os diversos aspectos da Teoria Social, segundo a qual o campo social determina um espaço simbólico (local de socialização) onde são realizadas trocas entre os sujeitos, pois durante nossa vida participamos de diversos espaços sociais, onde interagimos com os outros seres humanos por meio da linguagem.

A cada resposta vinda do grupo de mulheres, buscávamos interpretar as relações de poder existentes nas relações de trabalho rural, que pudessem se manifestar. Podem-se considerar espaços sociais: a casa, a escola, o trabalho, a igreja, dentre outros. Nesse sentido, o espaço social está associado ao espaço multidimensional onde as relações são efetivadas através da interação entre os atores sociais e os sujeitos que compõem um grupo social, numa perspectiva de conhecer as formas de pensamento, compreensão e atuação nas relações binária homem/mulher direcionada a questão problematizada, a presença do patriarcado na contemporaneidade na vida das mulheres rurais, e, assim, compreender se as dificuldades enfrentadas por elas fazem relação à herança patriarcal.

Para exemplificar o rastreamento da ocupação dos espaços sociais pelas mulheres rurais e sua importância na descoberta da prevalência do patriarcado para esse grupo pesquisado, Garcia (2015) traz contribuições à história das mulheres, ao abarcar em sua obra pontuações sobre a história do feminismo, onde relata “São sistemas de crenças que especificam o que é característico de um e outro sexo e, a partir daí, determinam os direitos, os espaços, as atividades e as condutas próprias de cada sexo” (GARCIA, 2015, p. 19).

Pelas falas das mulheres do grupo focal, ao responderem como ocupavam suas horas de lazer, a primeira resposta do grupo era que não tinham esse tempo, que as atividades rotineiras tanto das fazendas como os serviços domésticos, não as reservavam horas de lazer.

Percebemos o quanto é forte o pensamento das obrigações específicas das mulheres ainda em dias atuais, principalmente nas atividades domésticas somadas às demais atividades do campo que não as permitem horas de lazer.

Liberdades de se juntarem a outras mulheres em bares para um bate papo, prática comum para os homens, mas que para as mulheres nessa região podem ser vistas como inapropriadas, pois são considerados predominantemente como comportamentos “masculinos”, podendo conduzi-las a uma imagem de desvio de caráter⁹, ideias que aparecem nas falas das mulheres e que revelam um universo machista ao excluírem mulheres de determinados ambientes de interação social.

1.2 O sindicalismo e cooperativismo no embate trabalhista feminino rural

As mulheres deste grupo focal representam o cotidiano de muitas outras mulheres do município de Orizona, que não estão vinculadas a movimentos sociais de grande repercussão, como o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), o Movimento dos Sem Terra (MST) e a nenhum movimento de grande repercussão nacional na luta por direitos de seguridade social para as mulheres do campo.

No entanto, o sindicalismo é muito presente na história dos produtores rurais em Orizona e na formação das associações e cooperativas, pois percebe-se que existe uma filosofia cooperativista e associativista, vista com credibilidade pelos produtores deste município.

Existem em Orizona hoje dois Sindicatos: *Sindicato dos Trabalhadores Rurais em Orizona*, com a participação dos trabalhadores, pequenos produtores rurais e funcionários, e outro *Sindicato Rural de Orizona*, o chamado patronal, o qual seus membros, na maioria, são proprietários de terras e tem funcionários registrados.

Para filiar no Sindicato Patronal, um dos critérios é que o proprietário tenha funcionários. Patronal é porque representa a categoria econômica, ou seja, os

⁹ Caráter é um conjunto de características e traços relativos à maneira de agir e de reagir de um indivíduo ou de um grupo. É um feitiço moral. É a firmeza e coerência de atitudes. O conjunto das qualidades e defeitos de uma pessoa é que vão determinar a sua conduta e a sua moralidade, o seu caráter. Os seus valores e firmeza moral definem a coerência das suas ações, do seu procedimento e comportamento.

empregadores/empresas. Já o Sindicato do trabalhador é o que representa a categoria profissional, os empregados.

Entre as trabalhadoras rurais, algumas fazem parte do Sindicato dos Trabalhadores Rurais em Orizona, ou seja, dos funcionários ou pequenos produtores. O grupo de mulheres da comunidade de Corumbajuba pertence à Agricultura familiar, pois são pequenas produtoras ou prestam serviços em outras propriedades.

Elas trazem experiências de participação em associações e/ou cooperativas, geralmente as que fazem parte indiretamente a essas instituições. A grande maioria são representadas por seus esposos ou filhos, sendo comum somente às viúvas, solteiras ou herdeiras de uma propriedade terem representação direta.

A essa fato, percebemos que prevalece a ideia de uma prática em que coloca os homens a frente das decisões e gestões das propriedades rurais na representação sindical. Costume que chamava atenção desde 1920 em outras regiões, como aconteceu no Rio Grande do Sul, em um Congresso Operário, em que uma mulher de nome Alzira falava em público da condição das mulheres nos sindicatos:

“...não devemos nos admirar (...) do aparente desinteresse de nossas companheiras que nem ao menos têm tempo necessário para pensar na sua péssima situação e organizarem-se, unirem-se, para conquistar melhorias de vida. Por isto, urge que os companheiros que estão organizados prestem especial atenção a estas irmãs abatidas e exploradas, tratando de levantá-las, animá-las e traze-las à organização, cumprindo assim um dever de solidariedade para com as companheiras!” (PENNA, 1988, p. 109).

Muito semelhante ao que aconteceu no Congresso Operário no Rio Grande do Sul é identificado nas entrevistas com as mulheres de Corumbajuba, isto é, a pouca participação diretiva sindical. Quando questionadas, não há uma formulação de resposta que possa ser compreendida, destacando um desinteresse, algo naturalizado por elas, que pode ser traduzido em dizer que não é papel de mulher, mas dos homens em tomar as decisões e as mulheres apenas assentirem. Existem raras exceções, mas já existentes no grupo.

Ao procurarmos informações no Sindicato Rural de Orizona, relataram-nos que a participação das mulheres no Sindicato vem aumentando, o número é pouco expressivo, mas trabalhoso no sentido de ser preenchido com uma cota mínima de participação das mulheres.

Hoje sabemos que existe uma participação pequena preenchida por mulheres nessas instituições, ressaltando a luta para cotas destinadas a elas a cargos a comissão diretiva nos Estatutos Sindicais Rurais.

As mulheres por meio dessa atuação revelam não haver interesse de compartilharem da ideia de caminharem lado a lado dos maridos ou filhos na direção dos negócios na representação Sindical nessa região. Entre as famílias das entrevistadas, a participação dos esposos ou filhos no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Orizona é maior do que das mulheres, mesmo considerando a divisão do trabalho rural com elas.

Para exemplificar as dificuldades das mulheres assumirem cargos de lideranças, principalmente em instituições de interesses dos seus filiados ou associados rurais nessa região, temos o depoimento de uma participante do grupo focal L. M. Q., de trinta e sete anos, residente próximo a um povoado vizinho, que se candidatou a presidência de uma Cooperativa de leite, algo bastante atípico na região, e vivenciou o preconceito mesmo com todo o seu dinamismo e conhecimento nesta área, tanto é que não conseguiu ser eleita.

Sendo uma função eletiva, poderíamos considerar outras questões envolvidas para conquista do cargo, contudo observamos que o índice de mulheres como presidente nessas instituições na região é inexistente.

A candidata que administra uma fazenda junto ao esposo, de maneira atuante não apenas como mão de obra, mas também administrativa, trabalha na produção de leite, peixes e criação de galinhas, com destaque na administração e organização da produção em sua propriedade, buscando constantes aprimoramentos das técnicas produtivas.

Temos como hipótese que exemplos como o dela tem atraído a atenção por parte de algumas mulheres na busca de autonomia e gerência de algum tipo de produção no campo para o mercado. Do grupo pesquisado, constituído por trinta e uma (31) mulheres, vinte oito (28) desenvolvem trabalhos nas propriedades como parte da renda familiar.

Retomando a questão apresentada no começo do texto que dizia se estas mulheres estavam silenciadas e/ou confinadas no espaço do lar pela força do patriarcado ou na construção inconsciente de uma moral feminina que as coloca num espaço limitado, no que se refere a participação das mulheres rurais frente as essas instituições, poderíamos visualizar situações de excluídas ou mesmo excluindo-se desse espaço de disputa. Se por um lado existam aquelas que queiram participar de forma atuante, ainda hoje encontram preconceitos e dificuldades.

Como acrescentam Sandenberg et al. (2001, p. 02) “ao repensarmos a história do sindicalismo brasileiro, a partir de um enfoque de gênero, que possa dar conta tanto da participação quanto da exclusão das mulheres nas entidades das classes trabalhadoras”, os autores se posicionam para revelar que pouco foi o que chamam de “vislumbradas” na história social do trabalho Sindical no Brasil. E que as lutas operárias têm reforçado o mito da passividade feminina com a ausência de uma consciência operária entre as mulheres,

justificando, assim, a exclusão feminina nas instâncias de poder. E ao concluir dizem que parte da invisibilidade feminina nos estudos sobre as organizações sindicais está relacionado ao próprio caráter patriarcal dessas instituições.

A pertinência das colocações dos autores ao relacionarmos com os depoimentos do grupo pesquisado, podem responder a existência do caráter patriarcal em situações contemporâneas. Considerado para aquelas em que a inércia de sua participação esteja relacionada a algo que tenha naturalizado ou entendido por elas próprias, como desnecessário a tomada de decisões, subtendendo uma ação não consciente que as coloca apenas como cumpridoras de uma tarefa, sem oportunizá-las ao desenvolvimento, a autonomia e a um espaço de emancipação.

Como registra Ginzburg (2001, p. 41), “Parece-me que o estranhamento é um antídoto eficaz contra um risco a que todos nós estamos expostos: o de banalizar a realidade (inclusive nós mesmos)”. Pertinente a essa abordagem, em suas palavras, o autor nos alerta o que é tomado como estranho, numa analogia a história das mulheres, o estranhamento se refere a condutas socialmente construídas que oprimem e marginalizam as mulheres, mas que há permanências na sociedade, como se essas ações fossem naturais e não pudessem ser mudadas.

1.3 A marcha das margaridas como marco na luta emancipatória das mulheres em campo para todo o Brasil

Figura 2 - Imagem relatando o movimento "Marcha das Margaridas", realizada no ano de 2015



Fonte: <<https://jornaltribunadepe.wordpress.com/2015/08/10/trabalhadoras-rurais-de-pe-marcham-por-mais-direitos-e-avancos-na-marcha-das-margaridas-2015/>>

A Marcha das Margaridas é um movimento de repercussão nacional que marca a trajetória contemporânea da vida de trabalhadoras rurais, alcançando mulheres de diversas

regiões do país, resultando na elaboração de leis de seguridade social destinadas as trabalhadoras rurais.

Por retratar um momento de luta e transformação para as trabalhadoras, a Marcha das Margaridas abordam uma história de reconhecimento na participação sindical e resistência ao patriarcado, seja pela repercussão política desta ação para dentro e fora do país, bem como no Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais. Seus resultados conquistaram e conquistam grande mobilização popular e representação de mulheres de diversas categorias de trabalho rural em todo o país.

O protagonismo das mulheres rurais assinala esse movimento que desencadeia a mobilização rural como potencialidade na busca por justiça social consiste numa ação iniciada na década de 60, com destaque nos anos 80 no Brasil, com numerosidade de adesões ao movimento por parte de mulheres e homens na defesa dos direitos trabalhistas para trabalhadores rurais.

Conseguiu reunir mulheres camponesas de diversos segmentos e regiões, numa ação revolucionária, organizadas por uma grande passeata que acontece a cada quatro anos no Distrito Federal, entre bandeiras e pedidos conduzidos a serem transformados em leis, solicitado por essas mulheres rurais.

Sabemos que o movimento causou impactos na esfera das políticas públicas, produzindo visibilidade e efetivação de direitos. A Marcha das Margaridas surge a partir do apoio da Igreja Católica, na reabertura democrática do Brasil, por meio das Comunidades Eclesiásticas de Bases (CEBs) e pastorais, junto à necessidade de uma reformulação do sindicalismo, no qual uma das exigências era de abolir as regras que impossibilitavam as mulheres rurais de ocuparem cargos nos sindicatos (WILLAMS, 1979, p.115 apud AGUIAR, 2015, p. 263).

Reuniu-se, a princípio, mulheres no nordeste do Brasil, contudo tomando o cuidado de não restringir os méritos somente aos participantes em destaque, mas ressaltar as carências internas de todas essas mulheres, conflitos e tensões promovidas pela complexidade das experiências. A história do movimento começa com o destaque da líder sindical, Margarida Alves, a qual deu nome ao movimento, e teve seu triste fim ao ser assassinada na porta de sua casa, violentamente.

Com a morte de Margarida Alves, é deixado um legado de coragem e esperança para a história das mulheres trabalhadoras rurais.

A sindicalista Margarida Maria Alves (1933-1983) foi defensora dos direitos humanos brasileiros. Aparece na história como uma das primeiras mulheres a exercer um cargo de direção sindical no país. Seu nome e sua história de luta inspiraram a Marcha das Margaridas,

que foi criada em 2000. No período em que esteve à frente do sindicato de sua cidade realizou mais de cem ações trabalhista, sendo a primeira mulher do estado da Paraíba, no período da ditadura, a lutar pelos direitos humanos. Conquistou a presidência do Sindicato dos trabalhadores Rurais de Alagoas Grande, na Paraíba em 1973, aos 40 anos.

Sua militância direcionava a conquista da carteira assinada e 13º salário, jornada de trabalho de oito horas diárias e férias, além do direito dos trabalhadores cultivarem suas próprias terras. Na sua gestão, criou um programa de alfabetização para adultos, baseado no modelo de Paulo Freire.

No dia 12 de agosto de 1983, com 50 anos de idade, Margarida Alves foi alvejada por uma espingarda de calibre doze, no rosto, em frente sua casa, por um assassino de aluguel, enquanto seu filho de oito anos brincava na calçada. A militante que já vinha recebendo ameaças de morte, por grupos de fazendeiros, segundo o Ministério Público, no ano de 1983, por isso Margarida estava movendo cerca de 72 processos na Justiça do Trabalho contra fazendeiros e usineiros.

O importante papel das Comunidades Eclesiais de Base¹⁰ (CEBs) na iniciativa deste movimento está associado à participação política histórica da Igreja Católica sempre presente nas sociedades rurais e na vida das mulheres religiosas. Outra justificativa levantada por Aguiar (2015, p. 264) seria o fato de estarem reservadas as mulheres o cuidar espiritual de suas famílias, tendo a participação majoritária de mulheres nos eventos religiosos.

[...] as CEBs acabaram por se tornar peças-chave no incentivo ao engajamento feminino no espaço público. Ao despertar as mulheres para a política, ao incutir nelas o desejo de participar das lutas sociais e das mobilizações por melhores condições de vida, e a ideia de que possuíam direitos a reivindicar, as CEBs aproximaram as mulheres, que estiveram quase sempre confinadas à esfera familiar e doméstica, do mundo público e do papel masculino, inserindo-as num espaço de discussão política e de problemas sociais (AGUIAR, 2015, p. 295).

Neste contexto, as mulheres inspiradas na Teologia da libertação, as CEBs tinham como princípio amenizar as desigualdades sociais, atuando na política pela causa dos menos favorecidos e trabalhos principalmente no meio rural.

Seu papel de orientação formativa para as mulheres camponesas despertaram ao questionar a política vigente e se organizarem em mobilizações por todo o país. Segundo Deere (2004), a Comissão da Pastoral da Terra, que organizou mulheres na luta pelo movimento pela

¹⁰ As Comunidades Eclesiais de Base (CEB) são comunidades inclusivas ligadas principalmente à Igreja Católica que, incentivadas pela Teologia da Libertação, se espalharam principalmente nos anos 1970 e 80 no Brasil e na América Latina.

terra, que originalizou o MST, Movimento dos Sem Terra, como também o surgimento do Clube de Mães já existente, porém a partir daquele momento seria impulsionado pelas CEBs.

Nas reuniões havia a participação das mulheres que não estavam ligadas a Igreja, mas que se reuniam sob a orientação daquelas que faziam parte das CEBs, trazendo ao movimento sua disseminação (CAPPELLIN, 1990, p. 646).

Nesse momento histórico se inicia um embate contra o sindicalismo corporativista, entre o sistema CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, criada em 1963, como fruto da luta dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, que se estruturou nos anos de ditadura militar e a CUT, Central Única dos Trabalhadores.

A forma rígida e desfavorável da CONTAG de se posicionar diante da reivindicação das ações sindicais de contestação e crítica, tornando um espaço amplamente masculinizado, devido à impossibilidade da participação das mulheres, principalmente na diretoria, o que fez com que a CUT partisse para uma estratégia política de conquista das instâncias organizativas da CONTAG, na tentativa de uma modificação interna da CONTAG, o que resultou na filiação da CONTAG e a CUT, em 1990. “Os movimentos das mulheres rurais surgiram, assim, no mesmo berço político das “oposições sindicais”, [...] as lutas concretas por direitos no campo e, por outro, fazendo uma crítica à prática e à estrutura sindical oficial” (AGUIAR, 2015, p. 265).

Surgem, então, vários movimentos de mulheres, como a organização das Margaridas na Paraíba, no Rio Grande do Sul; o movimento das Mulheres da Roça, 1986, que deu origem ao Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul (MMTR); o movimento Estadual Autônomo criado em 1989, em Santa Catarina; o Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA), estimulado pela ação da Igreja Progressista, no ano de 1983.

Na Paraíba, podemos destacar também o Movimento de Mulheres do Brejo Paraibano e em Pernambuco, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central (MMTRSC), ambos surgidos em 1982.

Em âmbito regional, em 1988, houve a articulação das Mulheres Trabalhadoras Rurais da Região Sul e o Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE), criados em 1986.

Caracterizamos duas reivindicações por parte das mulheres rurais nesse período, a de maior relevância seria o reconhecimento como trabalhadoras rurais, e a segunda a seguridade social, que incluía aposentadoria, licença maternidade e um estatuto profissional. Ficava evidente também a luta emancipatória que contrariava as normas em vigor dos sindicatos, pois

a participação das mulheres nessas instituições ocorria na condição de dependentes dos seus maridos ou dos pais e não como sócias do sindicato.

Nos sindicatos filiados à CONTAG, “era permitido apenas a uma pessoa por família se tornar membro de sindicato, e, normalmente, [...] o homem chefe de família. alguns chegavam a argumentar que a sindicalização de esposas fosse proibida por lei” (DEERE, 2004, p. 180 apud AGUIAR, 2015, p. 267).

Observamos nos depoimentos das mulheres rurais de Corumbajuba, uma prática de negação a participação na diretoria dos Sindicatos, até mesmo na simples filiação. Chama-nos atenção este fato, pela valorização dos esposos e filhos na adesão aos sindicatos de Orizona. Questionamos como seriam as perspectivas dessas mulheres em um período que só receberiam uma aposentadoria se o esposo morresse ou atingisse os 70 anos de idade? Não tinham participação política e nem valorização como trabalhadoras rurais, apenas meras ajudantes e reprodutoras da opressão destinada às mulheres.

No entanto, cabe analisarmos a inferência de uma passividade conduzida por uma prática de dizer quais os lugares ocupados por mulheres no momento atual, numa sociedade de heranças patriarcais e medidas por uma vaidade machista nos enfrentamentos que ainda possam influenciar nas escolhas e atuações femininas no campo, como apresentado pela pouca participação das trabalhadoras rurais do grupo focal nas instituições sindicais.

CAPÍTULO II

TRABALHO RURAL FEMININO: DESAFIOS E PERMANÊNCIAS

Mediante a formulação das questões destinadas ao grupo em análise, essa pesquisa se apoiou constantemente em autores que se reportam sobre os acontecimentos históricos relacionados à discussão de gênero no âmbito social, com enfoque nas relações familiares no trabalho rural e na manifestação do patriarcado.

Para isso, a composição dos textos agregou artigos regionais produzidos por militantes e intelectuais do movimento feminista contemporâneo, Faleiro e Farias (2017), Priori (2017), Pinsky e Pedro (2012), Garcia (2015), Barcella e Lopes (2018), Birole (2018) e Marques (2018) entre outros pesquisadores que nortearam o discurso na diversidade das argumentações e pontos de vista, no âmbito das pesquisas sobre a história das mulheres no Brasil.

Neste capítulo, reforçando a seriedade e argumentação do texto, sua estruturação documental enfatiza a trajetória feminina de mulheres no campo e suas representações da vida social, trazendo o registro dos depoimentos que aconteciam associados ao desenvolvimento dos cursos de formação rural, em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural/ Senar.

Tivemos por objetivo apresentar a conjuntura da formação da Agricultura familiar no município de Orizona, no contexto do trabalho rural vivenciado pela organização das Associações como fortalecimento das atividades agropecuárias e os desdobramentos ao trabalho feminino rural desta comunidade.

2.1 A formação da Agricultura Familiar em Orizona e seus desdobramentos para as mulheres rurais

O grupo de mulheres da comunidade rural de Corumbajuba, município de Orizona, Goiás¹¹, compõe mediante a singularidade deste município, destacando a grande parte de sua população permanecer nas fazendas e comunidades rurais. Distribuído em oito povoados cercados por fazendas que cultivam suas terras e mantém suas famílias do trabalho da agricultura familiar e da pecuária, na criação de gado leiteiro e de corte, sendo a principal atividade, o leite.

¹¹ População estimada de Orizona- Goiás em 2018 é de 15.502 pessoas, sendo a população urbana de 7981 e rural de 6311 no censo de 2014. Possui oito povoados: Corumbajuba, Cachoeira, Buritizinho, Taquaral, Montes Claros, Ubatam, Rio do Peixe e Firmeza. É conhecida por ser uma das maiores bacias leiteiras do estado, com leite produzido por dois mil pequenos pecuaristas. Além disso, o município também é grande produtor de cachaça, havendo cerca de 40 alambiques artesanais em seu território.

No município de Orizona, a predominância de unidades de produção familiar leva à necessidade de diferenciar as categorias familiar e patronal, visto que os dados que foram utilizados, para compor o perfil da agricultura familiar no município, estão tabulados de acordo com essas categorias. De acordo com o relatório elaborado pelo estudo FAO/INCRA, pode-se distinguir como unidades de produção familiar os estabelecimentos que possuam as seguintes características: a direção dos trabalhos do estabelecimento é exercida pelo produtor; o trabalho familiar é superior ao trabalho contratado; e o tamanho da propriedade é determinado pelo que a família pode explorar com base em seu próprio trabalho, associado à tecnologia de que dispõe⁵. Já a categoria patronal, pode ser caracterizada pela utilização de mão-de-obra assalariada, incluindo trabalhadores permanentes e temporários, em que o trabalho familiar é marginal, limitando-se aos trabalhos de gestão e supervisão das atividades dentro da unidade de produção (FAO/INCRA, 2000). Em Orizona, a agricultura familiar apresenta um quadro diferente em relação à região Centro-Oeste, onde o número de estabelecimentos e a área ocupada por este tipo de agricultores apresentam os menores valores comparados com os dados nacionais. Enquanto os agricultores familiares ocupam, no Brasil, um percentual de 30,5% da área total, o que corresponde a 85,2% do número total de estabelecimentos, no Centro-Oeste, os números são respectivamente 12,6% e 66,8%, e contraditoriamente a região, em Orizona, os agricultores familiares ocupam 58,8% da área do município e 84,3% do número total de estabelecimentos (FAO/INCRA, 2000 apud BEZERRA, 2003, p. 43).

As mulheres foco da pesquisa constituem esse sistema mencionado de agricultura familiar, no labor de suas atividades. A conceituação dessa forma de trabalho se trata de uma organização em que os membros das famílias se ocupam de toda mão de obra fornecida na atividade agrícola em determinada propriedade, dispensando o trabalho assalariados a terceiros, destacando-se a efetiva participação do trabalho feminino em todo o município de Orizona, salientando sua pertinência nas relações do trabalho rural.

As mulheres da comunidade de Corumbajuba trabalham junto as suas famílias na constituição da agricultura familiar, principalmente na atividade pecuária, na produção leiteira e na criação de galinhas, porcos e peixes, além do cultivo de hortaliças e fabricação de polvilho e farinha, conforme demonstra (Figura 11).

Figura 3 - Figura demonstrando a atividade exercida pelas mulheres do grupo focal de estudo. As atividades baseiam-se na agricultura familiar, criação de vacas e ordenha.



Fonte: arquivo pessoal da autora (2019)

Ao trazermos essa imagem e os depoimentos das entrevistadas, serve-nos para demonstrar as atividades rurais que são desenvolvidas por elas que destacam seu papel como trabalhadoras rurais.

Atividades de ordenhar as vacas, recolher os ovos, o trato dos animais e a irrigação da horta são atividades comuns para essas mulheres nas fazendas. Quando não se dedicam diretamente a atividade do campo, estão trabalhando no preparo das refeições, para os que estão na produção de outros gêneros agropecuários, que têm conquistado espaço na produção e no mercado do município.

As lavouras de arroz, marco da história de Orizona, que no decorrer da história orizonense foram substituídas por lavouras de soja, vêm tomando espaço nas fazendas cada vez mais, assim como em todo o Estado de Goiás. As lavouras de milho e sorgo são produzidas em menor escala, porém muito utilizados no trato do gado leiteiro e na formação dos silos. A produção da cachaça em Orizona é reconhecida internacionalmente. A produção de outros derivados da cana-de-açúcar, por exemplo, está na produção de rapaduras e melados de engenho, isto é, produtos que estão na lista de produção da agricultura familiar, fazendo parte da renda desta comunidade.

O mel e a roças de mandioca, são destaques na região. O mel e seus derivados, como a própolis, também são comercializados. As mulheres costumam trabalhar nessa atividade, principalmente na separação das medidas e na preparação dos recipientes a serem depositados para as vendas.

A mandioca é um gênero agrícola muito cultivado na agricultura familiar em Orizona e em todas as suas regiões, principalmente na produção do polvilho e da farinha. Esclarece Bezerra (2003) que o “produtor familiar de gado misto e culturas de renda em capitalização” tem a sua acumulação baseada nos rendimentos de lavouras, mais especificamente, na cultura de mandioca”.

Figura 4 - Mulheres do grupo focal – Atividade com polvilho e derivados de leite



Fonte: imagens fornecidas por uma mulher do grupo focal (2019)

Na comunidade de Corumbajuba, as mulheres se organizam em trocas de prestação de serviços com outras mulheres, na produção de polvilho e farinha, e pagam com parte da produção. Aquelas que recebem parte dessa produção podem vender a terceiros (Figura 04) e abastecer seus lares com os produtos adquiridos na parceria.

Sendo uma prática antiga a troca de mão de obra, existia outra forma muito exercida entre as mulheres dessa comunidade, os mutirões baseado na ajuda mútua prestada gratuitamente. A palavra "mutirão", origina-se do termo tupi *motyrõ*, que significa "trabalho

em comum". Nessa prática, trocavam-se a prestação de serviços, muito utilizada na época das fiandeiras e quase não existentes mais na região.

Figura 5 - Arquivo pessoal de pesquisa da do grupo focal-Atividade do Tear



Fonte: imagens fornecidas por uma mulher do grupo focal (2019)

Outra atividade desenvolvida pelas mulheres do grupo e suas famílias é a piscicultura (Figura 06). A criação de peixes tem apresentado como uma atividade em crescimento na região com bons rendimentos e mercado.

Segundo Bezerra (2003), a estrutura fundiária do município de Orizona de 1970 a 1995/96 registra um número de crescimento nos estabelecimentos das áreas utilizadas pelos grupos entre 10 a 100 hectares, num processo de desconcentração da terra. Já no ano de 1970, havia 50 estabelecimentos entre 500 e 2000 hectares ocupando uma área de 40.96. No ano de 1995/96, o número passou para 42 estabelecimentos, ocupando uma área de 34.658, ocorrendo uma redução de 16% na quantidade de estabelecimentos.

O dado se torna interessante para situarmos a formação da Agricultura familiar pela distribuição de terras no município entre os pequenos produtores rurais, que segundo as estatísticas vêm ocorrendo uma redução de estabelecimentos, principalmente pelo abandono de casas em propriedades rurais.

Orizona se distribui demograficamente em regiões, com a formação dos povoados que são pontos de referência para as regiões dentro do município. Os povoados são: Corumbajuba,

Cachoeira, Buritizinho, Taquaral, Montes Claros, Ubatam, Rio do Peixe e Firmeza. Aparecem entre os povoados, semelhanças nas tradições e costumes¹².

Figura 6 - Grupo focal – Atividade de piscicultura/Fazenda Boa Vista



Fonte: imagens fornecidas por integrante do grupo de pesquisa (2019)

As mulheres se caracterizam por semelhanças no modo de vida com as demais mulheres do município, nas tradições, na economia e na sociedade.

Como marco inicial desta pesquisa, lançamos o convite às mulheres da região para participarem do *Encontro das mulheres camponesas do município de Orizona - Goiás*, no dia 30 de novembro de 2018, na fazenda Boa Vista. Em pauta no primeiro encontro, propúnhamos direcionamentos a uma reflexão sobre os espaços sociais ocupados pelas mulheres rurais do município, nas relações de trabalho junto à família e a comunidade.

Na abertura do encontro foi realizada uma palestra motivacional sobre o empreendedorismo rural feminino, com a participação de uma palestrante do Sistema Nacional

¹² Estudos sobre tradição e costumes mostram de alguma maneira a dificuldade em formular uma definição precisa para os termos. O significado mais preciso para “tradição” define-se por ser uma prática fixa, normalmente formalizada, que se impõe pela repetição de qualquer prática social, por conveniência e para maior eficiência, que gera certo número de convenções. Quanto ao termo “costume”, entende-se a transmissão de hábitos históricos e a variabilidade do direito fundado ao longo do uso. Assim, tradição e os costumes exerceram forte interferência nos processos de união entre um homem e uma mulher que, ainda hoje nada parece mais tradicional e ligado a um passado imemorial do que o atrelamento da mulher à família e ao casamento. Em sentido restrito, esse entendimento é perpetuado como tradição dentro das famílias, formando vínculos da criança aos costumes de seus antepassados e do conjunto de conhecimentos e preconceitos acumulados. Por referir-se ao passado, o processo de formalização e ritualização dos conhecimentos é caracterizado normalmente pela imposição da repetição. E, no processo de acumulação de tradições as crianças remetem os adultos e essa imitação é tão poderosa que chega a superar qualquer técnica adulta para explorá-la. O certo é que a criança ao entrar em contato com os adultos absorve tradição, não conseguindo escapar de incorporar costumes.

de Aprendizagem Rural (Senar). Foi oferecido falas orientadoras, com as quais contamos com o apoio de mais três professores nas rodas de conversas, na distribuição dos questionários e nas gravação das imagens. Nesse encontro, houve demonstrações de cuidados estéticos e depoimentos das artesãs da Associação dos Artesãos de Orizona (Asdao), que abriram as discursões com um vídeo de depoimentos de suas artesãs, elaborado durante a formação da Asdao.

O motivo de trazer a esse grupo o depoimento do processo de formação dessa Associação em especial está relacionado à participação de mulheres de vários povoados rurais, que constitui o município de Orizona e que foram favorecidas por essa maneira de se organizarem, numa Associação duradoura, que as oportunizaram nas venda de seus produtos. Como a produção de artesanatos, bordados, pinturas em tecidos, confecção de tapetes, almofadas, panos de cozinha, bonecas de palha, utensílios de madeira, entre outros.

Para a fabricação desses produtos, organizadas em uma Associação, haveria condições de trabalhar em suas residências e ter matéria-prima extraída no campo, como fibras de vegetais, algodão, madeiras, entre outros. Os produtos depois de fabricados são vendidos na loja, com sede da Associação em Orizona, e em exposições de feiras de outros municípios.

Os favorecimentos oferecidos pelas Associações estão relacionados aos baixos custos para comercialização, proporcionados pela própria dinâmica de grupo com benefícios que regem legalmente as Associações. Identificadas como instituições privadas sem fins lucrativos, independentes de atuarem na educação, saúde ou assistência social, ficam isentas do recolhimento do Imposto de Renda e da CSLL, desde que cumpram requisitos estabelecidos na legislação de uma Associação.

2.2 As Associações como instrumentos de luta no campo

Esclarece-nos Alencar (2001) apud Bezerra (2003) que,

O associativismo rural pode se entendido, segundo Alencar (2001), como um instrumento de luta dos pequenos produtores, proporcionando a permanência na terra, uma elevação do nível de renda de participação como cidadãos. Porém o campo de atuação dessas organizações é bastante complexo, pois são envolvidas variáveis internas e externas ao grupo social (ALENCAR, 2001, p. 16 *apud* BEZERRA, 2003, p. 51).

A formação das associações¹³ no município de Orizona apresenta conformidade com as colocações do autor, pois como instrumento de luta de trabalho no campo, apresenta-se como

¹³ O grupo social que vai dar origem a uma associação pode ser formal ou informal. O formal é constituído para desempenhar certas funções e operar de acordo com regras previamente estabelecidas, por meio de regimentos

uma maneira de obtenção de condições de infraestrutura, em razão da dificuldade de aquisição de equipamentos, insumos e demais produtos necessários na produção rural. “O associativismo em Orizona começa a configurar-se no final da década de 1980, o principal problema dos produtores girava em torno da comercialização, seguido pela falta de condições para compra de equipamentos e insumos” (BEZERRA, 2003, p. 51).

A princípio o associativismo foi uma prática tão aceitável que existia no município de Orizona 29 associações. Hoje, de acordo com Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural/Emater na ativa, são somente quatro associações de produtores rurais.

Na tabela abaixo está descrito vinte sete associações no período de 1988 a 1995 em Orizona. Nesta relação, observamos que as diversas regiões dos povoados do município de Orizona acreditavam nessas instituições como potencializadoras na organização do trabalho rural. Mas curiosamente o número de associações decresceu vertiginosamente recentemente.

Tabela 1 - Relação das Associações Rurais do Município de Orizona até 1995

| | Nome da Associação | Fundação | Número de Sócios Fundadores |
|-----------|--|-----------------|------------------------------------|
| 01 | APAC - Associação de Pequenos Agricultores da Cachoeira. | 20/8/1988 | 09 |
| 02 | APAMAC - Associação dos Pequenos Agricultores de Mata Velha, Água Grande e Coqueiros. | 20/8/1989 | 22 |
| 03 | ADCO - Associação do Desenvolvimento Comunitário de Orizona. | 31/10/1990 | 56 |
| 04 | APAP - Associação dos Pequenos Agricultores da Região da Posse | 17/04/1990 | Sem dados |
| 05 | APAF - Associação dos Pequenos Produtores da Região da Firmeza e Mata-Firmeza. | 29/06/1990 | 41 |
| 06 | APAMORA - Associação dos Pequenos Agricultores da Região do Morro Alto. | 22/11/1990 | 14 |
| 07 | APAMA - Associação dos Pequenos Agricultores da Mata. | 12/01/1991 | 36 |
| 08 | APAT – Associação dos Pequenos Agricultores da Região de Taquaral Capela, parte de Taquaral do Meio e parte do Taquaral Formoso. | 01/05/1991 | 31 |

e estatutos. O informal não é regido por regras preestabelecidas e, sim, pela tradição e convívio entre os membros do grupo. O grupo pode ser, também, de localidade, ou seja, formado por uma comunidade ou um grupo de vizinhos, que, geralmente, são unidos por um objetivo comum (BEZERRA 2003 *apud* ALENCAR, 2001).

| | | | |
|----|--|------------|----|
| 09 | APAS – Associação dos Pequenos Agricultores da Região da Sussuapara | 07/05/1991 | 25 |
| 10 | APATC - Associação dos Pequenos Agricultores da Região do Taquaral de Cima. | 02/06/1991 | 37 |
| 11 | APANAMB – Associação do Pequeno Agricultor de Noroeste, Areias, Muquém, Barreiros e Baí. | 12/06/1991 | 17 |
| 12 | APANB – Associação dos Pequenos Produtores da Regiões Nível, Borboleta, Areias, Areias de Baixo, Pedregulho e Noroeste | 17/06/1991 | 17 |
| 13 | APACOR – Associação dos Pequenos Agricultores Circunvizinhos de Orizona. | 19/06/1991 | 12 |
| 14 | APRUSB – Associação dos Pequenos Produtores da Região Santa Bárbara, nos Municípios de Orizona e Vianópolis. | 06/09/1991 | 27 |
| 15 | APRUPERC – Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Região do rio do Peixe Cuiabanos e Santa Rita. | 06/03/1992 | 14 |
| 16 | APALG – Associação dos Pequenos Agricultores da Região da Firmeza e Santa Bárbara, denominada Lagoa. | 01/05/1992 | 16 |
| 17 | APRUCAPI – Associação dos Mini e Pequenos Produtores Rurais da Região de Campo e Pico. | 08/05/1993 | 13 |
| 18 | APROASB – Associação dos Mini e Pequenos Produtores Rurais da Região de Areias e Santa Bárbara. | 15/05/1993 | 25 |
| 19 | ASBERB – Associação de Pequenos Produtores Rurais das Fazendas Boa Vista, Santa Bárbara e Barreiro. | 18/01/1994 | 29 |
| 20 | ABC – Associação dos Mini e Pequenos Produtores Rurais da Fazenda Barreiro de Cima. | 31/10/1994 | 20 |
| 21 | APPP – Associação dos Pequenos Produtores da Ponte de Pedra. | 23/07/1994 | 13 |
| 22 | APRUSANB – Associação dos Pequenos Produtores Agropecuários da Região Santa Bárbara. | 24/09/1994 | 22 |

| | | | |
|----|---|------------|----|
| 23 | APRUMAR – Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Região do Marinheiro. | 20/08/1994 | 33 |
| 24 | APROLIPE – Associação dos Pequenos Produtores da Região de Limeira e Rio do Peixe. | 11/01/1995 | 11 |
| 25 | APROCAMPO – Associação dos Pequenos Produtores Rurais das Regiões da Cachoeira, Capoeirinha e Capão dos Porcos. | 25/02/1995 | 20 |
| 26 | APAJE – Associação dos Mini e Pequenos Produtores Rurais da Região do Japão. | 09/05/1995 | 26 |
| 27 | APROCOR – Associação dos Mini e Pequenos Produtores Rurais da Fazenda Coqueiros e Região | 26/05/1995 | 12 |

Fonte: TAVARES (1999). Org.: BEZERRA (2002)

A diminuição das Associações neste estudo não foi aprofundado, contudo nos chamou a atenção por uma mudança de organização no trabalho rural no município, que brevemente podemos relacionar ao declínio das associações dos pequenos produtores rurais, principalmente pela ampliação de créditos que passaram a ser ofertados direto aos produtores rurais, sem a mediação das Associações, como aconteceu com o PRONAF¹⁴ - Assistência Financeira a Projetos de Infraestrutura e Serviços Municipais.

Problemas internos e de gestão administrativas também influenciaram na diminuição das Associações em Orizona de acordo com Bezerra (2003).

Na primeira reunião com o grupo, trazemos o depoimento da fundação da Associação dos Artesãos de Orizona - Asdao, representada pela senhora T. J. C. que relatou ao grupo a experiência das mulheres da região do Taquaral, lugar de grande produção de polvilho e artesanatos em que foram beneficiadas pela Associação.

A experiência de uma Associação para as mulheres da região do Taquaral surgiu como meio para solucionar um problema enfrentado pelas mulheres na região. Muitas se encontravam

¹⁴ O objetivo dessa linha de crédito é financiar a implementação, ampliação e modernização da infraestrutura necessária ao fortalecimento da agricultura familiar. Além disso, visa à participação intensa dos agricultores familiares em todas as etapas, como no planejamento, implantação e avaliação dos projetos. Tendo como ponto relevante a contribuição da sociedade civil para melhorar os resultados do processo, por meio da ligação contínua com os agentes, que são os agricultores familiares, será possível eliminar os pontos que estão impedindo o desenvolvimento rural no decorrer do processo (ORTEGA; CARDOSO, 2002 *apud* BEZERRA, 2003).

depressivas. Com a Associação, um novo ânimo se apresentou junto ao escoamento de seus produtos.

As angústias na incapacidade de sentir alegria e motivação fez com que no ato criativo e transformador buscassem caminhos sem deixar o campo, na venda e no fortalecimento da sua produção, por meio de uma Associação.

Os benefícios iam desde capacitações para melhorar a produtividade, bem como propor uma integração social e ocasiões de confraternização para essas mulheres.

O movimento na vida de cada uma que compunha essa Associação é considerado no depoimento como pontos positivos, sentido e esperança, que podiam ser visualizados residindo no meio rural.

A interlocução com a sociedade em ambientes diferentes, como Shoppings, feiras internacionais e nacionais, agregaram valores ao trabalho desenvolvido no campo e oportunizaram o desenvolvimento das moradoras rurais.

O sucesso desta associação que perpetua aos dias atuais pode ser analisado pela superação ao adquirirem renda e interrupção do isolamento que provocaram sofrimento e dificuldades para mulheres dessa região.

2.2.1 A participação das trabalhadoras rurais de Corumbajuba nas Associações

Conta-nos uma das entrevistadas, a senhora N.F.R. de 52 anos, que sua experiência na ACAFACRE - Associação Comunitária dos Agricultores e Familiares de Corumbajuba e Região foi exitosa. A ACAFACRE tem como filosofia uma associação comunitária com o objetivo de organizar e centralizar forças dos moradores da comunidade para desenvolver de maneira mais eficaz ao interesse comum.

Para essa comunidade, a Associação trouxe desenvolvimento no plantio de arroz e milho, sustentando várias famílias como conta a entrevistada,

Associação era... Porque a maioria das pessoas que tava nessa associação tinha vida difícil, era para melhorar, as pessoas ter fartura das coisas em casa. Aí tinha pelo menos o arroz com fartura, tinha o milho com fartura, porque plantava milho e arroz. Eu mesma, o arroz sobrava, arroz meu sobrava do gasto, dava até pra vender (N.F.R. de 52 anos).

Formada por moradores, não proprietários de terra, a Acafacre foi fundada por um programa em parceria com a Prefeitura Municipal de Orizona, que colaborava com insumos, grãos e adubo. Às vezes com horas de tratores no preparo da terra para o plantio. Cada sócio

colaborava com uma mensalidade que era revertida nas despesas das lavouras, na construção de cercas e na compra de produtos que viessem faltar na preparação e colheita das roças.

A experiência da entrevistada foi de muita satisfação em compor essa Associação que já não está na ativa desde 2016. Não conseguimos saber a data de sua fundação.

Ela nos relata que foi muito bem recebida e que existiam somente duas mulheres no grupo dos associados, que foram convidadas para secretária da Associação.

Quanto a minha participação lá, não tinha preconceito, eles pediram pra eu entrar no caixa e como secretária, era bom demais, eu gostava da Associação. Eu pedia para sair do caixa eles não deixava não, já tinha doze anos que eu trabalhava no caixa e na secretaria da Associação (N.F.R. de 52 anos).

Era assim eu tava na Associação, só que, se eu tivesse apertada, achasse que tava difícil, porque a gente ganhava algumas coisas, não ganhava tudo né. Aí teve uma época que eu tava muito apertada, que meu dinheiro tava pouco, eu não dava conta de me manter. Na lavoura da associação eu afastei só um ano, mais aí eu voltei no outro ano, quando controlei voltei é que a gente pagava mensalidade, a gente tinha que pagar hora de trator, tinha pagar muita coisa. Quando ia começar uma lavoura nova, tinha muitos gastos que era saído do nosso bolso, como preparar a lavoura, fazer cerca, tudo, era do nosso bolso, e eu tava acompanhando igualzinho os homens... (N.F.R. de 52 anos).

Nas Associações comunitárias, a força do trabalho utilizada vem dos associados que se reúnem em mutirões no plantio e na colheita, porém existem alguns casos em que é feita a conciliação do trabalho familiar com a mão-de obra, em que um membro da família substitui o associado na sua falta. Desta maneira, as famílias conseguem se organizar para que o trabalho no campo possa ser desenvolvido havendo o envolvimento das famílias. Neste tipo de organização de trabalho, as associações podem representar certa conquista de direitos e igualdade entre homens e mulheres.

A entrevistada ao ser questionada sobre não haver mais mulheres na Associação, afirmou que está relacionado a falta de interesse das mulheres em participar.

Podemos pontuar que uma das explicações para o fato da formação de tantas Associações no município de Orizona esteja atrelada à riqueza da diversidade de produtos agrícolas produzidos na região. A formação da Agricultura Familiar, como organização de trabalho rural, pressupõe um contexto de pequenos produtores rurais, que podem ser fortalecidos ao se unirem aos demais produtores por uma Associação.

São poucas as Associações que conseguiram permanecer. As cooperativas de leite ainda existentes nessa região, sendo significativas para algumas famílias, como a Cooperativa Mista de Agricultores Familiares de Buritizinho e Região – Coomafab, fundada em agosto de 2009,

por vinte agricultores, que vem funcionando numa escala ascendente, contando atualmente com cento e sessenta (160) associados em seu quadro social.

Tendo como núcleo da área de atuação, a bacia leiteira proporcionou que a Cooperativa se estendesse a outros municípios circunvizinhos: Pires do Rio, Luziânia, Ipameri, Vianópolis e Cristalina. Registra nos arquivos da Cooperativa a participação de cooperados vindos da agricultura familiar e de pequenos agricultores que trabalham em suas propriedades rurais para o sustento e sobrevivência, destinando sua produção a comercialização e renda familiar.

A participação das mulheres vem despontando ainda de maneira tímida, mas conquistando seu espaço nessas instituições como trabalhadoras rurais junto às suas famílias.

2.2.2 Os resquícios do patriarcado como opressão nas relações de trabalho.

Segundo McCann et al. (2004, p. 48), “Tradicionalmente, mulheres faziam trabalhos repetitivos e tediosos, em casa e no campo”. Esse trecho retirado de um relato em que o papel das mulheres no início do movimento da Revolução Industrial, o que ofertou trabalho fora de casa nas recentes indústrias, serve-nos para ressaltar uma prática socialmente construída, que com a chegada da tecnologia da época quebra paradigmas ao inserir as mulheres num cenário de luta. A partir de então, mulheres se tornam mais expressivas em suas reivindicações e participação política por melhores condições de trabalhos.

Suas lutas não se davam somente fora de casa, mas dentro de seus lares, pois os movimentos revolucionários desafiavam a ordem estabelecida. Historicamente quando aprofundamos nos estudos da história das mulheres, verifica-se que teve aquelas que se dispuseram a desafiar uma moral feminina constituída, em que as mulheres eram vistas como incapacitadas, mulheres que desencadearam um pensamento entre as demais que diziam que se podia mais do que a esfera do trabalho doméstico.

Com as guerras, as mulheres passavam a desempenhar papéis masculinos e assumir a liderança do lar, por conta da ausência dos esposos, grande parte mortos em guerra. Com o tempo, as mulheres começam a tomar consciência de sua emancipação e, com isso, a travar lutas jurídicas de reconhecimento.

Podemos exemplificar este fato mediante as colocações de Birole (2018), ao nos lembrar o que ocorreu em 1962, quando mulheres casadas conquistaram no Brasil o direito à capacidade civil plena (Lei n. 4.121, conhecida como o Estatuto da Mulher Casada). O marido continuava ainda a ser definido como “o chefe da sociedade conjugal”, mas agora “com a colaboração da mulher”.

A autora nos revela que antes dessa lei, valia o que estava no Código Civil de 1916, em que a mulher casada era definida como incapaz. O próprio código era posto em xeque já nesse período. Contudo no ano de 1976, um grupo de advogadas feministas apresentou ao Congresso Nacional uma proposta de alteração, passado um ano depois, em 1977, as mulheres a conquistarem os direitos iguais de propriedade, simultaneamente a postulação da lei do divórcio (lei n. 6.515) eu também foi aprovada.

Vale observar a lentidão dessas mudanças, pois “Entre 1916 e 1962, a chefia masculina permaneceu assim definida, competindo ao marido à representação legal da família, administração dos bens comuns, o direito de fixar o domicílio e o dever de promover a manutenção da família” (BIROLE, 2018, p. 120).

A abordagem da autora provoca a reflexão no silenciamento nas produções da história das mulheres em campo, em períodos de conquistas para as mulheres, no seu cotidiano de enfrentamentos e perspectivas. Poderíamos relacionar o fato de não serem lembradas, as colocarem em diferença, direcionando uma ação política de luta, de necessidade de valorização. Essas observações impulsionaram a confecção desta pesquisa, partindo de questões que retratasse a condição da mulher na sociedade contemporânea, correlacionando passado/presente e campo/cidade.

Procura-se apresentar um entendimento crítico, numa ação transformadora na ressignificação dos saberes, por meio dos fatos advindos da participação das mulheres que fazem acontecer à continuidade da história das mulheres na sua complexidade, na sua maneira de ser e viver, ou seja, mulheres rurais.

A escritora francesa Michele Perrot (2007), dedicou-se durante três décadas aos estudos e pesquisas sobre a história das mulheres, motivo que a fez ser referenciada nesta pesquisa constantemente, sobretudo por conta de suas provocações que ainda precisam ser respondidas no presente. Ela destaca, em seu discurso, a imagem das mulheres demarcadas de corpos femininos, subjugados, dominados e violentados das mais diversas formas, o que a levou a constatar que a “longevidade das mulheres como fenômenos recentes não por causas naturais, mas sociais” (PERROT, 2007, p. 42).

Em resposta as relações cotidianas familiares, nas discussões com as mulheres do grupo, quando apontamos sua autonomia enquanto trabalhadoras rurais, relatam sofrerem preconceitos em circunstâncias em que se posicionaram frente a negócios. Circunstâncias em que opinam no fechamento de algum negócios nas fazendas, principalmente quando há discordância das opiniões entre os gêneros. Na presença de um homem, caso a palavra final seja de uma mulher, o fato pode soar como demérito para os homens em algumas famílias.

Na roça se a mulher fala muito e toma decisão de negócio, já fica conhecida que manda no marido (A.P.M, 56 anos).

Se você chegar numa fazenda e pedir trabalho, tipo tirar leite ou trabalhar num trator, já vai ficar admirados (M.R.S, 46 anos).

Percebemos como é forte o preconceito, principalmente na oferta de trabalho rural para mulheres nas fazendas e nas decisões de gerenciamento dos negócios.

Biroli (2018) constrói em seu discurso a luta das desigualdades de gênero e os limites da democracia no Brasil, analisando a vida das mulheres a partir do peso dos julgamentos que lhes são feitos por uma sociedade marcada pelo patriarcado, uma vez que “as trajetórias das pessoas são impactadas pelo modo como esses corpos são visados por práticas normalizadoras e pela inscrição de violências fundadas não apenas no ódio, mas também em diferentes sistemas de crenças e perspectivas morais” (BIROLI, 2018, p. 134).

Poderíamos considerar que o fato das decisões de trabalho serem, geralmente de cunho masculino, uma prática moralmente constituída, mesmo que tenha a participação de integrantes de ambos os gêneros, ou seja, mulheres e homens, trabalhadores de uma mesma família, numa propriedade rural ou na prestação de um serviço, como acontece regularmente nesta região, principalmente na época do plantio das roças de milho, que servem na produção dos silos, a palavra final cabe aos homens.

Mas a questão debatida pelo grupo é o papel masculino como porta voz das decisões, em que medida isso pode interferir na igualdade entre os gêneros no trabalho rural. No grupo as opiniões se dividem, parte delas não se sentem incomodadas com isso, não têm interesse em participar de tais decisões de negócios. Outra parcela do grupo quer participar, o que chama atenção daquelas que não tem interesse, na eventualidade de estarem sozinhas, como atuariam sem uma presença masculina, são o que argumentos levantados.

Perguntado ao grupo como era a participação das mulheres na administração da renda familiar, elas disseram que

Não há muita sobra na renda, os gastos são grandes, quase tudo fica no curral. Na ração e no plantio das roças, não tem o que questionar (P.C. O. 39 anos).

Tem época que sobra sim, a gente consegue conversar e decidir o que comprar juntos, a vida tá difícil para muitas escolhas (T. M. S. 42 anos).

As falas divergem em relação a administração da renda familiar, pois pôde-se evidenciar um consenso em dizer que não há muito a ser distribuído em compras ou poupanças, uma vez

que a prioridade se estende aos produtos essenciais para a manutenção da família e a produção nas propriedades.

Priore e Pinsky (1997) e Bassanezi e Pedro (2012) se fundamentam no estudo ao destacar que a trajetória da história das mulheres é marcada de lutas, e que certos princípios formadores nos auxiliam a pensar a história das mulheres com uma nova teoria e prática, uma vez que estamos em diferentes espaços, que se alteram com o tempo.

No alterar do percurso histórico, tomamos o advento da Revolução Industrial para demonstrar um modo existente de manifestação do trabalho feminino que cerceava as mulheres limitando seu crescimento profissional, em ocorrência da industrialização ao transferir parte da produção realizada no espaço doméstico para as fábricas, não restringiu a casa a espaço reprodutivo.

Mediante a isto, verifica-se que o despontar do trabalho remunerado nas fábricas pelas mulheres, como um ponto central para análise, pois implica na criação dos filhos e no cotidiano das demais atividades domésticas não remuneradas. Nas fábricas, tais trabalhos, como passar, lavar, costurar etc., eram produtivos e pagos. No entanto, em casa, tais atividades não são divididas, enquanto que a reserva para os homens tempo e disponibilidade é destinada ao trabalho remunerado. Esse contexto pode ser relatado em dias atuais no meio rural, como permanências.

Uma das entrevistadas disse que se a roupa não estiver passada ou a casa limpa, a obrigação recai sobre as mulheres. Tais práticas nos conduzem a uma análise das concepções e das formas múltiplas de discriminação, questionando certos tabus e valores permanentes em torno das sociedades e nos diversos grupos sociais ainda existentes.

No contexto atual, as mulheres rurais participam de atividades juntamente com os esposos, além do trabalho doméstico, sem remuneração e sem divisão das tarefas domésticas.

Ao conceituar o patriarcado, a dominação masculina sobre o sexo feminino é entendido como um modo de organização das relações sociais, cuja lógica da divisão de trabalho entre homens e mulheres é direcionar o que cada gênero deve e pode fazer, conferindo-lhes espaços e atividades determinadas, geralmente tidas como naturais. Beauvoir (1949, p. 75) acrescenta que “É o aparecimento da família patriarcal baseada na propriedade privada. Nessa família a mulher é oprimida, o homem, reinando soberanamente”.

Num período da história em que o surgimento da propriedade privada, a posse da terra, da mulher, a aquisição de escravos, conduzem segundo a autora, a efetivação do patriarcado e acabam afirmando “papeis sociais sob a forma do enquadramento de funções e posições sociais” (ALMEIDA, 2010, p. 23).

A força das estruturas socialmente edificadas historicamente, o patriarcado, assume e reforça, quando acrescidas da propriedade privada e os desdobramentos do sistema capitalista com o aparecimento da revolução industrial, que mais tarde reconfiguraria os papéis entre homens e mulheres.

Com a descoberta do cobre, do estanho, do bronze, do ferro, com o aparecimento da charrua, a agricultura estende seus domínios. Um trabalho intensivo é exigido para desbravar florestas, tornar os campos produtivos. O homem recorre, então, ao serviço de outros homens que reduz à escravidão. A propriedade privada aparece; senhor dos escravos e da terra, o homem torna-se também proprietário da mulher. Nisso consiste “a grande derrota histórica do sexo feminino”. Ela se explica pelo transtorno ocorrido na divisão do trabalho em consequência da invenção de novos instrumentos (BEAUVOIR, 1970, p. 74).

Já argumentado, segundo a autora, a definição de papéis discutidos recai sobre os fundamentos estabelecidos do patriarcado, que inicia com a propriedade privada. Em dado momento, a terra era uma das maiores riquezas dos homens e dela se extraía tudo o que precisava. Sua extensão determinavam a organização da família e do grupo familiar, o qual tinha que ser pensado de acordo com as características da terra.

Isso condicionava não só o tamanho das famílias, como a decisão sobre o momento apropriado para os casamentos ocorrerem e entre quais grupos sociais. Tal costume ainda permanece, principalmente para as mulheres rurais. “Trata-se de um tipo de dominação em que o senhor é a lei e cujo domínio está referido ao espaço das comunidades domésticas ou formas sociais mais simples, tendo sua legitimidade garantida pela tradição” (CASTRO; LAVINAS, 1992, p. 237).

O autor afirma que essa prática foi se concretizando e repassando de gerações a gerações, tornando-se natural em muitas culturas a supremacia masculina.

Birole (2018, p. 11) nos esclarece que nas posições assumidas nas relações de poder, na vida cotidiana, nas instituições e nas regras informais, que organizam as relações de poder no mundo moderno, podem ser caracterizadas e compreendidas de diferentes maneiras, mas, infelizmente, “É certo que não corresponde à superação do patriarcado”.

A autora direciona no entendimento que na configuração das fronteiras, entre a esfera pública e privada, implica em lugares distintos para mulheres e homens, considerando um cuidado com as generalizações, mas para a participação das mulheres na esfera pública, impõem filtros vinculados às responsabilidades atribuídas a elas na esfera privada, pautados no sentido do feminino estar resguardado na domesticação.

A destinação do trabalho de homens, mulheres e crianças nas indústrias domésticas trouxe como consequência a diminuição da dependência da terra. Dessa forma, já não era mais necessário que o grupo social fizesse o controle do equilíbrio entre meios de produção e pessoas.

A possibilidade de todos na família poderem exercer as funções ligadas à indústria naquele momento possibilitou uma maior autonomia àquele grupo em afinidade à comunidade, favorecendo a superação da dependência exclusiva da terra como meio de subsistência. Fato que talvez pudesse explicar o encorajamento dos movimentos de luta dos grupos feministas iniciados, sem descartar o contexto que possibilitava as mulheres estarem reunidas, mesmo com trabalhos exaustivos nas fábricas.

A nascente indústria capitalista ao engrenar novas relações de papéis trazendo modificações significativas na vida das mulheres, que segundo Alves (2006, p. 174) é “A base da divisão social do trabalho é o resultado da definição das ocupações sociais estabelecidas para o homem e para a mulher na sociedade. Na organização da família e nas posições entre os sexos ao longo da história”.

Com a migração das famílias para as cidades, nos novos moldes impostos pelo desenvolvimento da indústria, mudou-se o cotidiano das mulheres que antes trabalhavam na terra junto com os filhos e esposos, e que passam agora a trabalhar nas fábricas e com salários. Esse processo se tratava do desmantelamento da família camponesa em direção à família nuclear.

Contudo a soberania patriarcal não desaparece, pois pôde para algumas famílias diminuir sua força, mas para outras a dependência do salário do homem, fazendo das mulheres que não conseguem trabalho nas fábricas se tornarem mais oprimidas, pois

O modo de produção capitalista, que se constitui por meio de contradições, ao mesmo tempo em que necessita e promove o aprofundamento da industrialização, alija as mulheres do espaço público. Durante os séculos XVII e XVIII, em determinados estados do EUA, as mulheres não só tinham direito ao voto como chegaram a exercer o poder parcialmente, até a sua proibição com o advento da Revolução Americana. Também na Revolução Francesa – o símbolo máximo dos direitos humanos da sociedade burguesa – as mulheres, pelo menos as mais pobres, também lutaram e tomaram parte nas diversas formas que a vida política assumia, inclusive participando das barricadas e revoluções, mas foram empurradas para fora, até guilhotinadas, quando ousaram estender os direitos humanos também para si. Tais exemplos são emblemáticos do caráter patriarcal do capitalismo nascente. Em suma, a divisão entre o público e o privado, que o sistema capitalista aprofunda como necessidade fundamental para a produção de mercadorias, afastava as mulheres do espaço público e alijava-as da vida política (HOBSBAWM, 1998, p. 282).

Pontuações foram feitas, Priori, Rago e Giuliani (2017) afirmam que no período da industrialização, ao que diz respeito à história das mulheres, nos primórdios do processo, as

dificuldades logo aparecem, pois poucos são os documentos escritos por mulheres trabalhadoras. Na maioria são textos redigidos por militantes políticos e entrevistas orais realizadas em períodos mais recentes, a maioria eram retratados por médicos higienistas, também responsáveis por códigos de condutas, por industriais tenebrosos das mobilizações, militantes anarquistas, socialistas e, posteriormente, comunistas.

Com isso, a autora nos afirma: “Isso significa que lidamos muito mais com a construção masculina da identidade das mulheres trabalhadoras do que com sua própria percepção de sua condição social” (PRIORI; RAGO; GIULANI, 2017, p. 579).

Entre retrocessos e avanços, a condição das mulheres na sociedade no período da industrialização vai se transformando. Por conta disso, jornais e sociedade começam a expressar uma imagem negativa das mulheres, que deixam seus afazeres domésticos para o cuidar da casa e dos filhos no trabalho nas fábricas. Nessa crescente urbanização das cidades e inserção política nos movimentos sufragistas é que mais tarde poderão ser observados a influência e atuação na organização dos movimentos das mulheres camponesas, como o movimento da Marcha das Margaridas.

No processo de industrialização, sinalizando um marco na trajetória de muitas mulheres, espaços surgem, onde novas formas de interação social se apresentam para as mulheres e homens. Essa nascente sociedade passa a se pautar em modelos europeus, franceses e ingleses, e para as elites rurais trocaram suas vidas fechadas e isolada pelos atrativos das modernas cidades, teatros, restaurantes e tudo mais que aquelas cidades poderiam lhes ofertar, como explica D’Incão (2007, p. 230),

Convém não esquecer que a emergência da família burguesa, ao reforçar no imaginário a importância do amor familiar e do cuidado com o marido e com os filhos, redefine o papel feminino e ao mesmo tempo reserva para as mulheres novas e absorventes atividades no interior do espaço doméstico. Percebe-se o endosso desse papel por parte dos meios médicos, educativos e da imprensa na formulação de série de proposta que visavam “educar” a mulher para seu papel de guardiã do lar e da família – a medicina, por exemplo, combatia severamente o ócio e sugeria que as mulheres se ocupassem ao máximo dos afazeres domésticos. Considerando a base moral da sociedade, a mulher de elite, a esposa e mãe da família burguesa deveria adotar regras castas no encontro sexual com o marido, vigiar a castidade das filhas, e constituir uma descendência saudável e cuidar do comportamento da prole (D’INCÃO, 2007, p. 230).

Para as famílias pobres, as condições eram bastante insalubres e sem seguridade social. A domesticação vai se estabelecendo junto ao processo revolucionário e ditando o modelo ideal feminino, para aquelas que se encontravam nas fábricas, travavam lutas por melhores condições

de trabalho, direitos políticos, reivindicavam o voto e numa militância a chegar aos movimentos feministas que se espalharam por diversas regiões.

Onde estariam as mulheres rurais, nesse momento histórico? De acordo com Neves e Medeiros (2013),

A participação efetiva das mulheres no processo produtivo, desde o início da construção humana do saber e da prática vinculada à agricultura, sempre foi determinante para a garantia da continuidade dos seres humanos tanto na produção da alimentação, como na preservação ambiental, na garantia de renda-comercialização, ou seja, na reprodução da vida. Porém, essa participação ao longo da história foi secundarizada diante da organização social capitalista em que vivemos que se pauta por uma lógica social enviesada pelos valores que orientam as relações de gênero. Essa lógica pode ser então qualificada como machista e patriarcal, visto que ela redimensiona a ação dos homens e apaga a ação das mulheres por reduzir o reconhecimento social ao trabalho doméstico e não produtivo (NEVES; MEDEIROS, 2013, p. 07).

Esse parêntese sobre o papel feminino relacionado ao trabalho à agricultura desde o início da construção humana, reconhecendo o papel determinante da mulher, aqui voltado para as mulheres rurais de Corumbajuba, evidenciando a lógica “social enviesada”, que redimensiona as ações entre os homens e as mulheres, principalmente com o fortalecimento do capitalismo, ao diminuir a ação das mulheres nas relações de trabalho. Contudo existem movimentos que surgem na história do campesinato por ações coletivas de intelectuais, militantes e a base social, que propuseram uma análise da importância da atuação feminina no meio rural.

O Plano Camponês¹⁵, que solicita ações a garantir a produção e reprodução da vida social no campo, ressaltando uma produção saudável comprometida com o ambiente pautando na Soberania Alimentar, que faz parte de um projeto para o Brasil. Em conformidade com essa ideia, solidifica todo o mérito e importância da população rural e, principalmente, a iniciativa ao trabalho feminino rural e a permanência dessas famílias no campo.

De acordo com Neves e Medeiros (2013, p. 7), “não há dúvida sobre a imprescindibilidade da atuação feminina para a reprodução social camponesa; mas há a necessidade de retirá-la da invisibilidade social”. O peso de se tornar público a opressão da mulher rural no propósito de libertá-las das práticas socialmente edificadas, uma vez

¹⁵ O Plano Camponês constituiu através das lutas do MPA-Movimento dos Pequenos Agricultores, fora se configurando como um Movimento de luta por mudanças na política agrícola para uma organização que defende programaticamente um novo modelo de desenvolvimento do campo, o Plano Camponês, não foi desenvolvido de forma linear e única, se trata de uma construção coletiva, baseado em uma pedagogia de elaboração permanente, que se empenhou em construir um programa estratégico que pressupõe o campesinato e os povos originários e tradicionais como a base do desenvolvimento do campo. A elaboração é participativa e assimila as contribuições de intelectuais, militantes e a base social através das suas lutas e experiências.

identificadas, torna-se uma necessidade para a efetivação democrática de direitos, que historicamente vem sendo questionada.

A argumentação da autora nos dimensiona o importante papel das mulheres rurais desde os primórdios. Porém, alguns grupos de mulheres, principalmente do norte do país, estão sendo percebidos e contribuem na forma de organização na história recentes. Movimentos de ações coletivas e de caráter de interesses comuns, via sindicatos, outros autônomos e, até mesmo, ligados a segmentos religiosos, como a participação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Nesse sentido, Neves e Medeiros (2013, p. 242) afirmam que,

Na década de 1960, a orientação governamental para a ação política dos sindicatos rurais volta-se para práticas assistencialistas ao mesmo tempo em que intensifica o projeto de desenvolvimento rural que prioriza e beneficia a grande propriedade. Setores da Igreja Católica reagem a isso por meio da criação de ações pastorais junto a moradores, meeiros, rendeiros, sitianteiros etc. (também compreendidos neste texto como camponeses). A formação política dirige-se para a compreensão das adversas condições de vida e a aplicação das leis, tais como o Estatuto do Trabalhador Rural e Estatuto da Terra, e desencadeia a organização de grupos de trabalhadores rurais para fazerem oposição sindical, comporem chapas sindicais e participarem das suas eleições. O debate tem origem nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e em atividades conduzidas pela CPT que, à luz das mensagens bíblicas ressignificadas pela Teologia da Libertação, reflete sobre suas condições de vida e relações de caráter assujeitado com o trabalho e a terra. Mulheres camponesas tomam assento nesses espaços e, na década de 1980, ingressam em partidos políticos, participam das atividades das centrais sindicais e reivindicam lugares de participação da mulher na luta política (NEVES; MEDEIROS, 2013, p. 2013).

O período que ficou conhecido como *Anos Dourados* (anos 50), com a finalidade de compreender o terreno que se formava para as mulheres rurais, Priore e Pinsky (2012, p. 608) nos relatam, que o Brasil dos anos 50, com o processo de industrialização, foi um período de ascensão da classe média, logo após o fim da Segunda Guerra Mundial. Investiram na educação profissionalizante para homens e mulheres, as palavras democracia e participação eram fortalecidas nos discursos políticos. Todas essas transformações possibilitaram aos brasileiros acessos à informação, lazer e consumo.

No entanto, os papéis femininos e masculinos influenciados pelas campanhas estrangeiras com o fim da guerra serão vistos como um retrocesso para as mulheres, pois difundia a ideia de que as mulheres deveriam se ocupar do lar e da família, sendo o modelo ideal de família.

A análise desses fatos demonstra que numa época onde o mundo se encontrava em transformações econômicas e políticas, a vida social não acompanhava as rupturas e mantinha uma resistência traduzida na aceitação às mudanças no modo de vida das mulheres, de forma

maciça em informativos, como a exemplo o *Jornal das Moças*¹⁶, *Vida doméstica* e as seções para as mulheres, como *O Cruzeiro*, dentre os mais conhecidos, como afirma Pinsky e Pedro (2012, p. 609), divulgavam a ideia “de papéis definidos, regras de comportamentos e opiniões sobre sexualidade, casamento, juventude, trabalho feminino e felicidade conjugal...”.

A autora relata que durante esse período a televisão ainda era incipiente no país. O imaginário era marcado por ideias que destinavam o lugar de moças de família e moças levianas, a sombra de uma moral que direcionava aos modelos ideias de vida, em que limitavam as mulheres a se comportarem de acordo com os princípios morais da sociedade.

Houve identificado uma vigilância destinada às mulheres, as quais nas obras literárias eram observadas uma grande preocupação com os desejos sexuais, já que a prática de casamentos arranjados não era adotada por alguns pais em determinados lugares. No entanto, a vigilância as manifestações de afeto já era uma preocupação social que recaía sobre aquelas com o medo de ficarem “mal faladas” (PINSKY; PEDRO, 2012, p. 610). Podemos, então, imaginar o porquê dos dizeres conhecidos pelo povo, como: ficar para tia, beata, mãe solteira e entre outros, soam de forma pejorativa, como um castigo para as mulheres. Ainda circulam tais dizeres, mas positivamente acreditamos que pelas transformações do tempo em gerações futuras, não terão o mesmo entendimento.

A procura das mulheres rurais no período dos Anos Dourados, encontramos um país mergulhado em campanhas de desenvolvimento, inovações tecnológicas e mudanças. Governos como o de Juscelino Kubitschek, numa continuidade de objetivos de desenvolvimento no país, acentuam as manifestações das Ligas Camponesas¹⁷ para o mundo rural, que ficam representativos por meio dos sindicatos (WELCH, 2006).

Os sindicatos já vinham como proposta de organização para os trabalhadores rurais, desde o governo de Getúlio Vargas, por meio de um conceito corporativista de sindicalização. Com o objetivo de resolver os conflitos existentes no campo, resumidamente pode se

¹⁶ *Jornal das Moças* foi uma revista feminina que circulou no Brasil entre os anos de 1914 e 1965. Anunciada como uma "Revista Semanal Ilustrada", era publicada na cidade do Rio de Janeiro, e distribuída nas capitais de todo o país, e nas principais cidades do interior. Circulava às quartas-feiras, e era anunciada como “*Jornal das Moças - A revista de maior penetração no lar*”. Foi fundada por Agostinho Menezes, e era propriedade da Editora *Jornal das Moças Ltda.* Possuía em média 75 páginas com textos e ilustrações, e o seu conteúdo era inspirado nos magazines ilustrados ou revistas de variedades do século XIX, abordando assuntos, à época, de interesse da esfera feminina. Desse modo, apresentava comentários sobre a moda, conselhos de economia doméstica, contos, poemas, piadas, notícias do cinema, curiosidades, receitas culinárias, moldes de roupas da estação, fotos da sociedade fluminense, anúncios de cosméticos, de medicamentos, de lojas especializadas em artigos femininos e infantis, partituras musicais, resenhas de filmes, e sugestões de leitura.

¹⁷ As Ligas Camponesas foram organizações de camponeses formadas pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) a partir de 1945. Foi um dos movimentos mais importantes em prol da reforma agrária e da melhoria das condições de vida no campo no Brasil.

compreender que os sindicatos entram em cena como uma força reacionária de luta de vanguarda dos trabalhadores rurais frente às forças dominantes, “a partir de 1960, a Igreja Católica, as Ligas Camponesas e políticos populistas, entraram na concorrência para ser identificados como representantes autênticos dos trabalhadores rurais” (WELCH, 2006, p. 7). Nesse momento visualizamos o papel atuante de mulheres nas causas rurais, podendo, assim, avaliar as transformações do período que impactaram nos modos de vida das mulheres em campo por meio do apoio pela Igreja Católica, na atuação das Comunidades Eclesiais de Base CEBs.

A ação da Igreja nos movimentos sociais de apoio as mulheres acontece pela aproximação das mulheres a Igreja, que dará impulso a uma consciência na busca por seus direitos e espaços sociais. A Igreja representada nas instituições das CEBs tomou partido na luta pela mobilização agrária, em um trabalho realizado principalmente com mulheres, na experiência formativa e de suporte a questionarem sua condição social enquanto trabalhadoras rurais, resultando em vários movimentos liderados por mulheres em todo o país.

Advindo a análise, a ocupação dos espaços sociais, as mulheres rurais da comunidade de Corumbajuba são religiosas e praticantes do catolicismo, são poucas as evangélicas. Portanto, as Igrejas mais atuantes na comunidade são a igreja católica e a igreja adventista.

A igreja católica é predominante, tendo a adesão da maioria dos moradores. O povoado surgiu de terras doadas pela igreja católica, onde os lotes de terra do povoado são doados a quem precisa construir sua casa, uma vez que tenha a autorização dos padres.

Ressalta-se as afirmações Cappellin (1990), ao explicar que a mobilização das mulheres rurais não se inicia no sindicalismo, sendo uma prática já existente, que se torna representativa na organização sindical. Dois fatos podem ser discutidos nesse acontecimento, a ruptura na história das mulheres rurais: a primeira com a abertura da participação delas junto à igreja numa mobilização que não se restringiu a sexos; e o segundo por despertar na forma de organização, isto é, o ingresso das vozes femininas em discussões políticas.

Em novos campos de enfrentamentos elas tiveram, até mesmo nos próprios sindicatos onde no início a ocupação de mulheres frente aos grupos sindicais eram restritas, pois a ocupação de cargos nas chapas sindicais eram para os esposos ou filhos homens. “Era permitido apenas a uma pessoa por família se tornar membro de sindicato, e, normalmente, quem o fazia era o homem chefe de família. Em alguns sindicatos, os homens chegavam a argumentar que a sindicalização de esposas fosse proibida por lei” (DEERE, 2004, p. 180 Apud AGUIAR, 2015).

Com as primeiras reuniões e discussões de participação no sindicato, surgiu o questionamento: qual a condição em que nós, mulheres, vivíamos? Não tínhamos direito à sindicalização, os nossos documentos nos colocavam como domésticas, apesar de trabalharmos na roça; não éramos reconhecidas como trabalhadoras, não tínhamos direito a receber nada quando aconteciam acidentes de trabalho, nem as mulheres, nem as crianças até 12 anos de idade; não tínhamos direito à aposentadoria, só quando o marido morresse ou quando tivesse mais de 70 anos; não tínhamos direito a salário-maternidade; não tínhamos participação na política. Então, começamos a descobrir que éramos apenas pessoas que trabalhavam, que obedeciam, cumpriam ordens, cuidavam da casa, produziam, tinham tripla jornada de trabalho e nada de participação (CHOINASKI, 1998, p. 226).

A pesquisa trilha por caminhos que possam levar a descoberta da condição das mulheres rurais em toda essa trajetória herdada, por meio deste grupo, em dias atuais, nas relações trabalhistas no sentido de satisfação social, onde as considerem como trabalhadoras rurais. Visto que o trabalho das mulheres na atividade agrícola era considerado como uma ajuda, colocando-as como não merecedora de seguridade social, seja na aposentadoria, salário maternidade, desprezando toda uma jornada tripla, como trabalhadoras rurais, donas de casa e educadora dos filhos, que exercem sozinhas e sem remuneração.

O movimento das mulheres rurais, segundo Aguiar (2015), foi na abertura democrática na década de 1980, que se tornou significativo e forte na luta no campo. Movimentos que na atualidade ganharam força na forma de leis de seguridade social para mulheres em campo, como o Movimento da Marcha das Margaridas, com repercussão nacional.

2.3 Vidas femininas no cotidiano rural

Figura 7 - Reunião de discussão dos questionários



Fonte: arquivo pessoal da autora (2019)

Após os encontros eram realizadas as análises dos questionários (Figura 07), uma atividade que se tornou uma constante na elaboração da pesquisa, para a continuidade dos depoimentos foi solicitado em parceria ao Senar, três cursos, um era anseio de muitas das mulheres rurais de Corumbajuba, por tratar de gestão de negócios no campo para mulheres.

O curso intitulado de “*Programa Mulheres em campo*”, com carga horária de cento e vinte horas (120), distribuído em seis encontros presenciais mais atividades de campo, trazia temas a serem estudados que contribuíram significativamente para os momentos de escuta. O conteúdo programático do curso “Mulheres em campo” abordava diagnóstico para empreendedorismo em propriedades rurais com objetivo central o planejamento, custos de produção, indicadores de viabilidades, comercialização e desenvolvimento pessoal.

O conteúdo de desenvolvimento pessoal na perspectiva do trabalho rural, administrado durante o curso, subsidiou as questões proposta no questionário da pesquisa. As mulheres ao apresentarem as resoluções das atividades, que geralmente eram feitas oralmente, acrescentava suas experiências de vida, suas dificuldades e suas expectativas.

Figura 8 - Grupo focal durante curso “Mulheres em campo”



Fonte: arquivos da pesquisadora (2019)

Pela iniciativa desse grupo de mulheres que desafiam as dificuldades do trabalho rural e buscam constantemente melhorias de sua produção, oportunidades de trabalho na sua localidade, percebe-se que o grupo almeja ações podem trazer transformações na conquista da emancipação, construção de gerenciamento e produtividade no campo para as mulheres. A adesão aos cursos sinaliza, portanto, uma manifestação de luta.

Durante o curso, nos depoimentos, uma das maiores dificuldades pontuada seria a comercialização dos seus produtos. Corumbajuba se localiza a quarenta quilômetros de Orizona, sendo a cidade mais próxima, as estradas de chão encarecem os produtos, pois as despesas de transporte se tornam um desafio para pequenas produções. Mediante a este fato explica a forte presença de associações e cooperativas no município. Para as mulheres deste grupo, a formação de uma Associação poderia ser uma saída, uma oportunidade para colocar seus produtos no mercado.

Outro fato que percebemos durante os cursos foi o peso dos trabalhos domésticos, que assumem lugar nas atividades desenvolvidas por elas. As mulheres mesmo trabalhando nas atividades rurais não são dispensadas dos trabalhos domésticos. Ao perguntarmos como as atividades eram divididas, incluindo os trabalhos domésticos, somente duas falaram que os serviços domésticos eram divididos entre os homens da casa, o restante do grupo afirmam que executam sozinhas todas as tarefas domésticas.

“Lá em casa todos ajuda, mas eu não paro” (I.C. L de 39 anos), ao afirmar que ela não para, pressupõe uma ideia de ignorar a sobre carga de trabalho que realiza, demonstrando uma ação que se naturalizou, uma normalidade sendo carregada de gerações anteriores que cria obstáculos, sejam de desenvolvimento de outras atividades ou a injustiça da divisão inexistente de tarefas, em que a diferença entre os sexos, traz desfavorecimento às mulheres.

Diante desta resposta, intuímos que o conceito de igualdade assume interpretações diferentes entre o grupo pesquisado, uma vez que a força dos costumes e dos papéis definidos na divisão do trabalho prevalecem arraigados como fato determinante, chegando a impedir que muitas mulheres questionem ou reflitam a sua condição social na ocupação desses espaços.

O peso acarretado pelo trabalho doméstico na vida das mulheres rurais na contemporaneidade potencializa o costume que irá dizer que isso seja trabalho de mulher, como um martírio, que as impeça de dedicar a outras atividades, principalmente o descanso, ao passo de direcionar ao isolamento em casa, para as mulheres rurais desta comunidade tal prática é comum, não visualizamos em tempo presente uma mudança nessa forma de viver.

Os dados elencados neste estudo caracterizam as mulheres rurais de Corumbajuba com uma jornada dupla ou até tripla. Mulheres que conseguem conciliar os trabalhos domésticos, o cuidar dos filhos, os afazeres das fazendas e outros fora de casa.

Elas apesar de tantos afazeres demonstram serem vaidosas, pois investem em cuidados estéticos, mostraram-se informadas de tratamentos e técnicas estéticas. São mulheres que alcançaram esses saberes, não se colocando, nesse aspecto, em diferença das mulheres urbanas.

Tal fato pode ser uma evidência de um progresso com rupturas, de oportunidades para as mulheres em campo.

Para as meninas, diferentemente de algumas de suas mães, no sentido da valorização dos estudos, quando concluem o ensino médio ofertados na região pelas escolas públicas localizadas nos povoados, saem no propósito de continuarem, destacando modificações nas práticas identificadas na geração de suas avós. São bem ligadas a assuntos de moda e tendências, por meio do acesso à internet que já faz parte dos benefícios dos moradores do povoado e das fazendas.

No cotidiano rural desta comunidade, algumas práticas permanecem para as mulheres, tornando a vida mais difícil. Por exemplo, se quiserem o pãozinho quente é necessário prepará-lo, o que torna as suas atividades tão exaustivas, por conta da quantidade de tarefas. O espaço de calmaria, pureza do ar, o canto dos pássaros e tudo mais que o campo possa proporcionar, pode ter um preço, tal como a comodidade de um supermercado, de uma farmácia logo na esquina, entre outros. As mulheres que vivem no povoado costumam realizar as mesmas tarefas das mulheres nas fazendas, ou seja, o cotidiano de ambas é semelhante em suas práticas e saberes.

O povoado de Corumbajuba é constituído por sessenta seis residências, quatro bares que funcionam como pequenas mercearias, duas igrejas, uma escola, um posto de saúde e uma pracinha próxima a Igreja. Grande parte de sua população tem vínculos com a terra, alguns trabalham em propriedades de terceiros, outros são proprietários. A subsistência desses moradores é retirada das atividades agropecuárias, principalmente a rentabilidade da atividade leiteira.

Hoje podemos visualizar o desenvolvimento dos trabalhos das mulheres desta comunidade em direção à autonomia, além do trabalho doméstico.

Durante muito tempo se pensou que seria muito difícil mobilizar as mulheres trabalhadoras, porque se considerava irregular e provisório sua inserção no mercado de trabalho. Também prevalecia a convicção que elas fossem as principais depositárias e reprodutoras dos valores patriarcais dominantes na sociedade rural brasileira. No entanto, vários estudos, de acadêmicos e de militantes, mostram que tais ideias já não correspondem à realidade (PRIORI, RAGO E GUILANI, 2017, p. 645).

Na referida citação, a autora afirma que o patriarcado na vida das mulheres rurais seria algo superado, justificando uma maciça e longa jornada de trabalho mal remunerado e as crescentes mobilizações reivindicatórias perante a lei, pela participação sindical, passeatas,

protestos e elaboração de documentos de seguridade social, teriam eliminado os resquícios ou maiores prevalência do patriarcado na vida das mulheres rurais.

Concordando com a autora em alguns aspectos, no presente estudo observamos que muitos tabus estão aos poucos perdendo espaço na sociedade rural feminina desta comunidade, pois as mulheres têm interesse em se capacitar e melhorar a produtiva rural, alavancando a autonomia feminina neste espaço.

Grande parte delas não é assalariada, buscam aprimorar suas técnicas e criar novas clivagens. Segundo Biroli (2018, p. 21), “falar em divisão sexual de trabalho é tocar no que vem sendo definido, historicamente, como trabalho de mulher, competência de mulher, lugar de mulher.” A autora esclarece que a representação de quem somos e o nosso papel na sociedade de alguma forma está relacionado à divisão do trabalho por gênero, por produzir vantagens e desvantagens que vão se transformando em trajetórias com diferentes possibilidades na vida das mulheres e homens.

Nessa perspectiva é interessante analisar que a elas são reservadas tarefas que os homens estão liberados, contudo, na análise das respostas do grupo, percebemos que rupturas acentuadas vêm acontecendo no meio rural, principalmente para as meninas. As mães que compõem o grupo pesquisado apresentam rupturas em relação algumas práticas que direcionavam uma ação que não contemplava a importância de estarem nas universidades. São preocupadas com dedicação de suas filhas aos estudos e novas formas de relacionamento entre os gêneros se apresentam.

Acompanhando tendências verificadas em outros países latinos - americanos, foi nas últimas décadas do século XX que o perfil do acesso das mulheres brasileiras à educação e ao trabalho remunerado se alterou significativamente. Entre 1970 e o início do século seguinte, o percentual de mulheres economicamente ativa passou de 18,5% para cerca de 55%, tendo alcançado um teto de 59% em 2005. Modificaram assim os ritmos e as feições da vida cotidiana (BIROLI, 2018, p. 21).

Consta nas pesquisas desta autora, que o número de mulheres matriculadas no ensino superior hoje é maior que o número de homens, isso de forma geral para as mulheres brasileiras, mas para as mulheres deste grupo pesquisado não chegaria a 2% de mulheres que concluíram o ensino superior.

O dado levantado pode ser justificado pela falta de motivação a educação formal, pela argumentação já citada pelas mulheres pesquisadas, porém observamos que essa realidade pode ser transformada pela nova geração de meninas no meio rural, em que poucas permanecem

nas fazendas, saem para concluir seus estudos, uma ação que denota mudança de postura e transformação no espaço ocupado por futuras mulheres rurais.

O trabalho doméstico na vida das mulheres rurais pontua alguns fatores importantes a serem analisados: o primeiro é que o trabalho doméstico pode ser considerado mais intenso por práticas moralmente construídas numa sociedade de heranças patriarcais ainda presentes, que afirmam definições de trabalho, a partir de uma divisão sexual de atividades. O outro poderia estar relacionado à maternidade como impossibilidade a aquisição de renda familiar, como um fator de relevância, tornando às vezes o motivo do impedimento de procurar uma realização profissional ou pessoal, por motivos socioeconômicos, não havendo recursos financeiros para pagar babá acrescidas das atividades domésticas.

Elucida Biroli (2018 p. 23) que o “pressuposto que as hierarquias de gênero assumem formas diferenciadas segundo a posição de classe e raça das mulheres [...] Impacta também as mulheres privilegiadas, porém com consequências distintas daquelas que se impõem a maioria das mulheres”. Sejam ricas ou pobres, a autora justifica que muito se tem a alcançar, faz referência ao engajamento política por parte das mulheres, sendo uma junção de abordagens abarcada pela divisão sexual do trabalho como um problema, mas afirma que o trabalho mal remunerado acentua as relações de poder nas sociedades contemporâneas.

As implicações da domesticação na vida das mulheres rurais podem ser explicadas pelo viés cultural. Constatado na história desde o Renascimento a ideia que reinava era uma profunda desigualdade, reservado as mulheres obrigações domésticas, eram desprovidas pela sociedade vigente de capacidades intelectuais e cognitivas quanto à participação política e outros assuntos destinados aos homens. Uma misógina herdada pelos medievalistas ligadas às instituições que dominavam o mundo, como os bispos e demais teólogos disseminavam uma ideia em que a mulher era inferior ao homem, destinada a obedecer, por isso não podia exercer funções na política ou no sacerdócio (GARCIA, 2015, p. 25).

Uma questão a ser respondidas pelo grupo focal era sobre a participação das mulheres rurais de Corumbajuba na política governamental, como se consideravam participativas na política de sua região, se havia entre elas alguma que tivesse ocupado um cargo político? Na maioria das respostas elas apresentavam desinteressadas a esse tema, justificavam que estavam desacreditadas nos políticos, afirmando que temos uma política sem credibilidade.

Na análise das respostas dadas aos questionários aplicados, a falta de interesse por parte dessas mulheres a política e o não questionamento encontrados em suas falas a muitos assuntos ligados a política, durante as rodas de conversas, refletem as colocações de Bourdieu (1989) ao explicar eu "o campo político é entendido como campo de forças e como campo de lutas que

têm em vista transformar a relação de forças que confere a este campo a sua estrutura em dado momento". O processo de organização das trabalhadoras rurais envolvem questões políticas, formando uma rede de comunicação e significados, cogitam a um mundo rural feminino de necessidade a participação política, visto que são ações que regem todos os cidadãos conscientes ou inconscientes de uma mesma coletividade.

Na comunidade houve apenas o relato de uma mulher que se candidatou como vereadora, mas não foi eleita. A tal fato que poderíamos ter na primeira hipótese a não aceitação da comunidade, ou talvez pelo descaso por parte das mulheres rurais a política que consequentemente acarretaria ao despreparo político, acarretado o insucesso.

Situação vivida pelos os homens em alguns casos também, porém em lugares onde predominam uma política estruturada na masculinidade¹⁸, torna mais difícil a inserção de mulheres.

¹⁸ Masculinidade é um conjunto de atributos, comportamentos e papéis geralmente associados a meninos e homens. A masculinidade é construída socialmente, mas composta por tanto fatores socialmente definidos quanto biologicamente inerentes distintos da definição do sexo biológico masculino.

CAPÍTULO III

O CONTEXTO DE UMA POPULAÇÃO RURAL DECRESCENTE NA TRAJETÓRIA DAS MULHERES EM CAMPO

Tomamos como análise neste capítulo o percurso na história da população rural que possa demonstrar condições manifestadas no presente das trabalhadoras rurais de Corumbajuba. Acontecimentos que levaram essa população a iniciar um processo de decréscimo populacional e os impactos no trabalho rural contemporâneo. Com a introdução do que chamaram de mecanização no campo, modificando a organização do trabalho e outros adventos que anteriormente incidiam a mudança, como a Revolução Industrial, que mobilizou as mulheres e famílias para as cidades em busca de empregos, que muitas vezes eram desmistificados com a escassez da vida urbana.

Neste capítulo, os estudos são direcionados a responder se a agricultura familiar admite papel como instrumento político, com apresentação de discussões de pesquisadores referente à Revolução Verde, em que seus expoentes remetem benefícios tecnológicos que contrapõem aos pequenos produtores, associados a políticas públicas sobre o desenvolvimento rural.

Debates ecológicos e de sustentabilidade que ecoam na valorização da reforma agrária e recursos governamentais para manutenção e fortalecimento da agricultura familiar em situações do presente.

Na fundação do povoado de Corumbajuba, com o fortalecimento da agricultura familiar, a educação desponta como potencialidade emancipatória para mulheres. Mulheres que deixaram nos registros da história, um legado de luta por educação as mulheres, compreendendo a educação formal como um de seus maiores triunfos a ser conquistado.

3.1 Êxodo rural e a tecnologia no campo

Para melhor compreensão desta pesquisa, trilharemos na história em busca de caminhos no passado para interpretações do presente, justificando as posições de Rusen (2001, p. 63), quanto à importância do historicizar, pois

A apreensão do passado operada pelo pensamento histórico na consciência histórica baseia-se na circunstância de que as experiências do tempo presente só podem ser interpretadas como experiências, e o futuro apropriado como perspectiva de ação, se as experiências do tempo foram relacionadas com as do passado, o que se processa na lembrança interpretativa que as faz presente (RUSEN, 2001, p. 63).

As palavras do autor traduzem ao analisar a história das mulheres, a notável incompreensão de uma visão imediatista dos fatos, sem análise, sem buscar no passado o que considere toda uma construção de conquistas e transformações do presente.

Mediante inúmeras batalhas sociais travadas por mulheres que não desejaram e não desejam formas de exclusão, seja na família, no trabalho, na política, na sociedade ou de forma geral. Nessa perspectiva, as questões do presente na observação do passado, sublinhamos que “Celebrar o passado é responsabilidade de quem está comprometido com a construção do futuro.” (QUEIROZ, 2018, p. 9 *apud* BARCELLA; LOPES, 2018).

Deparamos na história dos povos camponeses o debate conhecido no universo acadêmico de o êxodo rural¹⁹, que no Brasil tem seu maior fluxo entre as décadas de 50 e 60. O êxodo rural, de acordo com Silva (2014), caracteriza a migração da população rural para a urbana, devido a melhorias que possam ser encontradas nas cidades, emprego e acesso aos serviços de saúde e educação. O autor destaca que a mecanização no campo, ou seja, a introdução de máquinas na realização dos trabalhos rurais tenha sido uma das maiores razões em todo o mundo para o êxodo rural. Com a chegada das máquinas, vários trabalhadores rurais ficaram desempregados, pois uma máquina cobria as funções de muitos trabalhadores. No mesmo período, ocorria nas cidades o crescimento industrial, o que aumentava a motivação de migrarem para as cidades.

A implementação das indústrias no Brasil, a partir do plano de metas criado por Juscelino Kubitschek (JK), aprofundou o êxodo rural na segunda metade do século XX. Com a construção de Brasília, a oferta de emprego ficou maior, o que fez com que muitas famílias de várias regiões, principalmente do norte e nordeste do país, deslocaram-se para a área urbana.

Uma das senhoras entrevistada (M.I.C.S. 77anos) diz que quando jovem aqui nessa região, ministrou aulas para quarenta alunos, vizinhos da fazenda do seu pai. Atualmente a escola da comunidade de Corumbajuba reúne alunos de toda a região, somando um número de matrículas total de alunos que não chega a oitenta. Pela idade da entrevistada, professora na época, notamos que o êxodo rural ocorreu nessa região de maneira acentuada a partir da década de sessenta.

¹⁹ Êxodo rural é o deslocamento ou migração de trabalhadores rurais que vão em direção aos centros urbanos. Um conjunto de estimativas de saldos e taxas líquidas de migrações rural-urbanas por sexo e grupos quinquenais de idade para o Brasil como um todo e as cinco regiões para as décadas de 50, 60, 70, 80 e o primeiro quinquênio dos anos 90. Estas estimativas serviram de base para que fosse analisado o papel desempenhado pelas várias regiões brasileiras a cada década no processo de desruralização da população brasileira.

Partindo brevemente da recuperação do processo de industrialização no mundo ocidental, por entender que nesse momento histórico traz um marco na história das mulheres do ocidente, iniciado durante os séculos XVIII e XIX, como mencionado do capítulo anterior, em que as mulheres são inseridas no trabalho das recentes fábricas. A população rural que historicamente vem diminuído no decorrer dos tempos, com o advento da indústria homens e mulheres se deslocam para os centros urbanos atraídos pela industrialização.

As famílias seduzidas pelo poderoso mercado e pelas transformações impostas pelo capitalismo se viram obrigadas a deixarem as propriedades rurais e se deslocarem para os centros urbanos na esperança de dias melhores, nos trabalhos nas fábricas, principalmente as mulheres.

A mulher campesina aparece de forma substancial e fragmentada em algumas narrativas que encontramos da época da expansão industrial, sendo mencionada nos relatos escritos, por acompanharem os esposos e pais, na migração para os centros urbanos (PRIORE; PINSKY, 2017, p. 608). Ao chegarem às cidades, elas se organizam em grupos que assumem os enfrentamentos aos novos tempos, principalmente nas fábricas.

Todas as suas lutas agora travadas são direcionadas a conquista de direitos no trabalho exercido nas fábricas e na participação política, por meio do voto, nos movimentos sufragistas, que em dado momento se manifestam e são aclamados. Movimentos de percurso internacional desencadeiam lutas se estendendo aos dias contemporâneos, o movimento feminista, ou poderíamos melhor dizer, os movimentos feministas que se articulam em variadas formas e representações.

Priori, Rago e Giuliani (2017, p. 579) caracterizam os primórdios da industrialização brasileira se perguntando o que sabemos sobre as trabalhadoras, como elas teriam sido vistas pelos seus contemporâneos e interagiram com os diferentes setores da sociedade industrial, médicos higienistas, jornalistas, literatos, feministas, anarquistas, socialistas e comunistas, num momento de redefinição de suas identidades sociais?

A autora alega uma fragilidade nas fontes históricas da época, para os jornalistas tornavam os infelizes, uma vez que as retratassem para os patrões perigosos e indesejáveis, para os políticos passivas e inconscientes, perdidas e “degeneradas” para os médicos e juristas, tornando, assim, as mulheres percebidas de maneira desprezível e indesejadas.

Conduzindo nossa reflexão as narrativas literárias, que retratam histórias de mulheres brasileiras em cotidianos rurais, o premiado curta-metragem “Vida Maria”²⁰, ao retratar a

²⁰ O curta-metragem “Vida Maria” é uma belíssima animação em 3D, lançada no ano de 2006, produzida, escrita e dirigida pelo animador gráfico Márcio Ramos. Na narrativa se passa no interior do sertão do nordeste brasileiro

repetição dos afazeres das mulheres do sertão rural, passado de geração a geração para as filhas, retratando que as meninas rurais tinham a curiosidade e vontade de estudar, porém eram impedidas pelas práticas femininas da época. Em que estudar era visto até mesmo pela mãe da menina, como uma atitude merecida de reprovação, reafirmando o dever da mulher na execução das atividades domésticas como prioridade e as demais atividades consideradas banalidades.

A atribuição da arte ao reproduzir a vida cotidiana, observamos que mantiveram subordinadas ao patriarcado sob uma ótica de repetição de afazeres, para trabalhadoras rurais, os estudos não ocupam as expectativa de vida inovadora e emancipatória. Tais ideias, pelo cotidiano vivido, as colocavam num mundo romântico, mulheres destinadas ao casamento, à procriação, às vezes até casamento arranjado pelos pais, em que mais uma vez a supremacia masculina reinava como ideário almejado.

Em épocas passadas, a aglomeração das mulheres nas fábricas foi um marco para a efetivação de um movimento feminista abrangente, pois neste momento elas estavam organizadas por uma coletividade de mulheres reunidas em um mesmo ambiente e, por isso, tornou-se possível se mobilizarem. Poderíamos, então, levantar como hipótese para o momento atual as possibilidades das redes sociais no meio rural, como uma ferramenta que venha provocar rupturas para as mulheres no campo. Uma interlocução entre os grupos sociais através da internet nas propriedades rurais, atenuando o isolamento rural, inserindo a mulher rural no mundo globalizado, fomentando a emancipação feminina por meio do aprimoramento a formação rural e ampliando o acesso a informação.

O acesso à internet nessa região tem alcançando cerca de 80% das famílias em áreas rurais. O isolamento que antes podia causar prejuízos, tornou-se algo do passado, por conta da conexão virtual com o acesso a informação, vendas, compras, entretenimento, entre outros benefícios que trouxeram uma modificação a rotina doméstica. Poderíamos considerar que no futuro diminua a lentidão das transformações ocorridas no meio rural.

Por meio do acesso à internet, criamos um grupo do *whatsapp* com as mulheres foco da pesquisa, que contribuiu de forma significativa no andamento da pesquisa.

Fantín (2017) descreve que na atualidade a terceira novidade associada ao estudo migratório rural está no envelhecimento e na masculinização da população que vive no campo.

e conta a história de três gerações de mulheres de uma mesma família. Ao retratar a vida feminina campestre no nordeste brasileiro, onde as mulheres no campo, por sua própria rusticidade de vida, com pouca ou nenhuma regalia mantiveram subordinadas ao patriarcado sob uma ótica de repetição de afazeres, sem expectativa de vida inovadora ou emancipatória.

Cada vez mais os jovens e, principalmente, as mulheres vêm deixando o meio rural por oportunidades na cidade.

Na análise dos questionários, concordamos com o autor ao percebermos que a população de Corumbajuba têm acompanhado essa descrição de uma população com mais aposentados e mulheres. As razões podem ser observadas nas dificuldades encontradas no desafio da produção agrícola, na falta de trabalho remunerado nas fazendas e na falta de incentivos governamentais que objetivam a permanência das famílias no campo. Para exemplificar, pontuaríamos o que identificamos na região, como a insuficiência de recursos na manutenção das escolas rurais com qualidade e a manutenção das estradas, que muitas vezes são um obstáculo para o desenvolvimento das atividades agrícolas, entre outros fatores econômicos.

Esclarece Tardim (2012) que a população rural contemporânea com percentuais menores do êxodo rural não anulam as implicações trazidas por dificuldades e privilégios de se estar em ambientes rurais, lugares em que as transformações podem levar um tempo maior para acontecerem. Os enfrentamentos em certas vezes se deparam com um olhar de desdenho e preconceito.

Se a população rural conserva por um tempo costumes e tradições, como a existência de permanências em maior intensidade, arraigadas em costumes nas práticas socialmente construídas, mesmo em tempos contemporâneos, como Tardin (2012) esclarece que estão direcionados a conceber essa cultura rural com forte predominância patriarcal.

Ao observar o trabalho rural desenvolvido pelas mulheres, aparece em seus depoimentos a existência de preconceito ainda marcante nas relações de trabalho, principalmente quando as mulheres se propõem a fazer trabalhos remunerados, geralmente em outras propriedades, que na maioria das vezes exercidos por homens.

Na agricultura familiar, o trabalho rural exercido por mulheres não causa tamanha estranheza, contudo o trabalho das mulheres é visto como uma ajuda, em que cabe aos homens a administração e representação nas instituições de interesse desses trabalhadores.

Novas práticas, novos valores e também novas propostas de políticas acontecem nos locais onde as mulheres se organizam de forma autônoma e participam das dinâmicas sociais, criando condições para sua participação ativa nas decisões sobre o planejamento agrícola. Vi projetos de implantação de sistemas agroflorestais, por exemplo, tornarem-se mais diversificados na medida em que as mulheres sugerem a inclusão de novos produtos, cuja importância é avaliada tanto do ponto de vista da segurança alimentar como das possibilidades de geração de renda. A participação das mulheres nesses projetos não está dada, é resultado de uma conquista, e está associada à sua capacidade organizativa (PACHECO, 1999, p. 2 *apud* BIASE, 2007, p. 07).

Nos relatos das entrevistadas, as mulheres que se propuseram a ocupar cargos de diretoria, como presidentes nas Cooperativas e Associações na região, não os conquistaram. Lembramos que essas instituições na região têm um número de membros masculinos bem maior do que os femininos. Nessa perspectiva, as transformações e permanências históricas com bases assentadas na subordinação institucionalizada e na exploração das mulheres pelos homens que é o cerne do patriarcado podem assumir muitas formas e manifestações.

De acordo com Pacheco (1999 apud BIASE, 2007), a participação de mulheres requer uma condição de conquista, ao passo que a participação ativa nas decisões sobre o planejamento agrícola pelas mulheres pode resultar em novas práticas e saberes. O estudo dirigido às mulheres rurais, para fazê-las existir, no cerne a uma resposta na qual se assenta muita opressão histórica, a existência e a força do patriarcado na vida das mulheres, que de acordo com Biase (2007), “A classificação do espaço natural é também uma classificação de espaços sociais e de domínios pertinentes a cada gênero”.

Metodologicamente na observação da ocupação dos espaços sociais, sejam os espaços sociais como a casa, o trabalho, a comunidade, a igreja ou qualquer outro espaço, pela mulher frequentado no âmbito de sua vivência são estabelecidos por meio das ações, nas relações de poder nesses espaços, e, assim, identificar a existência do patriarcado no cotidiano rural contemporâneo das mulheres rurais de Corumbajuba.

3.2 Políticas de intervenção que refletem no trabalho rural feminino

Para captar a condição histórica da organização familiar rural, assim como uma lógica nas transformações da produção a partir da modernização da agricultura, que possa explicar as transformações ocorridas no ambiente rural, o advento denominado de Revolução Verde²¹ vem destacando um marco na produção rural, que após a Segunda Guerra Mundial, a partir da década de 50, se estendendo até a década de 70.

Nesse longo período sob o notável crescimento econômico que materializou uma padronização civilizatória dominante, com rupturas no modo de vida e comportamentos sociais

²¹ A Revolução Verde foi o termo utilizado para se referir as inovações tecnológicas na agricultura para a obtenção de maior produtividade através do desenvolvimento de pesquisas em sementes, fertilização do solo, utilização de agrotóxicos e mecanização no campo que aumentassem a produtividade no Brasil. A revolução verde surgiu com o propósito de aumentar a produção agrícola através de desenvolvimento de pesquisas em sementes, fertilização e utilização de maquinário. ... Porém, o processo de modernização agrícola que desencadeou tal revolução, ocorreu no final da década de 1940. Embora as pesquisas tenham sido iniciadas na década de 1940, foi somente a partir de 1960 que os países pioneiros nessa revolução obtiveram significativos ganhos no aumento da produção agrícola.

que alimentou as possibilidades diversas, destacamos analisar os acontecimentos que a cada momento histórico, cada elemento muda seu papel e sua posição no sistema temporal e no sistema espacial. Cada momento, o valor de cada qual deve ser tomado de sua relação com os demais elementos e com o todo (SANTOS, 1997).

Com os debates políticos iniciados na década de 1950, sobre a modernização da agricultura brasileira, a forte influência norte americana e europeia resultou num movimento intitulado de Segunda Revolução Agrícola, também conhecido como Revolução Verde, o qual instituiu o modelo tecnológico que aperfeiçoou os sistemas de monoculturas.

A partir da mecanização em larga escala e introdução de técnicas modernas de irrigação e emprego intensivo de fertilizantes químicos e agrotóxicos, motivados por parte de governantes, ressurgem os debates teóricos sobre o desenvolvimento rural. Na época, muitas sociedades ainda mantinham parte de sua população envolvida na atividade agrícola e habitando o meio rural, embora gradativamente menor.

Com a proposta de inovações tecnológicas para o campo, gradualmente se tornou hegemônica em todo o mundo, rompendo o antigo mundo rural com uma nova configuração para as famílias rurais em direção à produtividade. Mercantilizando a vida social, num lento e diversificado processo, quebrando a relativa autonomia setorial vivida em outros tempos na agricultura (NAVARRO, 2001).

O novo padrão de produção para o campo agora chamado de “moderno”²² passa cada vez mais a subordinação dos novos interesses, as novas classes e formas de vida, majoritariamente urbanas, passam a ser ensejadas em graus variados nos diferentes países. Essas transformações a partir da expansão capitalista aconteceram no período dos “anos dourados” (1950-1975), sendo um marco para as atividades agrícolas, que supostamente o mundo rural renasceria fortemente transformado e tecnologicamente abrangendo mudanças para população rural, dependente do trabalho agrícola.

Navarro (2001) ainda descreve que no período do regime militar no Brasil, durante a década de 70, um conjunto de programas foi efetuado nas regiões mais pobres do país, a égide do desenvolvimento rural, na região do nordeste e nas demais regiões o tema apareceria como a “modernização agrícola” e, em tal contexto a vida no campo se tornaria melhor proporcionando um bem-estar como um processo natural das mudanças na agricultura difundido nos novos padrões tecnológicos, que supostamente traria aumento na produtividade e na renda das famílias rurais, acarretando o “desenvolvimento rural”.

²² Com a Revolução Verde no mundo rural, o Brasil se tornou por muito tempo o maior produtor de soja e milho, somente na atualidade os Estados Unidos tem passado a frente como maior exportador de soja no mundo.

Nessa mesma época surge também a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), em 1973. O americano, Norman Borlaug, foi considerado o pai da Revolução Verde, sendo condecorado pelo prêmio Nobel da Paz, por matar a fome de milhares de pessoas no mundo em razão da maior produtividade.

Mediante a esses acontecimentos, buscamos apresentar os pontos positivos e negativos, considerando que com a maior produtividade, os usos de agrotóxicos aumentaram e conseqüentemente prejudica a saúde humana. O desmatamento para formação das grandes lavouras fez com que a introdução do maquinário transformasse a organização do trabalho rural, com maior produtividade, menor mão de obra, benefícios para muitos e perdas para outros. (ABRANTES, 2018, p. 14).

Com o processo da Revolução Verde, uma das preocupações e críticas dos pesquisadores se baseava na integração dos pequenos produtores ao desenvolvimento rural. É neste ponto que salientamos o que nos interessa. Associado às ações do Estado com intervenções de um conjunto de políticas destinadas às regiões mais pobres do Brasil, consideradas atrasadas, vista como solução ao integrar agricultores na economia através da indústria. Conforme revela Navarro (2001), todos esses debates tomam lugar a uma excessiva política para muitos estudiosos, o que acarretou desprezo e uma nova abordagem.

Revitalizando o tema, deixando de lado o que chamavam de desenvolvimento rural, surge em 1990, por meio de políticas públicas fortemente influenciadas pelas transformações sociais, desdobramentos em rumo as reformas agrárias, crédito rural para agricultura familiar, o apoio aos territórios rurais, o estímulo a ações afirmativas para as mulheres, jovens, aposentados e negros. Essas novas concepções surgem nesse cenário, que segundo Navarro (2001), novos estudos irão retratar a agricultura familiar como uma categoria política, fortemente ligada à recomposição do movimento sindical dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Schneider (2010) complementa dizendo que

Estes trabalhos desembocaram na apresentação de uma nova tipologia dos estabelecimentos rurais brasileiros que, embora não fosse inédita, ganhou enorme projeção devido à sua vinculação ao projeto FAO/INCRA (1994). Este estudo foi fundamental por ter classificado os estabelecimentos rurais brasileiros segundo a forma de uso do trabalho (familiar versus contratado ou assalariado), ter sugerindo uma tipologia que separava a agricultura familiar (consolidados, em transição e periféricos) da patronal e por ter apresentado um conjunto de sugestões de políticas agrícolas e fundiárias específicas destinadas a esta categoria social (SCHNEIDER, 2010, p. 515-516).

Com esse cenário de acontecimentos, a ação do Estado traz formulações de benefícios por meio de políticas públicas, para agricultura familiar no desenvolvimento rural, a ressaltar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF²³.

As críticas a “Revolução Verde”, segundo Schneider (2010), cada vez mais severas, que paralelas a isso, cresce um ativismo entre os estudiosos em converter noções de sustentabilidade ao modelo de desenvolvimento, em uma agricultura que preconize a “agricultura alternativa”, pautada na política dos ecologistas no desenvolvimento sustentável, que passa a ter força nos movimentos sociais.

Todos esses fatos podem nos subsidiar na compreensão do mundo rural contemporâneo como herdeiros desses acontecimentos, que impactaram na organização das famílias rurais e, conseqüentemente, na vida das mulheres rurais.

Partindo brevemente do contexto da Revolução Verde, as discussões impactaram nos movimentos sociais, na representação da agricultura familiar em que as mulheres pesquisadas estão inseridas, auxiliando na leitura do mundo em que elas atuam. Na atividade agrícola por elas desenvolvida, que possa pela a argumentação exposta, compreender a busca por afirmação enquanto trabalhadoras rurais.

Todo o escopo dessas ações permeiam as mulheres rurais de Corumbajuba, visto que ações do passado se manifestam no presente, como a conquista dessas mulheres na ocupação de cargos diretivos nas cooperativas, sindicatos e associações, passando a ser proativas e propositivas na excelência de suas atividades desenvolvidas no campo.

Segundo Faleiro (2017), a mulher camponesa já retratada dentro de uma cultura rural, entendendo “cultura a toda criação humana entre os seres humanos e deles com a natureza, que leva ao estabelecimento de modos de vida”, como complementa Tardim (2012, p. 180). A vida no ambiente rural constitui um conjunto de representações pela coletividade em práticas e saberes. Uma cultura que se expressa a uma maneira de serem com hábitos de linguagem, expressões populares, práticas, espiritualidades, gastronomia, uso de recursos terapêuticos, conhecimento empírico, exploração da terra, relação com movimentos sociais e resistências, marcada por modos de relação com a natureza e com base na inter-relação comunidade e família. “Verificando a subjetividade dos sujeitos, no sentido de tudo que é próprio do sujeito

²³ Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar/Pronaf, consiste num financiamento para custeio e investimento em implementação, ampliação ou modernização da estrutura de produção, beneficiamento, industrialização e de serviços no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, visando à geração de renda e à melhora do uso da mão de obra familiar. O **Pronaf Mulher**: financiamento à mulher agricultora integrante de unidade familiar de produção enquadrada no Pronaf, independentemente do estado civil.

ou a ele relativo, na base de sua interpretação individual, que pode ou não ser validada para todos” (TARDIN, 2012 apud FALEIRO; FARIAS, 2017, p. 837).

Nessa descrição da relação cultura e mulher do campo, deparamos com a constituição de um perfil de mulher camponesa, caracterizada por um modo de viver e ser, num estreito relacionamento com a terra, num lugar marcado pelos fenômenos naturais. Um condicionamento causado pelo distanciamento dos centros urbanos, que às vezes as colocam em campos de inferioridade pela própria maneira de viver que irá assinalar o seu ser. Na roça, “o educar não está separado, nem pode estar do viver”, do trabalho que reúne o grupo familiar (MARTINS, 2004-2005, p. 34).

As mulheres de Corumbajuba ao assumirem atividades rurais, contando com aquelas realizadas dentro de casa, como cozinhar para a família, cultivar suas hortaliças entre outras atividades exercidas na agricultura familiar, evidencia a dificuldade de imaginar um grupo social que não houvesse na formação dos sujeitos, características culturais que não apontassem suas práticas, suas crenças e, de forma geral, uma herança de saberes, enquanto parte de uma mesma coletividade.

A incompreensão se estenderia a manifestação de críticas à população rural, a dita cultura caipira, como algo inferior ou inadequado. A pesquisa revelou que nas fazendas muitas mulheres encontram seu porto seguro, sua paz, o sentido para viver, na magnitude de um trabalho que alimenta o mundo. Mulheres que afirmam realizadas enquanto moradoras rurais e que buscam maior autoafirmação, autonomia e valorização do seu trabalho.

Ao buscarmos autonomia²⁴, como agentes na formação da história, observamos que a população rural, no seu estreitamento com a natureza, constitui uma educação com características comuns em determinadas regiões, contudo com tantas transformações num mundo rural remanescente, onde partiríamos para o questionamento de como as meninas do meio rural representaria essa cultura num mundo em constante transformação.

Para Cinelli (2011, p. 88), “As camponesas vivem em uma sociedade que é formadora de seres sociais e está marcada pelas relações de poder, desiguais e patriarcais”. A garantia da subsistência das famílias dos pequenos produtores rurais, aqui analisados, é alcançada pelo trabalho permanente na produção leiteira ou temporário na época de colheitas e em outras atividades relacionados a natureza, como a apicultura, a criação de galinhas e porcos, a produção de polvilho, farinha, cachaça, rapaduras, entre outras.

²⁴ Segundo Kant 1724-1804, capacidade da vontade humana de se autodeterminar segundo uma legislação moral por ela mesma estabelecida, livre de qualquer fator estranho ou exógeno com uma influência subjugante, tal como uma paixão ou uma inclinação afetiva incoercível.

O indivíduo do campo, enquanto pequeno produtor, mesmo que tenha posse de um pedaço de terra e alguns animais, sua renda não é estável e nem garantida pelas oscilações do mercado e condições imprevistas da própria natureza. Nessas condições, as mulheres buscam maneiras de construir renda familiar, sendo na produção de alimentos e na fabricação de produtos artesanais ou em casos raros assalariadas, na maioria das vezes no trabalho doméstico em outras casas.

Notamos que o trabalho exercido pelas mulheres no campo na divisão entre os gêneros, que segundo Oliveira et al. (2007, p. 40) “são as responsáveis pela reprodução social do grupo, como: cuidar da casa, dos filhos, do marido... Fora da unidade doméstica, as mesmas são vistas desempenhando apenas atividades consideradas como “ajuda””. Nos depoimentos, pôde-se examinar como essas relações de trabalho e família acontecem, as mulheres podem e desempenham as mesmas atividades rurais com os homens sem distinção de sexo, principalmente na agricultura familiar, no entanto nas atividades domésticas o mesmo não acontece.

Para Barcella e Lopes (2018), que faz uso desta frase no título do seu livro *Lute como uma garota*, onde descreve a biografia de sessenta mulheres feministas, para narrar seus feitos na luta emancipatória, com mulheres de diversos períodos e classes da militância feminista, abrindo um leque de pensamentos para outras mulheres e homens que desejam um mundo com efetivação de igualdade. Destaca que não se concentra mais em um grupo específico a luta feminista, mas que o debate se ampliou em toda a sociedade e requer a participação de todas na compreensão e conquista de seus espaços.

Para Garcia (2015), os movimentos feministas têm como propósito principal desmontar o preconceito de que a biologia, sexo feminino ou masculino, determine normas e condutas para os homens e mulheres em função do sexo. Acrescenta a essa descrição biológicas, como fatores determinantes, iniciados a partir dos estudos de gênero, que segundo a autora foi principiado em 1968, por Robert J. Stoller, que a utilizou pela primeira vez nas universidades norte-americanas, espalhando para as demais universidades em todo o mundo, e mais à frente o congregando aos estudos das ciências humanas.

Os estudiosos que se dedicaram a esse estudo constataram que nenhuma corrente teórica (marxismo, funcionalismo e estruturalismo) havia explicado a opressão das mulheres. Afirmaram ainda que esses estudos provocaram consequências significativas conduzindo a uma crise de paradigmas. “Quando as mulheres aparecem nas ciências sociais, sejam como objeto de investigação ou como pesquisadoras, colocaram em xeque todas as teorias estabelecidas.

Questionaram a validade das pesquisas, a suposta neutralidade dos termos, das teorias e as pretensões de universidades e seus modelos” (GARCIA, 2015, p. 21).

Os estudos de gênero nas universidades supôs uma redefinição aos grandes temas das ciências sociais, uma via de acesso dos estudos sobre as mulheres na universidade. Gerando também conflitos e discussões, como acrescenta Garcia (2015), “como uma espécie de folha de parreira, que oculta muito mais do que mostra”.

Por uma analogia, poderíamos identificar as trabalhadoras rurais de Corumbajuba, executando os mesmo trabalhos que os homens, além das atividades domésticas. Entretanto, mesmo assim, seu labor é considerado como ajuda ao homem, chegando às vezes a ser insignificante, o que supostamente pode explicar o dizer popular “ela não trabalha, só cuida da casa”.

A razão de muitos autores afirmarem que no ambiente rural a manifestação do patriarcado seja mais presente, pode estar associada ao isolamento das propriedades rurais e povoados, que durante muito tempo deixaram às mulheres à mercê das práticas que estruturam o patriarcado.

No rastro do processo histórico, ao direcionar as questões relacionadas à participação das mulheres na política governamental, procuramos de forma sucinta descrever a história do movimento feminista no mundo ocidental no século XVIII em busca do voto.

Em diálogo com a escritora Teresa Cristina de Novaes Marques, em sua obra *O voto feminino no Brasil*, a começar pelo discurso que surge desde então como ponto de partida para acentuar o movimento feminista, em que nos afirma: “Igualdade é uma palavra incorporada ao vocabulário político do ocidente no século XVIII. Desde então é parte do fundamento das democracias” (MARQUES, 2018, p. 64). Explica que quando a palavra igualdade chega às ruas, durante o século XVIII, nem todos enxergavam igualdade como direito, principalmente no ato de votar. As mulheres, por sua vez, consideradas incapazes de participar das decisões políticas, receberam tratamento jurídico desigual.

A aceitação das mulheres no conceito difundido do exercício da cidadania variou bastante de país para país, em alguns lugares as mulheres puderam votar ao final do século XIX. Já no Brasil, por exemplo, o voto feminino só aconteceu a partir de 1932, no governo de Getúlio Vargas (MARQUES, 2018, p. 69).

Birole (2018) nos esclarece que “A política é atualizada como espaço masculino. A história do espaço público e das instituições políticas modernas é a história da acomodação do ideal de universalidade à exclusão e a marginalização das mulheres” (BIROLE, 2018, p. 172).

Aponta as conexões e as tensões entre patriarcado e capitalismo, destacando o papel patriarcal das instituições políticas, principalmente quando analisadas ao que constituiu as regras eleitorais em relação às mulheres. Dar-se na exploração do trabalho com diferentes salários entre os gêneros e a legislação de direitos relativos ao trabalho doméstico no Brasil, que só equalizou em 2015, quando somada a luta previdenciária das camponesas, em que a recusa é notável por parte dos legisladores a determinados temas voltados às mulheres.

Os direitos políticos as mulheres foram discutidos pela primeira vez durante a Revolução Francesa. Marques (2018) ressalva que anteriormente quando as mulheres ocuparam cargos políticos no sistema monárquico, a titulação estava atribuído pelo fato de hierarquia, isto é, por pertencerem a famílias nobres e com poder, não por direitos políticos.

O que aparece como inédito na França de 1790 foi o fato dos governantes respeitarem a vontade do povo e não do monarca, que diante desses acontecimentos, evidenciados na declaração dos direitos do homem e do cidadão de 1789, definiu que todos os homens nasciam livres e tinham direitos iguais, por isso deveriam ser livres, terem propriedades, seguranças e resistirem à opressão. Estes lemas despertavam nas mulheres a sua efetivação de direitos, que começaram a questionar como um direito a ser alcançados por todos, homens e mulheres, sem distinção de sexos, contudo não foi tão facilmente concretizado, e desafiavam as mulheres.

No entanto, seguramente, um dos momentos mais lúcidos na tomada de consciência feminista do século XVIII está na Declaração dos Direitos das mulheres e das Cidadãs escrito em 1791 por Olympe de Gouges e em Reivindicação dos Direitos das mulheres, de Mary Wollstonecraft, de 1793 (GARCIA, 2015, p. 14).

Olympe de Gouges²⁵, no século XVIII, defendia o que achava justo, mas na época causava estranheza. Trazia ideias como homens e mulheres desfrutarem das mesmas oportunidades de trabalho, pois ambos pagavam os mesmos impostos. Dizia também que as mulheres não tinham sido ouvidas na hora da elaboração das leis e, por isso, tais leis não deveriam ser validadas. Sustentava ainda a concepção de que todas as mulheres deveriam receber educação de qualidade. Contudo Gouges não foi ouvida, e ao enviar a declaração dos direitos das mulheres, regida em um livro a rainha Maria Antonieta, foi o bastante para ser sentenciada à morte por trair os ideais revolucionários.

Na mesma época, no século XVIII, a inglesa Mary Wollstonecraft publicou o livro que respondia as críticas que o filósofo Jean Jacques Rousseau fizera às mulheres na obra *Émile*, a

²⁵ Olympe de Gouges, no século XVIII, surgiu como ativista revolucionária, por sua luta no movimento sufragista, por ser uma mulher instruída e leitora de filosofia, acompanhava a política e atuava em ações como na elaboração do livro que publicou os direitos da mulher e do cidadão, e criticava a declaração anterior.

qual desenvolve ideias sobre a educação das mulheres, afirmando que elas teriam capacidades intelectuais inferiores aos dos homens e, por isso, deveriam receber instrução na educação moral, e não para pensar. Tal obra tornou popular entre os homens em toda a Europa e foram lidas nas Américas.

As ideias de Wollstonecraft foram impactantes e se difundiram até o Brasil, quando Nísia Floresta²⁶ fez uma tradução livre, não muito fiel ao texto, devido à demora da tradução para o francês. De acordo com Marques (2018, p. 142), era a língua estrangeira mais lida pelos brasileiros ilustres no século XIX. Barcella e Lopes (2018, p. 22, destaque do próprio autor) acrescentam que “Mary Wollstonecraft foi uma filósofa, teórica e escritora feminista liberal (até já foi chamada de “a primeira feminista”), cujos textos revolucionários causaram grande comoção no século XVIII”.

Nísia também acreditava que a educação poderia transformar a vida das mulheres e prepará-las para a emancipação. “Nísia escreveu livros sobre a emancipação feminina, artigos sobre as condições das mulheres no Brasil e chegou a fundar um colégio para ensinar às moças” (BARCELLA; LOPES, 2018, p. 243).

Com o pseudônimo Nísia Floresta Brasileira Augusta, justificava fazer aquilo que acreditava. Foi considerada a primeira feminista brasileira e seus pensamentos fizeram história, escrevendo livros sobre a emancipação feminina e artigos sobre a condição das mulheres no Brasil. “A vida urbana no início do século XIX praticamente inexistia no Brasil, então um enorme país rural [...]. A chamada família patriarcal brasileira, comandada pelo pai detentor de enorme poder sobre seus dependentes” (D’INCAO, 1975, p. 223).

Enquanto o movimento feminista se difundia pela Europa e atingia patamares elevados de organização, no Brasil agrário, o patriarcado, segundo a autora, se afirmava. Imaginamos um país que na época a supremacia masculina reinava a sombra de um atraso vivido em relação aos outros países, os quais as conquistas se iniciavam para as mulheres. Um mundo escravista e de repressão a liberdade, edificava-se a uma maneira desorganizada e não se distinguia pobres e ricos pela maneira de viver no Brasil daquela época.

D’Incao (1975, p. 226) descreve “Um Rio de Janeiro do século XVIII totalmente desorganizado, sem muitas regras sobre a ocupação dos espaços: ruas sem planejamento usadas

²⁶ Nísia Floresta Brasileira Augusta, pseudônimo de Dionísia Gonçalves Pinto, nasceu em Natal/RN e lutou pela alfabetização de mulheres e jovens, além de envolver-se nas discussões sobre escravidão, apoiando o movimento abolicionista. Educadora, escritora e poeta, ela defendia uma educação de qualidade e igualitária, que possibilitasse o amplo acesso das mulheres ao ensino. Aos 22 anos, no primeiro livro *Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens*, questionava: “Por que os homens se interessam em nos separar das ciências a que temos tanto direito como eles, senão pelo temor de que partilhemos com eles, ou mesmo os excedamos na administração dos cargos públicos, que quase sempre tão vergonhosamente desempenham”.

pela população e moradores das casas sem limites definidos”, que mais tarde com a modernização trazida pela emergência da República, século XIX e começo do século XX, teriam as cidades burguesas sistematicamente de contrapor a comportamentos inadequados com a aquisição de seus novos *status* de lugar público. A rua passa a ser vista em oposição ao espaço privado, a casa. E nessa nova organização seriam banidas as antigas formas e ajustadas a nova ordem.

O novo molde de vida iniciado com a propagação dos costumes europeus no Brasil nos interessa por serem analisados tendo em vista as distinções de espaços que colocavam as cidades como espaço “civilizado”, com práticas centradas nos bons princípios e mascaradas às a suposta felicidade da supremacia masculina, as quais poderiam até conduzir a um pensamento onde houvesse felicidade feminina, uma vez que não questionassem a posição patriarcal da sociedade vigente.

3.3 A educação como potencialidade na emancipação das mulheres

Em um mundo em constantes transformações e rupturas sociais, engajados nas atividades da vida, não notaríamos pela velocidade do tempo, mesmo que os olhares estivessem bem atentos às mudanças na vida social rural. As palavras Telles (apud PRIORE; PINSKY, 2012, p. 406) afirmam que “a situação de ignorância em que se pretende manter a mulher é responsável pelas dificuldades que encontra na vida e cria um círculo vicioso: como não tem instrução, não está apta a participar da vida pública, e não recebe instrução porque não participa dela”.

Ao abrir esse parêntese, pretendemos analisar os dados referentes às famílias da comunidade de Corumbajuba, que apontam que muitas garotas ao terminarem os estudos no meio rural optam a dar prosseguimento aos estudos e, em alguns casos, casam-se e continuam na região. Dificilmente continuam com os pais nas fazendas quando concluem o Ensino Médio, alguns rapazes ainda ficam, mas são poucos.

Tempos presentes que modificam a história das mulheres rurais desta comunidade, ocasionando um envelhecimento da população rural que permanecem. As jovens conseguem se organizar para morarem com outras nas cidades, diminuindo os gastos, saem ora para estudar ou trabalhar. Sendo um dos fatos que pode explicar a diminuição da população rural desta comunidade.

O número de alunos matriculados na escola da comunidade vem diminuindo ano após ano, ao ponto da rede de ensino encontrar dificuldades para manter essas escolas rurais abertas,

fato que tem ocorrido nas demais escolas rurais do município. Na comunidade de Corumbajuba, o número de meninos matriculados no nível médio é bem maior do o número de meninas.

A senhora M.I.C.S. 77anos, que quando jovem era moradora em uma fazenda na região de Corumbajuba, hoje residente no povoado, conta-nos que diferente do que acontece nos dias atuais nesta região, era bastante povoada com um número bem maior de famílias. Em seus relatos, certamente no final dos anos cinquenta e início da década de sessenta, diz que seu pai teve o desejo que fosse alfabetizada para que pudesse dar aulas as crianças da região. Ela foi alfabetizada por sua tia, muito insegura, dizia ao seu pai que não daria conta de ministrar aulas para as crianças da vizinhança.

Meu pai quis que eu mais dois irmãos aprendesse, veio minha tia Luzia e me alfabetizou. Falei pra ele que achava que não ia dar conta de dar aulas para os meninos, então ele disse vai, e comecei com duas turmas, uma de manhã e outra à tarde. Eram uns quarenta alunos nessa época (M.I.C.S. 77 anos).

Outras senhoras do grupo pesquisado afirmaram que seus filhos estudaram com a entrevistada até em dias recentes, pois esta senhora ao iniciar sua seu trabalho na docência continuou seus estudos depois dos filhos adultos, sendo professora da rede municipal de Orizona, na escola de Corumbajuba, até se aposentar.

No seu depoimento conta que seu pai não teve interesse quando ainda solteira de permitir que continuasse a estudar, mas os seus dois irmãos foram incentivados por ele para estudar fora. Ela explica que insistiu com o seu pai para que permitisse que ela estudasse, mas ele irredutível não deixou.

Outra senhora do grupo, de mais idade, I. N. R, 89 anos, traz um depoimento semelhante da outra senhora. Sendo mais velha, relata-nos que seu pai tinha mais resistência para que suas filhas pudessem ser alfabetizadas do que os filhos. Permitiu que os seus irmãos saísse para estudar, mas as filhas não. Ela nos relatou que ele não conseguia ver nessa época importância nesse fato. “Pedia junto com as irmãs para que fossem estudar na Beira, mas ele não deixava” (I. N. R, 89 anos).

Nos depoimentos dessas senhoras, percebemos que nessa região, assim como em demais regiões do Brasil, a educação destinada às mulheres não era priorizada, principalmente com a finalidade de terem uma profissão ou uma realização pessoal por meio dos estudos.

Como mencionava Louro (apud PRIORE, 2017, p. 444), “Os anos passavam, o Brasil caminhava para o século XX e, nas cidades e povoados, sem falar na imensidão rural, grande parte da população continuava analfabeta”.

As autoras nos auxiliam a analisar esse momento da história do Brasil, predominantemente rural, quando latifundiários e coronéis teciam as tramas políticas e silenciavam os agregados, mulheres e crianças. Os acordos se davam pela palavra empenhada, as escolas, diz as autoras “aqui e ali, certamente em maior número para os meninos” (PRIORE; PINSKY; 2017, p. 445).

A partir do surgimento de várias escolas no Brasil, ainda em transição política para República, militantes pioneiras em movimentos feministas iniciavam ações que despertavam tantos os homens quanto às mulheres para uma nova postura, de acordo com Louro (2017). Desde o Brasil Império, discursos reivindicatórios como o de Nísia Floresta, em 1853, diziam que enquanto pelo velho e novo mundo vai ressoando o “brado-emancipação da mulher, nossa débil voz se levanta na capital do império de Santa Cruz, clamando: educai as mulheres!” (FLORESTA apud PRIORE; PINSKY, 2017, p. 445).

Esse trecho assinala a luta antiga das mulheres no Brasil que despertava a conquista a uma escolaridade. Apelava nesse momento histórico a onda do liberalismo, que era questionado por não garantir o direito a educação para as mulheres no Brasil.

Campanhas de lutas em movimentos reivindicatórios começam a tomar espaço no país, porém as transformações seguem ritmos diferentes em todas as partes do mundo. Historicamente as rupturas e as informações acontecem de forma mais lentas em determinadas regiões do que outras, o campo pode ser um desses exemplos de atraso a esse progresso.

Houve a defesa de uma sociedade no Brasil, que acredita não ser necessário instruir as mulheres com o conhecimento e informações, já que o destino primordial delas eram ser mães e esposas. Isso exigiria acima de tudo uma moral sólida de bons princípios, o pilar da sustentação do lar e da educação das gerações futuras.

O depoimento contemporâneo das mulheres em Corumbajuba evidenciam os passos lentos da valorização do conhecimento ofertado as mulheres no meio rural. Por serem as entrevistadas idosas, ambas já ocupando a categoria de avós, uma ruptura já pode ser observada, relacionada ao fato das meninas em idade escolar estarem matriculadas na escola, diferentemente delas, o que nos mostra que seus direitos a educação para essa geração é garantido. Contudo e infelizmente, nem todas chegam às universidades.

As histórias e experiências podem ser diferentes para algumas, como a história de outra entrevistada de 34 anos, que só conseguiu chegar à universidade depois de casada, já com dois filhos. Nós conta que a causa do rompimento dos estudos foi que seu pai não deixou que se desse para cidade, pois somente depois de casada, ainda residindo na fazenda, pôde continuar.

Nas últimas décadas do século XIX, apareceu nas leis do Brasil a necessidade da educação para as mulheres, que foi exposta na primeira lei de instrução pública do Brasil em 1827, onde justificava que,

As mulheres carecem tanto mais de instrução, porquanto são elas que dão a primeira educação aos filhos. São elas que fazem os homens bons e maus; são as origens das grandes desordens, como dos grandes bens; os homens moldam a sua conduta aos sentimentos delas (PRIORE; PINSKY, 2017, p. 447).

Prevalecia-se uma razão na sociedade da época em acreditar que a educação feminina não poderia ser concebida sem uma sólida formação cristã, sendo um ponto chave para qualquer projeto educacional destinado as meninas. Cabe lembrarmos que essa educação cristã faz referência ao catolicismo. Mesmo que a República no Brasil tenha formalizado a separação entre a igreja e o Estado, era bastante notória a dicotomia dos moldes de vida para as mulheres entre a escolha de serem “Evas ou Marias”, como nos acrescenta Priore e Pinsky (2017).

Segundo as autoras, o modelo ideal apontava as meninas para uma pureza ligada ao ofício de serem mães, para sagrada missão sem desvios, num recato e pudor, na busca constante de uma perfeição moral para as mulheres.

Na observação a história das mulheres, a força das heranças que são manifestadas na vida presente de muitas mulheres rurais, permanências que assumem outra roupagem, mas de essências comuns, sem desconstruir uma suposta ideia no cerne da opressão causada pelo patriarcado, mas em destacar a construção de uma ideia que reporta a uma moral feminina que norteia ações do presente, aceita por mulheres e homens na reprodução de práticas que possam reforçar a definição dos papéis. No campo tem assumido empecilhos ao encoraja-las a trabalhar em tratores, nas ordenhas, na gerência de propriedades ou instituições rurais não governamentais, sem se preocuparem com os olhares preconceituosos.

As mulheres privilegiadas economicamente na história tiveram acesso à educação formal conquistada primeiramente, por outro lado excluía-se aquelas de classes sociais menos favorecidas. O ensino e a leitura, a escrita e as noções básicas de matemática, complementadas algumas vezes pelo ensino a instrumentos musicais e cursos de francês, geralmente eram ministrados por professoras particulares nas suas casas.

Cabia às mulheres bem dotadas desenvolver habilidades culinárias, artesanais, costurar, bordados e rendas, o cuidar da casa, o lavar e passar e demais atividades restritas aos trabalhos domésticos.

Na repetição dessas práticas, a senhora entrevistada que foi alfabetizada por uma professora particular, sua tia, em sua propriedade, repassava seus ensinamentos aos demais, ministrando suas aulas na fazenda de seus pais, num período cronologicamente mais avançado, mas com resquícios dessas heranças históricas que irão reservar as mulheres o magistério como uma extensão da maternidade, onde cada aluno e aluna eram representados como um filho ou filha.

A docência vista como uma atividade de amor e doação, a qual ocorria àquelas jovens que tivesse vocação e oportunidade. “Outras vozes surgiam para argumentar na direção oposta”. Afirmavam que as mulheres tinham, “por natureza”, uma inclinação para o trato com crianças, que elas eram as primeiras e “naturais educadoras” (LOURO *apud* PRIORE; PINSKY, 2017, p. 450).

Argumentações como essas foram ganhando espaço, como esclarece a autora ao dizer que o magistério era destinado preferencialmente as mulheres, por ser um trabalho de um só turno, que as permitia trabalharem em casa, atendendo as “obrigações domésticas”, além de tal fato constituir como um argumento para justificar o salário reduzido, entendido como “complemento”, nesse período supostamente não acreditavam ser para a manutenção das despesas da casa.

Pode-se perceber no decorrer do tempo que as mulheres têm a necessidade tanto no campo como na cidade de trabalharem por questões econômicas. Primordialmente a elas foram reservadas profissões que tomavam emprestadas características femininas do cuidado, da sensibilidade, amor e vigilância etc. De algum modo, os ofícios novos abertos as mulheres no fim do século XIX estavam voltados para o magistério e a enfermagem, por serem associados à metáfora religiosa e materna de dedicação, disponibilidade, humildade, submissão, abnegação e sacrifício.

A comunidade rural de Corumbajuba, já foi mencionada em um trabalho acadêmico, *Um olhar sobre a vida rural: Corumbajuba 1930-2006*, de autoria de Otoni (2007), que teve como objetivo pesquisar o surgimento do povoado a partir da memória dos moradores deste lugar e das atas do livro de tombo da Igreja Católica de Orizona e livros de escritores locais. A fundação do povoado, segundo as fontes e as narrativas de senhores que viveram nessas fazendas durante a década de 1930, sobretudo de Virgínio Vaz, o empreendedor na iniciativa, começou com a construção da capela que originou o povoado de Corumbajuba, que incitou a chegada dos primeiros ranchos e casas das famílias de trabalhadores rurais, a maioria prestadores de serviços a fazendas vizinhas, constituindo, assim, a comunidade.

O nome do povoado foi elaborado pela junção etimológica das palavras que nomeiam os rios que cercam esse lugar, o rio Corumbá e Piracanjuba. Nesta estudo sobre o surgimento do povoado, observa-se, principalmente nas entrevistas e demais documentos escritos, o destaque do senhor Virgínio na memória das pessoas da região e nos documentos escritos. “Chefiando os empreendedores da ideia, o Sr. Virgínio Vaz que imigrará de Ipameri para esta região. [...] a seguir reuniram os principais homens das redondezas, em torno da liderança do Sr. Virgínio, para construir a igreja” (PEREIRA NETO, 1970, p. 149).

Em uma ata do Livro de Tombo da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade de 1936, o primeiro nome que o povoado recebeu foi Virgínia, certamente em homenagem ao senhor Virgínio, pioneiro na fundação. Atualmente a única escola rural do povoado também foi homenageada com o nome do senhor Virgínio, como está registrados nos livros do memorialista Pereira Neto (1976), que liderou a construção da primeira capela de Corumbajuba. Diz que na época, casado com sua segunda esposa, a qual, o registro do seu nome, é identificado somente na pesquisa acadêmica, não sendo encontrado nos livros de tomo da igreja e nem nos livros dos escritores de Orizona, que relatam a história do surgimento deste povoado.

Embasados por esses registros, notamos a invisibilidade da mulher na história de Corumbajuba, o importante papel da esposa, Abadia Vaz, não é relatada. Na narrativa da história do senhor Virgínio, como pioneiro na edificação do povoado, dar-se início com as dificuldades financeiras enfrentadas por sua família, que consta a promessa por ele feita, a devota santa Nossa Senhora da Guia, na intenção de lhe construir uma capela, se fosse atendido em suas orações que pedia melhorias na sua condição de vida.

Com os seus pedidos atendidos, cumpriria sua promessa, então partiu a procura de doações de terra, por fazendeiros e fazendeiras da região, para a construção da igreja. Em que no primeiro dia de fevereiro de 1936, a demarcação do Cruzeiro da futura capela acontecia.

Foi assim, que num domingo de maio de 1940, rezaram um terço a Nossa Senhora da Guia e fincaram uma cruz de aroeira lavrada, numa baixada de chão vermelho, abaixo da ponta da serra do Lameirão... Chefiava os empreendedores da ideia, o Sr. Virgínio Vaz que imigrara de Ipameri para esta região (PEREIRA NETO, 1976, p. 149).

Com a construção da capela, passaram a reunir os moradores das fazendas vizinhas, geralmente aos domingos de missas ou nas rezas dos terços, sendo uma prática predominante no município que permanece aos dias atuais. As tradições religiosas que alicerçaram o povoado aparecem nas ações das mulheres rurais na contemporaneidade, a prática das rezadeiras, o voluntariado nos festejos religiosos, em que trazem nos depoimentos. A disponibilidade e

prontidão para realizar um trabalho na comunidade e significar para elas uma prática de caráter religioso, como também recreativo, as retirando um pouco do mundo doméstico e proporcionando interação com a comunidade.

Pereira Neto (1991) registou a influência da religiosidade católica na formação dos povoados que constituem o município de Orizona:

Veio o desenvolvimento sócio-religioso-político-econômico e o povo de Orizona sempre reservou um espaço para a presença de 20 Deus cada vez mais junto dele. Assim foram surgindo os povoados em torno das capelas ou igrejas como a de São Miguel Arcanjo, em Cachoeira, a de São Sebastião, em Montes Claros, a de Nossa Senhora da Guia, em Corumbaba, a de Santa Luzia, em Egerineu Teixeira, a de Nossa Senhora das Dores, em Orilúzia (Buritizinho), a do Sagrado Coração de Jesus em Taquaral e a de São Benedito, em Bananal (PEREIRA NETO, 1991, p. 43).

A religiosidade para as mulheres de Orizona, de forma geral, tem heranças desde a formação de seus povoados, como retratado pelo escritor.

A omissão do nome da esposa do senhor Virgínio Vaz na memória dos moradores da comunidade conduz ao entendimento que Garcia (2015, p.13) explica ao afirmar que a tomada de consciência pelo movimento emancipatório das mulheres se articula como uma filosofia política e, ao mesmo tempo, como um movimento social.

Um lugar distante das cidades maiores dos anos 30, carros motorizados eram privilégios para pouquíssimos, arraigados, como consta nos registros da história do povoado, a uma religiosidade que às vezes interpretada. A ressaltar a supremacia masculina, cabendo o conceito atual popularmente difundido do androcentrismo, em que Garcia (2015, p. 15) sinaliza um mundo definido pela representação masculina sobre a humanidade. Isto seria o androcentrismo, que considera o homem como medida de todas as coisas, distorcendo a realidade, o que deformou a ciência com graves consequências na vida cotidiana.

Hoje podemos constatar nos relatos da história da cidade de Orizona, como explica Pereira Neto (2010), que a antiga Capela dos Correias, em épocas passada Campo Formoso e atualmente Orizona, foi construída as margens direita do Ribeirão Santa Bárbara, afluente do Rio Corumbá, fundada por Joaquim Fernandes de Castro e José Pereira Cardoso, em 1830, iniciando, assim, os trabalhos na construção da Capela da Nossa Senhora da Piedade.

Mais uma vez, temos fontes que direcionam ao ocultamento da participação das mulheres na história da edificação do povoado e na cidade de Orizona.

Quando observamos em Corumbajuba os bares que frequentemente estão abertos com um público masculino desfrutando o lazer nas tardes, verificamos uma herança patriarcal, em que os homens encontram tempo para tais práticas e não lidam com preconceitos.

Diante o exposto, percebe-se que os espaços de participação social e políticas podem ser privilégio dos homens em ambiente rurais em dias atuais, não porque seja uma imposição, mas uma forte predominância social, originada pelos costumes que regem essa comunidade, como algo naturalizado e imperceptível para as mulheres em rupturas que possam alargar sua interação social e promover a emancipação feminina.

Em resposta a questão colocada nos questionários ao grupo focal, de como elas preenchem suas horas de lazer, algumas expuseram não ter esse tempo, enquanto que outras colocaram a igreja e as festividades religiosas, validando essa prática social edificada desde a fundação do povoado.

Elas se apresentam cooperativas e motivadas, como um dever da mulher em participar em trabalhos voluntários principalmente ligados a religiosidade. Para Panzutti (1996), pesquisadora das mulheres trabalhadoras na plantação de algodão no Leme, existe a seguinte semelhança,

O lazer não faz parte da vida dessas mulheres, com raras exceções. O mesmo não acontece na geração dos filhos, onde o lazer faz parte da sua vida na cidade. Os espaços de participação social e política são exclusivos dos homens. As mulheres não são admitidas como membros efetivos de organizações profissionais, tais como sindicatos, cooperativas, associações, mas reconhecidas apenas como dependentes do marido, isto é, com direitos emprestados. Outros autores constataram o mesmo fato em outras regiões do País. A falta de uma identidade profissional também a exclui de outros espaços de participação (PANZUTTI, 1996, p. 19).

Essa estrutura social que alicerça o cotidiano das mulheres rurais se passa nos espaços definidos como privado e público, significando a análise da democracia e o princípio de igualdade de gênero. Lusa (2010, p. 01) destaca que “dado às estruturas da vida camponesa provoca transformações mais lentas e graduais que aquelas do contexto urbano, o processo de reprodução sem contestação dos traços das mulheres e homens rurais ocorre com muito maior efetividade”.

A autora nos ajuda a verificar a postura da mulher do campo diante das modificações transcorridas pelo tempo e pelas manifestações da relação de poder entre os gêneros, partindo de um processo histórico que acarretaria as interpretações destoadas de valores igualitários.

Quando nos dirigimos a esses espaços e a observação das fronteiras, indicam-nos uma quebra dos direitos na formação constitutiva das regras informais que organizam as relações de poder. A mulher enquanto trabalhadora rural, mediante as reivindicações trabalhistas de igual direito, de seguridade social e suas lutas por meio dos movimentos das trabalhadoras rurais no Brasil, buscam historicamente sua emancipação. A questão seria essa consciência por parte

deste grupo de mulheres, na formação crítica da autonomia de suas vidas, no desprendimento de uma visão moralista determinando o lugar das mulheres na sociedade.

Em diálogo com Tardim (2012, p. 185) citado por Faleiro (2017, p. 837), para descrever a cultura camponesa e contextualizar com a comunidade rural aqui retratada, Corumbajuba tem seus pontos de encontros que puderam ser percebidos, pela descrição dos sujeitos componentes da cultura camponesa que se traduz sem equívoco numa estreita relação com a natureza e dela retira sua subsistência, assinalando os moldes de vida, sua relação com a comunidade e enfrentamentos, em que as mulheres estabelecem uma conexão de pertencimento no ato transformador e criador, desenvolvendo suas habilidades no desafio constante de se manter, num estreito contato com a terra e nas mais variadas formas de extração de seus recursos.

Em suas atividades diárias, na vida cotidiana camponesa, principalmente pelas semelhanças de produção na região, sendo a maioria dos seus moradores produtores de leite, renda principal dos moradores rurais de Orizona, os modos de vida se edificam com características comuns. A vida nas fazendas e nas comunidades rurais se fundam em cotidiano às vezes solitário e monótono, propiciado pela lida diária, atividades constantes sem feriados ou finais de semana.

Em resposta a uma questão colocada ao grupo focal de mulheres, sobre o tempo delas destinado ao lazer, M. F e A. M.C. dizem:

A gente que mora na fazenda, acho que não temos as regalias pra uma pessoa, por exemplo, que trabalha na cidade. A gente não tem férias remuneradas, a gente não tem férias pra começar, a gente não tem um final de semana, a gente não tem um feriado, entendeu (M. F. 46 anos).

Porque na cidade a pessoa tem, por exemplo, a pessoa tem as férias inteiras para descansar, a maioria ainda tá ganhando, pra nós não, é de domingo a domingo. Pra nós não, todo dia é segunda-feira (S.P.G 39 anos).

Para elas o trabalho rural é contínuo e aprisionado nas atividades desenvolvidas, principalmente na organização da agricultura familiar. Para uma pessoa que não conheça a atividade leiteira ou outras dessa natureza, a rotina de trabalho exige um empenho que dificulta o descanso regular semanal para os pequenos produtores a possibilidade de pagar ou terceirizar um funcionário, o que torna inviável pelos rendimentos financeiros.

Outro fato são os danos causados pela própria instabilidade da natureza, como chuvas prolongadas ou escassas, comprometendo a produção na agricultura e pecuária.

Desta forma, a conhecida lida das mulheres rurais é bastante típica, mesmo que elas não trabalhem diretamente com a terra, suas demais atividades estão intimamente entrelaçadas no

ritmo do cotidiano rural. Durante uma roda de conversa, elas têm um momento de descontração quando acrescentam:

Vocês estão reclamando atoa, final de semana e feriado vocês têm, vem um monte de gente pra casa de vocês (M.C.M.A. 57 anos).

Quem mora em fazenda, não tem o que fazer (M.R. 43 anos).

Engraçado assim, que o povo fala, na cidade tem as coisas, os lazeres, e nas fazendas não tem nada. No feriado o povo vem tudo para as fazendas, por que eles não ficam lá, né? (B. V. L. de 59 anos).

Em um tom descontraído, de brincadeiras, as verdades são ditas e até soam como certos desabafos, revelando uma vida de muito trabalho. As mulheres rurais muitas vezes são vistas com maior disponibilidade de tempo e sem compromissos com os horários, ao passo de acharem que a informalidade do campo não exige pontualidades, desconsiderado o tempo de plantar, de adubar, de alimentar os animais, entre outras atividades. No entanto, apesar de não terem a manifestação da formalidade, o trabalho rural exige horários determinados para serem realizados e ter produtividade.

As entrevistadas mostram que em alguns casos, mulheres têm uma jornada de trabalho superior à dos homens, pois poucos ajudam nas atividades domésticas. Relatam, ainda, que as oportunidades de trabalho remunerado para as mulheres são um desafio, sob a justificativa que é esse o fato de não continuarem a estudar.

Na síntese das respostas coletadas sobre a questão da formação formal, por meio dos estudos, elas registraram ter dificuldades de acesso às instituições de ensino, pela distância das cidades, somada à falta de oportunidades de trabalho remunerado nos ambientes rurais.

Houve um depoimento de uma senhora que diz ter concluído seus estudos com a chegada da internet em sua propriedade, nos cursos de graduação à distância. E a razão de não ter estudado anteriormente, foi porque seu pai, quando solteira, não a permitia, pois a motivava a casar e não estudar.

Esse depoimento incide sobre as colocações de Perrot (2007, p. 42), ao lembrar que historicamente, em épocas passadas e até mesmo em dias atuais, essa prática continua para algumas famílias, onde as mulheres ao se casarem adotava o sobrenome do esposo, uma prática que pode trazer uma interpretação de anular a sua linhagem, pois a partir de então seria denominada senhora de sobrenome do esposo, mas o marido, na maioria das vezes, não acolhia em sua assinatura o sobrenome das esposas.

Uma luta ainda travada por mulheres em meio rural, na conquista ao acesso às escolas e, posteriormente, as universidades, conhecido desde a época do Brasil colônia, ainda negado a muitas por estruturas culturais alicerçadas no patriarcado.

Para ressaltar esse acontecimento, Perrot (2007) aponta que:

O direito ao saber, não somente à educação, mas à instrução, é certamente a mais antiga, a mais constante, a mais largamente compartilhada das reivindicações. Porque ele comanda tudo: a emancipação, a promoção, o trabalho, a criação, o prazer. Essa reivindicação se acompanha de um imenso esforço de apropriação: leitura, acesso à instrução (PERROT, 2007, p. 159).

O desejo por parte das mulheres ao conhecimento, ao trabalho profissional como algo que dignifica o seu ser, não foi anulado mesmo num mundo onde um dia negou tudo isso a elas. Para somar na presente análise, direcionamos a Foucault (2005), que viu o século XX organizado em torno de sólidas instituições sociais, que serviam para garantir a ordem, mas afetavam também à constituição de quem somos e do que rege o nosso modo de viver.

A historiadora Magareth Rago (2018) avalia de forma esclarecedora que os pensamentos de Foucault contribuíram para o entendimento de muitas formas de opressão, as quais não poderiam deixar de nos perguntar quem somos e o que estamos fazendo com nós mesmos até aqui. Reafirmando ser inocente pensar que podemos nos encontrar intacta a relação de poder ou distante do que chamaram de tecnologia política ou técnica de poder que ronda nosso cotidiano.

Para o filósofo, o poder define quem somos nos nossos gostos e até a nossa relação com nós mesmos, chamando a atenção para os nossos paradoxos internos, alargando as discursões quando diz que se o poder fosse produtivo, ao invés de repressivo, no sentido de produzir comportamentos ideias e posturas.

Ao religar suas ideias a história, Foucault consegue sacudir as evidências na reflexão da formação dos sujeitos por meio de seu pensamento crítico, que nas décadas de 60, no auge de sua carreira na década de 70, abrindo caminhos para o pensamento ao dizer que o poder produz categorias para os indivíduos, colocando-os em uma zona de exclusão e omissão. É esta ideia que irá subsidiar os movimentos emancipatórios em contraposição às manifestações de poder. Foucault instaura a discussão sobre subjetividade, liberdade e subjetivação dos sujeitos. Todas as suas contribuições vem como um estalo no pensamento para a legitimação de tudo que é tomado como natural, principalmente na vida e história das mulheres.

Na continuidade das respostas a pesquisa, as mulheres contam sofrer discriminação quando se dispõem a trabalhar em tratores, na ordenha de leite, ao sentarem em bares, tomar

decisões frente a negócios em suas fazendas ou executar algumas atividades que popularmente devem ser realizadas por homens. Denotam diante das falas resquícios e influências de práticas socialmente construídas do patriarcado, revelando o peso do preconceito por outros grupos sociais à cultura rural, como algo marcante resultando muitas vezes um processo de inferiorização.

Nas abordagens históricas, as mulheres se sentem influenciadas pela política do patriarcado que as assolam, não somente em casos individuais, mas também em experiências vividas que venham alcançar a todas elas, que se resume em um fruto opressor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na presente pesquisa objetivou interpretar as mulheres rurais de Corumbajuba, na sua cotidianidade, no processo do dia a dia, em suas trajetórias aqui apresentadas e na leitura da história das mulheres no decorrer do tempo. Procurou-se observar como as práticas e os saberes constituídos cerceam as relações de poder entre os gêneros no trabalho rural as heranças de um passado com fortes resquícios do patriarcado e a presença de práticas que direcionam uma moral feminina na contemporaneidade.

O trabalho rural desenvolvido pelas mulheres durante a trajetória humana demarca seu espaço merecedor de reconhecimento na conquista efetiva de direitos. A busca na afirmação como trabalhadoras rurais, decorridas a uma história que as limitou, impediu pelo silêncio das produções escritas, por suas próprias vozes, o registro de seus saberes, anseios e descobertas.

Na observação das análises as respostas e discussões com o grupo de mulheres rurais, foi possível conhecer sua rotina e sua categoria na Agricultura Familiar, como um instrumento de luta para manutenção de suas atividades e sobrevivência no campo, em que a própria ação demonstrada na participação dos eventos e cursos de formação técnica do Senar revela uma manifestação de resistência aos seus enfrentamentos que sinalizam uma transgressão ao que lhes foram imposto, por construções sociais de um passado com bases sólidas no patriarcado.

Pelo estudo, compreendemos que as mulheres rurais se apresentam na ocupação dos espaços sociais alicerçadas a um tripé; ser mulher, ser do campo e ser trabalhadora rural. Cada uma das características se entrelaçam na sua maneira de ser e viver, e a cada geração traz transformações que revelam o julgo do preconceito e da incapacidade na autonomia enquanto trabalhadoras rurais.

O ser mulher, pois, num contexto geral das mulheres, busca a efetividade de uma sociedade democrática, de igual direitos no trabalho, na família e na comunidade e a efetividade de ser do campo, considerando as dificuldades de uma população que diminui a cada geração, no envelhecimento e na masculinização de seus moradores. Foi no ser trabalhadora rural, viés abordagem de reivindicações e movimentos sociais, que as mulheres proporcionaram os direitos alcançados e incentivam a constante luta.

O trabalho exercido por essas mulheres na sublime tarefa de contribuir na produção de alimentos e de alimentar suas famílias é identificado na pesquisa, engrandecendo sua atividade e seu trabalho. São mulheres que destacam sua satisfação e sua alegria em pertencerem ao mundo rural.

Almejou-se contribuir com o registro da história das mulheres, arquivando as suas características do grupo pesquisado os subsídios que retratassem o trabalho feminino rural na comunidade, evidenciado em suas falas e configuração da agricultura familiar, que se formou mediante aspectos relativos as especificidades de um município essencialmente sustentado pelas atividades rurais dos pequenos produtores. Sendo assim, manteve uma população expressiva na área rural do município de Orizona, que desde o processo fundador do próprio município já se expressava a relevância dos gêneros agrícolas, originado o nome da cidade de zona do arroz, por isso Orizona.

O trabalho das mulheres sempre presente destaca sua participação na história deste lugar, em ambientes na construção institucionais e de alocação de recursos específicos para sua manutenção em que o trabalho feminino não passaria despercebido.

Mulheres trabalhadoras que buscam aprimorar seu trabalho e conquistar seu espaço com heranças de lutas femininas, as quais apresentam papel fundamental no que concerne a reprodução social da agricultura familiar, uma vez que suas atividades cotidianas estão integralmente voltadas as famílias e as propriedades rurais.

Assumem trabalhos rurais que vão desde tarefas domésticas ao labor das atividades rurais, na árdua produtividade que promove renda a suas famílias. Pôde-se conduzir um olhar na remodelação das relações entre família e trabalho, nos resquícios do patriarcado e na reprodução de práticas que possam sobrecarregar o trabalho feminino ou impedi-las de sua emancipação, seja na autonomia do seu trabalho ou na efetivação de direitos, que pautam no princípio de igualdade entre homens e mulheres.

Verifica-se pelos movimentos feministas relacionados as lutas das trabalhadoras rurais e urbanas a participação política como ponte no alcance da revisão dos papéis enquanto trabalhadoras, mãe, dona de casa, esposa, educadora e militante sindical no mérito da equidade.

Pela dinâmica desenvolvida na pesquisa, no desenvolvimento dos cursos de capacitação, na discussão das questões elencadas nos questionários e na análise de suas perspectivas, que foi possível enxergar que as organizações sindicais podem possuir caminhos ambíguos, como produtoras de códigos de conduta, sabendo das dificuldades enfrentadas pelas mulheres rurais em fazer parte da diretoria dessas instituições. Mas como mediadoras entre as relações de trabalho, com desdobramentos na socialização desta política.

Na comunidade de Corumbajuba é percebido permanências e rupturas. Rupturas no avançar de uma educação profissional que possa possibilitar o encorajamento no engajar em Associações e Cooperativas, na busca representativa a essas instituições e na melhoria do

desempenho e fortalecimento da agricultura familiar, na proeminência do trabalho por elas desenvolvido.

Permanências vindas de um contexto de desigualdades entre os gênero no meio rural, relacionados a uma naturalização do papel do homem e da mulher, vinculada a relação hierárquica dentro das famílias, que seja a base ancorada na divisão sexual do trabalho e na reprodução de práticas que definam ocupação de espaços sociais. Uma vez que situações de trabalho no campo para mulheres podem ser consideradas de auxílio, em trabalho “leve” ou “pesado”, na separação entre os sexos, na execução dessas atividades como determinantes, de algo impreciso e que esteja relacionado a aspectos culturais, dependendo da perspectiva social.

O meio rural em que elas vivem se apresenta como um mundo em transformação tecnológica, um mundo globalizado, as colocando cada vez mais integradas, aproximando a oportunidades educacionais e melhoria de sua produção.

Enfim, ao chegar à etapa final deste trabalho, torna-se um privilégio conhecer pelas próprias vozes a história das mulheres rurais de Corumbajuba a oportunidade das leituras que fundamentou essa pesquisa e concedeu crescimento profissional e pessoal enquanto mulher e residente no campo.

REFERÊNCIAS

- ABRANTES, Beatriz. **Revolução verde**: tudo sobre as inovações agrícolas!. Stoodi. 2018. Disponível em: <https://www.stoodi.com.br/blog/2018/08/03/revolucao-verde/>. Acesso em: 10 jul. 2019.
- AGUIAR, Vilenia Venancio Porto. **Somos todas margaridas**: um estudo sobre o processo de constituição das mulheres do campo e da floresta como sujeito político. 521 f. 2015. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.
- ALENCAR, E. **Associativismo rural e participação**. Lavras: UFLA/FAEPE, 2001.
- ALMEIDA, Carlos Wellington de. Política de defesa no Brasil: considerações do ponto de vista das políticas públicas. **Opinião Pública**, Campinas, v. 16, n. 1, p. 220-250, jun. 2010.
- ALVES, Ronaldo Cardoso. **Representações sociais e a construção da consciência histórica**. 2006. 133f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação, São Paulo, 2006.
- BARCELLA, Laura; LOPES, Fernanda. **Lute como uma garota: 60 feministas que mudaram o mundo**. 1ª ed. São Paulo: Cultrix, 2018.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**: fatos e mitos. v. 1. São Paulo: Circulo dos Livros, 1949.
- BEZERRA, Luiza Maria Capanema. **Associativismo Rural em Orizona (GO)**: a associação dos Pequenos Agricultores da Mata Velha, Água Grande e Coqueiros - APAMAC. 2003. 149 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003.
- BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades**: os limites da democracia no Brasil. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.
- BIASE, Laura de. A condição feminina na agricultura e a viabilidade da agroecologia. **Agrária**, São Paulo, n. 7, p. 4-36, 2007.
- BORDIEU, Pierre. **Esboço de uma teoria da prática**: precedido de três estudos de etnologia. Oeiras: Alta, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. **Sociologia**. São Paulo, Editora Ática, 1989.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003.
- CASTRO, Mary Garcia; LAVINAS, Lena. Do feminino ao gênero: a construção de um objeto. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Org.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1992. p. 49-77.

CAPPELLIN, Paolla G. Trabalhadoras rurais e aspirações feministas: um diálogo em curso. In: SILVA, Eliana Moura et al. **Camuflagem e transparência**: as mulheres no sindicalismo. Comissão Nacional sobre a Questão da Mulher Trabalhadora. São Paulo: CUT, 1990. p. 17-20.

CHOINASKI, Luci. Uma experiência prática de luta. In: BORBA, Ângela; FARIA, Nalu; GODINHO, Tatau (Org.). **Mulher e política**: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

CINELLI, Catiane; JAHN, Elisane de Fátima. A constituição de identidades camponesa e feminista no Movimento de Mulheres Camponesas. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 10, n. 117, p. 86-92, 2011.

COOMAFAB. **A cooperativa**. Disponível em: <<http://www.cooperativacoomafab.com.br/sitewp-contentuploads201705ficha-de-matriculada-coomafab-1-pdf/>>. Acesso em: 02 jul. 2019.

DEERE, Carmem Diana. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 175-204, jan./abr. 2004.

D'INCAO, Maria da Conceição. **O boia fria, acumulação e miséria**. Petrópolis: Vozes, 1975.

FALEIRO, Wender; FARIAS. Magno Nunes. Inclusão de mulheres camponesas na universidade: entre sonhos, desafios e lutas. **Educ. Pesqui**, São Paulo, v. 43, n. 3, p. 833-846, jul/set. 2017.

FANTIN, Mônica. **Narrativas de um percurso estético-formativo**: o estágio pós-doutoral. Milano: UCSC, 2017.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**. Curso no Collège de France, 1975-1976. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

GARCIA, Carla Cristina. **Breve história do feminismo**. 4. ed. São Paulo: Claridade, 2015.

GINZBURG, Carlo. **Olhos de madeira**: nove reflexões sobre a distância. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

HOBBSBAWM, Eric. **Nações e Nacionalismo desde 1780**: Programa, Mito e Realidade. São Paulo: Paz Terra, 1998.

LOPES, Bernarda Elane Madureira. Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas. **Revista Educação e Políticas em debates**, Uberlândia, v. 3, n. 2, ago./dez. 2014.

LUSA, Mailiz Gariboti; LISBOA, Teresa Kleba. Desenvolvimento sustentável com perspectiva de gênero – Brasil, México e Cuba: mulheres protagonistas no meio rural. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 18, n. 3, p. 871-887, 2010.

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. **O voto feminino no Brasil**. 2. ed. Brasília: Edições Câmara, 2018.

McCANN, Leo; HASSARD, Jonh; MORRIS, Jonathan. Middle Managers, the new organizational ideology and corporate restructuring: comparing Japanese and Anglo-American management systems. **Competition & Change**, v. 8, Issue 1, p. 27-44, Mar. 2004.

MORGAN, David L. Focus groups. **Annual Review of Sociology**, California, v. 22, p. 129-152, 1996.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 83-100, set./dez. 2001.

NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo de (Org.). **Mulheres Camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niteroi: Editora Alternativa, 2013.

OLIVEIRA, Priscila R. C. et al. Agricultura familiar e as relações de gênero: um estudo da trajetória da mulher na agricultura familiar. In: SEMANA ACADÊMICA DA FDV, 2007, Viçosa. **Anais...** Viçosa: FDV, 2007.

OTONI, Rônia Batista Vaz. **Um olhar sobre a vida rural: Corumbajuba 1930-2006**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) - Universidade Estadual de Goiás, Pires do Rio, 2007.

PANZUTTI, Nilce da Penha Migueles. Mulheres Rurais: Eminência Oculta. **Informações econômicas**, São Paulo, v. 26, n. 3, p. 59-79, mar. 1996.

PENNA, Valéria. "A Mulher Trabalhadora". In: CASTRO, Nanci V. de (Org.). **A Condição Feminina**. São Paulo: Vértice, Editora dos Tribunais, 1988, p. 109-109.

PEREIRA NETO, Olímpio. **A formação do município de Orizona (GO)**. Brasília: Gráfica Distrital, 1976.

PEREIRA NETO, Olímpio. **Orizona em Prosa e versos**. Brasília: Gráfica Distrital, 2002.

PEREIRA NETO, Olímpio. **Orizona: Cidade e Campo**. Brasília: Editora CODEPLAN, 1991.

PEREIRA NETO, Olímpio. **Um lugar no mapa**. Brasília: CODEPLAN, 1970. Orizona: Cidade e Campo. Brasília: Codeplan, 1991.

PERROT, Michelle. **Minhas Histórias das Mulheres**. 2. ed. São Paulo: Editor Contexto, 2007.

PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

Plano Camponês. **Movimento dos Pequenos Agricultores- MPA**. 2019. Disponível em: <<https://mpabrasil.org.br/plano-campones/>>. Acesso em: 10 jul. 2019.

POWELL, Richard A.; SINGLE, Helen M. Focus groups. **Internacional Journal of Qualit in Health Care**, v. 8, n. 5, p. 499-504, 1996.

PRIORE, Mary del; PINSKY, Carla Bassanezi. **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto/Ed. UNESP, 1997.

PRIORI, Mary Del; RAGO, Margareth; GIULANI, Paola Cappelli. **História das mulheres no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

RISTOFF, Dilvo. **A trajetória da mulher na educação brasileira**. Ministério da Educação: Brasília, 2007. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/202-264937351/5710-sp-1216879868>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

RAGO, Margareth. **A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade**. Campinas: Unicamp; 2013.

SAFFIOTI, Heleieth. Força de trabalho feminina no Brasil: no interior das cifras. **Perspectivas**, São Paulo, v. 8, p. 95-141, 1985.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. **História da Beleza no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. 4. ed. São Paulo: Nobel, 1997.

SCHNEIDER, Sérgio. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Brazilian Journal of Political Economy**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 511-531, 2010.

SILVA, K. F. **Um ato de união na Comunidade Mata Preta no município de Catalão (GO)**. 2006. 56 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado e licenciatura em História) - Departamento de História, Universidade Federal de Goiás, Campus de Catalão, 2006.

TARDIN, José Maria. Cultura camponesa. In: CALDART, Roseli et al. (Org.). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio: Expressão Popular, 2012. p. 178-186.

WELCH, Clifford Andrew. Movimentos sociais no campo até o golpe militar de 1964: a literatura sobre as lutas e resistências dos trabalhadores rurais do século XX. **Lutas & Resistências**, Londrina, v. 1, p. 60-75, set. 2006.

ANEXOS

**ROTEIRO DE ENTREVISTAS
MULHERES DA COMUNIDADE DE CORUMBAJUBA/ORIZONA-GO.**

DATA DA ENTREVISTA: ____/____/2019

Local de realização da entrevista: () Cidade () Propriedade Rural

1. Nome.....
2. Telefone de contato:
3. Denominação da Propriedade
4. Região ou comunidade:
5. Endereço (caso não resida na propriedade):
6. Categoria da Entrevistada

() Proprietário () Administrador / Gerente () Parente outro.....

1 - A que você mulher rural se dedica como prioridade em seus afazeres cotidianos? O que mais ocupa seu tempo?

2 - Como preenche seu tempo para lazer? O que faz? Quais os lugares costuma ir?

3 – Em sua casa as horas trabalhadas são maiores para os homens ou para as mulheres? (contando os trabalhos domésticos).

4 – De que forma vocês acreditam colaborar na comunidade que fazem parte? Fazem parte de:

- Associações
- Cooperativas
- Conselhos
- Trabalhos voluntários
- Grupos políticos
- Entre outros

5 – Na formação das comunidades rurais locais, há registros escritos ou memórias contadas sobre mulheres com feitos nesse quesito?

6- Hoje qual seriam as dificuldades para as mulheres rurais na inserção social? Ou seja, na relação binária, homem /mulher, de oportunidades de trabalho remunerado? De oportunidades de estudo?

7 – As mulheres cuidarem de sua saúde e beleza, tem sido acessível? Como?

8- Em relação à renda familiar, ao provedor da família, como se dá a participação de vocês na administração da renda familiar?

9 – Se consideram participativas na política governamental de sua região? Como? Candidatam-se?

10- Seria prioridade o estudo na vida da mulher rural?

11 – As mulheres desta comunidade acreditam ter qualidade de vida? Viver bem com os recursos que tem?

12 – No debate das relações de gênero, homens e mulheres, existe em nossa região desfavorecimento? Os homens têm mais oportunidade de trabalho e mais privilégios na sociedade campestre?

13- Em que poderíamos pensar para melhorar a vida das mulheres rurais?



Grupo focal de pesquisa - Capacitação de confecção de bolsas de tecidos/SENAR



Grupo focal de pesquisa - Capacitação de confecção de flores de tecido/SENAR



Grupo focal de pesquisa - Capacitação do Programa Mulheres em Campo/SENAR



Grupo focal de pesquisa - Capacitação de confecção de bolsas de tecido/SENAR



Grupo focal de pesquisa – Criação de Peixes



Grupo focal de pesquisa – Programa Mulheres em Campo/Senar



Grupo focal de pesquisa – Confeção de tecido no tear.



Produção de Açafraão/Fazenda Ponte de Tábua.